

A RELAÇÃO UNIÃO EUROPEIA-CHINA: UM “CASAMENTO COMPLEXO”

MARIA EDUARDA PEREIRA CARVALHO

Dissertação em Ciência Política e Relações Internacionais

Abril, 2016

Dissertação apresentada para cumprimento dos requisitos necessários à obtenção
do grau de Mestre em Ciência Política e Relações Internacionais, realizada
sob a orientação científica da Professora Doutora Carla Fernandes

Aos meus pais

AGRADECIMENTOS

Olhando para o caminho percorrido até chegar ao fim deste trabalho, sinto-me cheia de reconhecimento para com todos aqueles que, das formas mais diversas, das mais claras às mais subtis, me ajudaram a chegar à meta.

Assim, gostaria de agradecer primeiramente aos meus Pais por ser quem sou, resultado da sua mundividência cultural e afetiva.

Aos meus Irmãos, não só pelo apoio fraterno mas ainda pela carinhosa disponibilidade que me ofereceram, substituindo-me nas minhas tarefas de Filha para que pudesse dedicar mais tempo ao meu trabalho.

À minha Orientadora, a senhora Professora Doutora Carla Fernandes, que me demonstrou uma paciência sem limites, uma cordialidade benfazeja, uma disponibilidade e compreensão para melhorar o meu trabalho, a níveis inexcedíveis.

À minha Escola, na pessoa da sua Direção, dos meus Colegas Professores, incansáveis no apoio e no carinho, muito para além da solidariedade profissional e da amizade pessoal, que assim me fazem refém voluntária de uma dívida para com outros que possa vir a encontrar no meu percurso de vida como docente e como Pessoa.

Ao meu Amigo Manuel Queirós, pelas horas incontáveis que passou comigo, no café onde longamente conversámos sobre as relações UE-China.

Aos meus Amigos António e Maria de Lourdes Paixão, que sempre estiveram comigo, que leram, comentaram, releram este trabalho, num amparo próximo, tão constante quanto afetuoso.

À minha Amiga Maria do Carmo Cruz, pela sua incomparável paciência, e que sempre me acompanha como se minha irmã mais velha fosse, quando eu deixo...

Finalmente, e porque sei que sem Ele nada sou, seria ou serei, gostaria de agradecer ao Bom Deus, que tudo provê.

A RELAÇÃO UNIÃO EUROPEIA-CHINA: UM “CASAMENTO COMPLEXO”

MARIA EDUARDA PEREIRA CARVALHO

RESUMO

A relação entre a União Europeia (UE) e a República Popular da China (RPC) é um campo de estudo muito vasto que, nas últimas décadas, tem atraído numerosos analistas e académicos. Com efeito, a China afirma-se cada vez mais importante pela sua competitividade industrial e comercial e com um crescente papel na economia traduzidos numa também crescente presença política, colocando múltiplos desafios à UE.

Este trabalho apresenta uma análise de uma relação que ganhou consistência a partir de 1985, com o Acordo de Cooperação Económica e Comercial (ACEC), acordo jurídico que ainda rege as relações UE-China. Em 2003, essa relação foi atualizada para uma Parceria Estratégica Global, fruto da sua evolução, tendo entrado na equação para esse entendimento alargado fatores como o aumento exponencial das trocas comerciais e a imagem que cada ator tem acerca do outro. Este estudo pretende avaliar a Parceria, o seu desenvolvimento e o seu futuro. Será efetivamente uma Parceria ou ela ainda está em construção? Por isso se optou por centrarmos este estudo no período subsequente a 2003.

Tendo em conta que tem havido momentos de proximidade e outros de afastamento entre a UE e a China, mas que tem sido possível manter vias de entendimento abertas, esta tese defende que essa parceria continua em construção, até porque subsistem alguns casos, sempre mais políticos do que económicos, que não permitiram a assinatura do novo Acordo de Parceria e Cooperação (APC) o qual, desde 2007, se mantém em compasso de espera, e que incluiria uma cooperação reforçada no domínio das questões políticas. Note-se que há diálogo institucionalizado, mas até hoje não foi possível aproximar diferentes concepções do mundo, até porque a China, ainda em 2014, pelo Presidente Xi Jinping, no discurso no Colégio da Europa, afirmou que o seu regime político não é assimilável a nenhum outro. Daí que o embargo da venda de armas à China por parte da UE, a não concessão do Estatuto de Economia de Mercado (EEM) na Organização Mundial do Comércio (OMC), a maior abertura do mercado chinês à UE, e em especial o de serviços, assim como a ratificação e aplicação dos instrumentos internacionais em matéria de direitos humanos, sejam questões pendentes.

Essas diferenças não são incompatíveis com um relacionamento robusto e complexo, com progressos e benefícios para ambas as partes, tais como serem os principais parceiros comerciais e colaborarem em respostas conjuntas aos desafios globais. A complexidade desta relação está muito para lá do domínio económico. Contudo, em comparação com a importância económica, a sua visibilidade política é algo limitada. É bem possível que progrida, embora haja muitos pontos de interrogação sobre a UE (da crise económico-financeira não resolvida, à possibilidade de saída da Grã-Bretanha, até

aos problemas dos refugiados), tal como sobre a China (o Presidente Xi Jinping tem enveredado por caminhos novos, cujo resultado é ainda uma incógnita).

PALAVRAS-CHAVE: China, União Europeia, cooperação, diálogo, Parceria Estratégica, *policy paper*.

THE RELATIONSHIP BETWEEN THE EUROPEAN UNION AND CHINA: A “COMPLEX MARRIAGE”

MARIA EDUARDA PEREIRA CARVALHO

ABSTRACT

The relationship between the European Union (EU) and the People’s Republic of China (PRC) is an extensive field of study, which, in the last few decades, has attracted numerous scholars and analysts. In fact, China stands out with increasing importance due to its industrial and commercial competitiveness and its growing role in the world economy that yield a growing political influence, providing the European Union with multiple challenges.

This study provides an analysis of a relationship, which gained consistency since 1985 through the Trade and Economic Cooperation Agreement (TECA), a legal document that still bind trade between the EU and China. In 2003 this partnership was brought up to date and turned in to a Comprehensive Strategic Partnership as a consequence of its growth, all this being seconded by factors such as the exponential growth of trade and the way both partners began to regard each other. This study attempts to evaluate this partnership, its development, and its future. Is this truly a partnership or is it still an issue to be developed? For this reason, we have chosen to center this study in the subsequent period to 2003.

Bearing in the mind that there were periods of approach and others of distancing between the EU and China, yet it has been possible to maintain open the gates for mutual dialogue and understanding. This article argues that the partnership has sustained its momentum, though bearing in mind that some issues persist, generally more political than economical in their nature, that disallowed the signature of Partnership and Cooperation Agreement (PCA) which since 2007 has been held in waiting and would include a strengthened cooperation on political matters. We call to your attention that institutionalized dialogue exists, but until today it has not been possible to bring together the different conceptions of the world, when China, still in 2014 and through the words of President Xi Jinping in his speech at the College of Europe, made clear that its political regime is not comparable to any other. Hence questions such as the arms sale embargo on behalf of the EU, the non-concession of Market Economy Status (MES) by the World Trade Organization (WTO), the greater opening of Chinese market to the EU and specially that of services, as well the ratification and implementation of international resolutions regarding human rights, all these have remained pendant.

These differences do not imply incompatibility with a robust and complex relationship with mutual progress and benefits such as being main commercial partners and working together in a joint response to global challenges. The complexity of this agreement is well beyond the economic scope. Yet, by comparison with its economic relevance, its political complexities are somewhat limited. There is a good reason to

believe that it may yet evolve further, though many question marks remain regarding EU (from the yet unsolved financial crises, the chance of a Brexit, right until the problems with refugees), as they do about China itself (President Xi Jinping has chosen new paths and approaches whose result is still a matter for speculation).

KEYWORDS: China, European Union, cooperation, dialogue, policy paper, Strategic Partnership.

ÍNDICE

INTRODUÇÃO	1
CAPÍTULO I – DE PARCEIROS COMERCIAIS A PARCEIROS ESTRATÉGICOS (1975-2002)	11
CAPÍTULO II – OS ANOS DOURADOS DA RELAÇÃO (2003-2004)	30
CAPÍTULO III – OS ANOS CINZENTOS DA RELAÇÃO (2005-2006).....	43
CAPÍTULO IV – OS ANOS DO AJUSTAMENTO DA RELAÇÃO (2007-2013).....	58
CAPÍTULO V – A RELAÇÃO NA ATUALIDADE (2014)	75
CAPÍTULO VI – A RELAÇÃO ENTRE OS PAÍSES PRINCIPAIS DA UE E A CHINA	90
CONCLUSÃO	98
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	110
ANEXO 1	122

ÍNDICE DE TABELAS

Tabela I. Comércio UE-China, 2000-2004.....	28
Tabela II. UE-China Comércio Bilateral, 2000-2004	34
Tabela III. Balança comercial UE-China, 2000-2006	45
Tabela IV. Opinião acerca da China.....	64

ÍNDICE DE GRÁFICOS

Gráfico I. Valor relativo do déficit comercial da UE com a China	66
--	----

LISTA DE ABREVIATURAS

AIBB – Asian Infrastructure Investment Bank
AIE – Agência Internacional de Energia
ACEC – Acordo de Cooperação Económica e Comercial
APC – Acordo de Parceria e Cooperação
ASEM – Asia Europe Meeting
BPC – Banco Popular da China
CAG – Conselho de Assuntos Gerais
CE – Comunidade Europeia
CECA – Comunidade Europeia do Carvão e do Aço
CEE – Comunidade Económica Europeia
CSNU – Conselho de Segurança das Nações Unidas
DANCE – Diálogo de Alto-Nível Comercial e Económico
DPI – Direitos de Propriedade Intelectual
DUDH – Declaração Universal dos Direitos Humanos
EEM – Estatuto de Economia de Mercado
EPL – Exército Popular de Libertação
EUA – Estados Unidos da América
FMI – Fundo Monetário Internacional
IDE – Investimento Direto Estrangeiro
OCDE – Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Económico
OMC – Organização Mundial do Comércio
ONGs – Organizações Não-Governamentais
OTAN – Organização do Tratado do Atlântico Norte
PCC – Partido Comunista Chinês
PE – Parlamento Europeu
PESC – Política Externa e de Segurança Comum
PESD – Política Europeia de Segurança e de Defesa
PIB – Produto Interno Bruto
RFA – República Federal da Alemanha
RPC – República Popular da China
TPI – Tribunal Penal Internacional

UE – União Europeia

UNESCO – United Nations Educational Scientific and Cultural Organization

URSS – União das Repúblicas Socialistas Soviéticas

INTRODUÇÃO

Numa altura que a União Europeia (UE) e a República Popular da China (RPC) celebram os 30 anos do estabelecimento do Acordo de Cooperação Económico e Comercial (ACEC) entre a então Comunidade Económica Europeia (CEE) e 40 anos de relações diplomáticas, torna-se importante analisar e caracterizar a relação a fim de perceber como tem evoluído, quais são os principais desafios e como caminha.

Como em qualquer relação há sempre grandes desafios. Do lado da China, o facto de não ser totalmente reconhecida pela UE como uma grande potência ou um verdadeiro parceiro estratégico. Outra grande questão é a continuação do embargo de armas imposto desde os incidentes da Praça de Tiananmen de 1989, um exemplo das preocupações que a China apresenta no diálogo com a UE. Como é que um parceiro estratégico pode ser equiparado com a Birmânia ou o Sudão, países que também são alvo de embargo de venda de armas? Do lado da UE, o problema do défice comercial persistente e as dificuldades de acesso ao mercado chinês são algumas das questões relevantes para o desenvolvimento da relação.

De forma a caracterizar a relação UE-China, perceber para onde vai e os desafios que enfrenta, é necessário questionar se existe mesmo uma Parceria Estratégica entre a UE e a China ou se esta Parceria ainda está a ser construída. É a essa pergunta fundamental que se procura responder neste trabalho de caracterização da relação. Para esse objetivo, iremos analisar a atuação dos dois parceiros e mostrar a sua interação.

A opção por este tema deve-se, em primeiro lugar, à importância que a China tem hoje no contexto mundial. É o país com o maior número de habitantes (BBC News 2016), é a segunda economia mundial (Delage & Abad 2013), é o maior exportador mundial e o segundo maior importador mundial (OMC 2015), é a maior potência comercial (excluindo o comércio intracomunitário) (OMC 2014), é o país com o segundo mais rápido crescimento económico mundial (Khan 2016), é o país com maior montante de reservas de divisas (AICEP 2015) e é uma potência nuclear. É igualmente, relevante como membro de Organizações Internacionais, entre outras, do Fundo

Monetário Internacional (FMI), da Organização Mundial do Comércio (OMC) da Agência Internacional de Energia (AIE), e é membro permanente do Conselho de Segurança das Nações Unidas (CSNU).

A China é um ator relevantíssimo seja quando a Europa ou a África necessitam de apoios e investimentos estrangeiros, seja quando é necessário tentar dialogar e resolver o problema do programa nuclear do Irão, ou ainda quando cria ondas de choque no momento em que decide desvalorizar a sua moeda e procurar a integração do *renmimbi* no cesto das moedas que integram os direitos de saque do Fundo Monetário Internacional.

Desempenha um papel importante na Ásia, expandindo a sua influência através da Construção da Cintura Económica da *Rota* da Seda e da *Rota* Marítima da Seda do Século XXI¹, sendo que a diplomacia chinesa está também presente e se estende no Médio Oriente, em África e na América Latina. Como refere (Delage & Abad 2013) dificilmente qualquer proposta de solução, desde as alterações climáticas à reforma do sistema financeiro, da proliferação nuclear e à segurança energética, pode ser adotada sem a participação de Pequim.

Creemos que a interação com a UE quase nem necessita de demonstração da sua relevância como tema deste trabalho, quando estão em causa, além do respetivo peso económico (duas das maiores potências comerciais no mundo), o peso histórico e da influência cultural europeia e chinesa, bem como o facto de a UE e a China serem atores com atuações muito diferentes na política internacional, com os seus sistemas económicos e políticos distintos, baseados em experiências e tradições históricas diferentes. De um lado, o regime comunista de partido único da China continental, do outro, o sistema político da UE, baseado numa mistura de governação supranacional e intergovernamental. Acresce de importância quando os dois atores, juntos, representam um quarto da população mundial.

Contribuiu, também, para a escolha deste tema, o facto de Portugal ser um parceiro estratégico da China desde a visita do Primeiro-Ministro Wen Jiabao a

¹ Saliente-se que, esta iniciativa visa intensificar a cooperação entre a Ásia e a Europa, nomeadamente em áreas como a construção, infraestruturas, cultura, investimento, comércio e transportes.

Portugal, em dezembro de 2005. De entre os Países-Membros da UE, o estatuto de Parceiro Estratégico da China só havia sido concedido à França, Alemanha, Itália, Grã-Bretanha e Espanha. Portugal é, igualmente, um canal de diálogo da China com a UE e com os países de língua oficial portuguesa. Na linha das iniciativas criadas pela China e seguindo a tendência de outros países europeus, Portugal aderiu ao Banco de Investimento Asiático (em inglês *Asian Infrastructure Investment Bank-AIIB*), em 2015².

Em termos temporais, este trabalho inicia-se em 1975, tomando como referência o estabelecimento de relações diplomáticas entre a UE e a China, mas terá como foco principal o período de 2003 até 2014. A escolha do ano de 2003 deve-se ao facto de tanto a China como a UE terem publicado documentos estratégicos denominados “A maturing partnership: shared interests and challenges in EU-Europe relations (updating of Commission communications of 1998 and 2001 on EU-China relations)”, pela UE, e “China’s EU Policy Paper”, por parte da China, em que ambos visam o estabelecimento de uma Parceria Estratégica entre si e, a partir daí, se reconhecem como parceiros estratégicos.

Quanto ao ano de 2014, é aquele sobre o qual ainda se pode ter uma perspetiva de alguma distância e, ainda, por nesse ano ter sido publicado pelas autoridades chinesas o segundo e último documento estratégico sobre as relações China-UE, intitulado “Deepen de China EU Comprehensive Strategic Partnership for Mutual Benefit and Win-win Cooperation”. Afigura-se-nos, também, que, por ser tão recente, esta data permite desenhar o ponto de situação atual da relação.

Em termos estruturais, este trabalho está dividido em seis capítulos. O primeiro capítulo analisa a evolução da relação UE-China até à Parceria Estratégica. Os quatro capítulos seguintes distribuem-se por diferentes períodos que se distinguem por acontecimentos importantes que influenciaram diretamente as relações, como se verá adiante, e um último capítulo que aborda as relações da China com a Alemanha, França e Grã-Bretanha, os três países mais importantes da UE, que tendem a tomar a liderança na condução das políticas da UE em relação à China. Ao incluí-lo, esperamos dar a este trabalho uma maior completude. Na conclusão, extrapola-se das

² Entre os quais a Grã-Bretanha, Luxemburgo e a Suíça, Áustria, Dinamarca, Holanda, Noruega, Suécia e Espanha. E ainda as três maiores economias da zona euro, Alemanha, Itália e França.

considerações gerais e mais particularizadas para se avaliar o seu impacto, a partir da forma como os atores cooperam e como são resolvidas as tensões. Deste modo responderemos à pergunta principal deste trabalho sobre a qualidade da “Parceria Estratégica Global”. Por último, em lugar próprio, incluem-se as referências bibliográficas e os anexos referidos ao longo do trabalho.

A metodologia a utilizar é a da hermenêutica de documentos escritos que as duas partes, UE e China, foram publicando – como as Comunicações por parte da UE e os *Policy Paper* por parte da China. Valer-nos-emos de declarações de personalidades importantes de ambos os atores, como sejam: Deng Xiaoping, Hu Jintao, Wen Jiabao, Xin Jinping, Romano Prodi, Durão Barroso, Javier Solana, Peter Mandelson, Benita-Ferrero Waldner, e outros. Serão considerados artigos de revistas científicas que analisam as relações UE-China. Também fará parte do nosso trabalho informação pertinente difundida em meios de Comunicação Social, artigos de opinião em jornais internacionais, e livros escritos pelos estudiosos das relações UE-China. Analisar-se-ão os Comunicados Conjuntos das Cimeiras entre a China e a UE e as Conclusões do Conselho Europeu sobre as mesmas. Analisaremos também as páginas oficiais da UE, tal como o EU-China Observer, e da RPC – Ministério dos Negócios Estrangeiros, que acompanham os desenvolvimentos da relação. Serão igualmente estudadas obras de autores internacionais, como Zhang Xiaotong, Nicola Casarini, Alicia Sorroza, Francis Snyder, David Shambaugh, David Scott, Kay Möller, Jing Men, Mark Leonard, Giovanni Grevi, Robert Keohane, e de autores portugueses, tais como Alexandre Carriço, José Carlos Matias dos Santos e outros. Neste percurso, depara-se-nos uma grande dificuldade: a do acesso ao *insight* sobre as posições chinesas, já que infelizmente não dominamos o mandarim. Contornaremos tal dificuldade através de documentos sobre a matéria noutras línguas. De resto, a própria China faz um esforço de comunicação com o Ocidente, por exemplo, através do site *chinadaily.com.cn* com notícias traduzidas em inglês e francês.

Para uma melhor compreensão do tema, é necessário analisar o que é parceria estratégica para a RPC e para a UE. O estabelecimento de relações diplomáticas entre estes dois atores deu-se em 1975, embora já se conhecessem e interagissem

anteriormente³. Desde essa altura, os atores transformaram-se – a China, assumindo-se embora como um regime socialista, adaptou o capitalismo como modelo económico, chamando-lhe “socialismo de características chinesas”, prosseguindo o seu desenvolvimento e a integração no sistema internacional. A UE seguiu a integração contínua e o seu alargamento, dando passos para a integração económica e para uma dimensão autónoma na sua ação externa, através da chamada Política Externa Comum. Inicialmente consolidaram as relações comerciais e económicas e evoluíram para uma Parceria Estratégica em 2003, envolvendo a mesma dimensão económica e comercial, mas alargando-se progressivamente a novas áreas, como, por exemplo, à segurança e à cooperação política, jurídica e judiciária, científica e tecnológica.

A Parceria Estratégica dá-se com a publicação do relatório da Comissão Europeia sobre a China, em setembro de 2003, “Aprofundamento da parceria - Desafios e interesses comuns no âmbito das relações UE-China (Atualização das comunicações da Comissão Europeia de 1998 e de 2001 sobre as relações UE-China)” que defende, tal como a versão oficial da doutrina estratégica europeia de 2003, “Uma Europa segura num mundo melhor”, uma “Parceria Estratégica” com a China. Como resposta a RPC lançou uma iniciativa inédita, publicando um documento sobre a União Europeia intitulado “China’s EU Policy Paper”. Este *policy paper* publicado pelo Ministério dos Negócios Estrangeiros da RPC foi o primeiro documento oficial da China para a UE e delineava a política para o seu relacionamento com a UE num horizonte temporal de cinco anos.

Para a UE, a Parceria Estratégica com a China é importante porque defende os seus interesses. Por um lado, a China é um enorme mercado para os seus produtos, por outro, o facto de a ajudar na sua integração no comércio mundial e de a auxiliar no seu desenvolvimento, reforça a imagem de um bloco europeu capaz de ser um ator global. O documento estratégico da segurança europeia “Uma Europa segura num mundo melhor”, publicado em 2003, apela ao estabelecimento de parcerias estratégicas com as grandes potências, entre as quais menciona a China. Pode acrescentar-se, deste modo, que a Parceria Estratégica reflete a perceção das instituições-chave da UE de que a União tem um papel na introdução da China na

³ Em particular, alguns dos Estados-Membros da UE têm relações históricas com a China, nomeadamente Portugal.

ordem global e em assegurar que os chineses jogam pelas regras da sociedade internacional (tal como interpretado pela UE).

Do lado da China, a Parceria Estratégica com a UE é igualmente importante. Primeiro, porque considera que a UE é um poder civilizacional com um modelo de resolução de conflitos diplomático e não militar, pelo que o seu modelo normativo tem força centrípeta e os seus vizinhos querem-se-lhe associar. Segundo, porque a UE tem um significado dual para si – do lado interno é o seu maior parceiro em tecnologia e comércio, pelo que é um dos suportes da modernização da China. Do ponto de vista externo, é vista como um grande ator para a criação de um mundo multipolar⁴.

A chave para a Parceria Estratégica UE-China está no facto de ambos serem atores globais importantes e indispensáveis um para o outro. Por um lado, a China precisa da UE para assegurar o seu crescimento mundial e, por outro lado, a UE precisa da China para fortalecer a arquitetura de governação global. A China e a UE partilham desafios e ameaças comuns a nível global, que não podem ser resolvidas isoladamente, como as alterações climáticas ou a proliferação nuclear e o terrorismo, entre outras.

A origem do conceito de Parceria Estratégica na prática diplomática encontra-se na esfera política chinesa na década de 90, do século XX, devido ao fim da União das Repúblicas Socialistas Soviéticas (URSS), que mudou a estrutura de poder global, à reforma interna e à política de abertura ao exterior, e exigiu à China o estabelecimento de relações estáveis com mais países em todo o mundo (Zhang 2009). A procura de parcerias estratégicas aconteceu numa altura em que Jiang Zemin se encontrava no poder, quase em paralelo com o lançamento do documento estratégico chinês designado por Novo Conceito de Segurança (NCS) a 24 de dezembro de 1997⁵.

⁴ O professor David Scott, hoje consultor da Organização do Tratado do Atlântico Norte (OTAN), define sistema internacional multipolar como uma classificação elitista sobre como o poder no sistema internacional é distribuída por vários polos relevantes (Scott 2014).

⁵ Uma característica importante deste documento foi o alargamento do conceito de segurança para englobar o conceito militar, político, económico, social/ambiental e científico-tecnológico. O mesmo documento referia os cinco princípios de coexistência pacífica e equiparava a segurança económica à segurança militar. Os seus cinco princípios são o respeito mútuo pela soberania e integridade territorial, a não-agressão mútua, a não interferência nos assuntos internos, a igualdade e o mútuo benefício, e a coexistência pacífica. O NCS incluía a diplomacia de soma positiva o que significava que a maximização da segurança de um país não conduzia à minimização de segurança de um outro país. Também abordava a ideia de um mundo multipolar contra o unipolar liderado pela única superpotência, os Estados Unidos da América (EUA).

De acordo com o dicionário chinês *Cihai*, a palavra “huoban” (parceria) refere-se àqueles que se uniram a uma mesma organização ou estão envolvidos nas mesmas atividades. A palavra “Zhanlue” (estratégia), quando usada no campo da economia e da política, normalmente refere-se a um plano de política ou tática global, abrangente e com implicações decisivas (Zhongping & Jing 2014).

A China estabeleceu a sua primeira parceria estratégica com o Brasil em 1993. Desde então, a construção de parcerias estratégicas tornou-se numa das dimensões mais notáveis da diplomacia chinesa. Por exemplo, a China construiu uma “Parceria estratégica da igualdade, confiança e coordenação mútua no século 21” com a Rússia em 1996; uma “Parceria de colaboração para o século 21”, com a Coreia do Sul, em 1998; e uma “Parceria estratégica e cooperação para a paz e prosperidade” com a Índia, em 2005⁶. Portanto a China tem desenvolvido vários títulos e mecanismos para as diferentes parcerias estratégicas que refletem as características distintas de cada parceria e que podem mudar ao longo do tempo (Zhongping & Jing 2014) (Cfr. anexo 1).

O relato mais explícito de como é entendido pelos líderes chineses a Parceria Estratégica com a UE foi dado pelo Primeiro-Ministro Wen Jiabao, num discurso em Bruxelas, a 7 de maio de 2004, quando explicou o significado da frase “Parceria Estratégica Global”: “‘Global’ significa que a cooperação deve abarcar todas as dimensões, amplamente e a vários níveis. Abrange áreas económicas, políticas, tecnológicas, científicas e culturais, a níveis bilateral e multilateral, e é conduzida por grupos governamentais e não-governamentais. E ‘Estratégica’ significa que a cooperação deve ser a longo prazo e estável, no quadro mais amplo de relações China-UE. Transcende as diferenças de ideologia e de sistemas sociais e não está sujeita ao impacto de eventos individuais que ocorrem de tempos a tempos. ‘Parceria’ significa que a colaboração deve ter lugar em pé de igualdade, ser mutuamente benéfica e de soma positiva” (Jiabao 2004).

É uma definição muito completa, feita por uma das mais altas autoridades chinesas que declarava deste modo como se poderia construir uma Parceria Estratégica. É um processo, mais do que um resultado, dado que não tem fim, porque

⁶ Até 2014, a RPC estabeleceu 50 Parcerias Estratégicas distribuídas por 47 Estados e 3 Organizações Internacionais.

os objetivos se vão reinventando à medida que se continua essa relação. Sendo um processo, tem que ter resultados.

A UE está envolvida numa procura incessante de parceiros na arena global, pois faz parte da sua essência e das ligações muito fortes com o multilateralismo⁷ a autoimagem da UE como uma “força benéfica” no mundo (Smith & Xie 2010). Os europeus começaram a usar pela primeira vez a palavra “parceria”, para definir as relações com a China, há cerca de 20 anos. O título da segunda comunicação em relação à China designava-se “Para uma parceria global com a China”, o que indicava que começavam a considerar a RPC como uma parceira. Nesta comunicação, de 1998, a UE propunha um maior empenho no diálogo político com a China e criava a base para a construção futura de uma Parceria.

Quando se introduz o conceito de parcerias estratégicas no final dos anos 90 do século XX, estas servem para reforçar os seus laços com potências estabelecidas e países emergentes. A UE tem parcerias estratégicas com o Brasil, o Canadá, a China, a Índia, o Japão, o México, a Rússia, a África do Sul e os Estados Unidos da América (EUA). Não são idênticas porque as parcerias com os EUA, a Rússia, o Canadá e o Japão são bastante informais, enquanto as parcerias com a China, a Índia, o Brasil, o México e a África do Sul são mais formais, no sentido de que existe um documento intitulado “Uma parceria estratégica com...”. Não são iguais, porque apesar de os nomes serem semelhantes, as nove parcerias parecem ser muito diferentes na sua substância. A parceria com os EUA não pode ser comparada com a de outros parceiros estratégicos da UE, como o México ou a África do Sul (Renard 2011). Mas, de acordo com Grevi (2012), a Parceria Estratégica é algo que não está bem definido nos conceitos da UE. Ainda assim, “cada parceria inclui uma mistura desigual de escolha eletiva, inevitável necessidade e também conveniência bastante prática, dependendo das questões em jogo”.

Em relação à Parceria Estratégica com a China, a Comunicação de 2001, designada por “A estratégia da UE em relação à China: execução da comunicação de 1998 e novas medidas para reforçar a eficácia da política da UE”, o título da Comunicação, pela primeira vez, referiu-se em termos de estratégia da UE, definindo o

⁷ Conceito definido por Keohane como “a prática de coordenar políticas nacionais em grupos de três ou mais Estados” (Keohane 1990).

termo como incluindo tanto pontos de ação de curto prazo como de longo prazo e recordou os objetivos a longo prazo definidos em 1998 (Smith & Xie 2010).

A parceria entre a UE e a China envolveu por parte da UE três etapas principais: a partir de uma parceria construtiva, em 1998, para uma parceria global, em 2001, e para uma parceria estratégica, em 2003. A UE explica a Parceria Estratégica pelo Alto Representante da UE para a Política Externa e de Segurança Comum (PESC) Javier Solana, num discurso, em Xangai, que declarou que a parceria estratégica se baseia no facto de a Europa e a China discutirem e buscarem cooperar em “questões estratégicas globais, tais como a proliferação de armas de destruição em massa, o terrorismo internacional, a segurança global do aprovisionamento energético, crises regionais e ambientais”. Além disso, declarou que a China e a UE têm a mesma agenda para tentar dar resposta aos desafios globais. Portanto, são parceiros naturais de muitos modos e ambos fortes defensores do multilateralismo e do direito internacional como o melhor meio para alcançar esses objetivos (Solana 2005). José Manuel Barroso (Barroso 2005), o Presidente da Comissão Europeia na altura, declarou também em Pequim, que o desenvolvimento de uma estratégica e relacionamento duradouros com a China é mutuamente benéfico e uma prioridade para a política externa da UE deste século. Para alcançar este objetivo, todos deveriam perceber que a parceria UE-China não é uma ameaça, mas uma oportunidade para criar uma ordem internacional mais estável e equilibrada.

Após analisarmos ambos os lados, a UE e a China, parece-nos que, como escreve Pino (2010), a parceria estratégica UE-China pode ser sintetizada como a vinculação de parceiros estratégico-comerciais e parceiros com responsabilidades globais. Esta nova relação estratégica baseou-se não na identificação de inimigos mútuos mas nos desafios globais que partilham e que permitem um maior impulso para a cooperação bilateral abrangente de nível estratégico.

É com base nesta definição que responderemos à questão principal do trabalho que é: Existe uma verdadeira parceria estratégica entre a China e a UE ou esta ainda está em construção? A partir desta pergunta principal, estabelecemos as seguintes questões derivadas:

- 1- Como evoluiu a relação?
- 2- Quais as motivações da UE e da China para o estabelecimento da Parceria?

- 3- O que une ambos os atores?
- 4- O que os constrange?
- 5- Quais os principais desafios na relação?
- 6- Como se avalia a relação atual?
- 7- Quais as possibilidades futuras desta relação?

Este trabalho pretende caracterizar o tipo de relação existente entre a UE e a China, pela análise da sua evolução e dos vários parâmetros que a definem, sejam políticos, económicos, sociais ou da balança de poder internacional. É, também, finalidade deste estudo um melhor conhecimento da relação UE-China para interpretar os acontecimentos que os relacionam mais acertadamente, e assim captar desafios, constrangimentos e possibilidades desta relação. Visa igualmente contribuir para o estudo da relação UE-China em Portugal e, de alguma forma, trazer à memória uma relação de séculos que existe entre Portugal, que é membro da UE, e a China, plasmada na questão de Macau.

CAPÍTULO I – DE PARCEIROS COMERCIAIS A PARCEIROS ESTRATÉGICOS (1975-2002)

A República Popular da China foi fundada a 1 de outubro de 1949 por Mao Zedong, após a vitória das forças comunistas na guerra civil que opôs as forças nacionalistas lideradas por Chiang Kai-Shek às forças comunistas lideradas por Mao Zedong, apoiadas pela URSS.

Quase simultâneo com a fundação da RPC, a declaração do Ministro de Negócios Estrangeiros francês Robert Schuman, a 9 de maio de 1950, a chamada Declaração Schuman, propõe a criação da Comunidade Europeia do Carvão e do Aço (CECA), com vista a instituir um mercado comum do carvão e do aço entre os países fundadores, dando início à construção de uma “Nova Europa” baseada numa integração legal, económica, social e política. Seis países ocidentais, a França, a Alemanha, a Itália, a Bélgica, o Luxemburgo e a Holanda, assinaram em Paris, em 1951, o tratado da Comunidade Europeia do Carvão e do Aço. Em 1957, os mesmos países europeus assinaram os tratados que estabeleceram a Comunidade Económica Europeia.

A eclosão da Guerra da Coreia em 1950, na qual interveio a RPC e os EUA, provocou a cisão diplomática entre ambos os países e um embargo imposto pelos EUA à China. Posteriormente, deu-se a deterioração do relacionamento sino-soviético, com rutura das relações em 1961, o que originou um reposicionamento da China face aos países da Europa Ocidental, vistos agora como fonte de capital, de tecnologia e como mercado possível para os seus produtos, aproximando-se das principais economias europeias, como a França, a Grã-Bretanha e a República Federal Alemã (RFA).

A Grã-Bretanha foi o primeiro país ocidental a reconhecer a RPC, em 1950⁸. A França, em 1964, tornou-se a primeira grande potência da Europa Ocidental a estabelecer relações diplomáticas ao nível de intercâmbio de embaixadores com a China. Contribuiu para essa aproximação a política francesa do Presidente Charles de Gaulle empenhada em construir uma política externa independente dos EUA (Mengin

⁸ No entanto, note-se que só em 1972 houve troca de embaixadores.

2002). Finalmente, a República Federal Alemã (RFA) reatou relações em 1971⁹ (Snyder 2009a).

Após a visita do Presidente da República dos EUA, Richard Nixon, à China, em 1972, e com o Comunicado de Xangai, comunicado conjunto entre a China e os EUA, que marcou o início da normalização das relações entre os dois países, a então CEE, como instituição, iniciou igualmente um processo de aproximação à RPC com a visita ao país, em 1973, de Christopher Soames, Vice-Presidente da Comissão Europeia, estabelecendo-se, em 1975, relações diplomáticas. Até aí, as relações entre a Europa Ocidental e a China desenvolviam-se bilateralmente entre Estados.

O interesse da China em promover laços económicos mais estreitos com a CEE advinha em grande parte de objetivos geopolíticos, em busca de uma alternativa a uma comunidade internacional bipolarizada entre a URSS e os EUA. Isto é, melhorar as relações com a Europa e apoiar o processo de integração europeu refletia o pensamento estratégico contemporâneo da China: a visão dos três mundos delineada por Mao Zedong: identificava os EUA e a URSS como o primeiro mundo, por serem as grandes potências, e os Estados europeus ocidentais como o segundo mundo, por os considerar parceiros potencialmente valiosos no esforço da China no combate às duas potências hegemónicas da Guerra Fria. Assim, a China encorajou e instou os Estados da Europa Ocidental a integrarem-se e a desenvolverem uma postura comum, independente das superpotências.

Os interesses geopolíticos europeus eram igualmente servidos pelo processo de reformas económicas chinesas. A CEE teria que ter em conta o impacto da RPC nas suas relações bilaterais, no sistema económico internacional, e até ao nível do equilíbrio ambiental global. Möller (2002) acrescenta que a China esperava que a CEE desempenhasse um papel mais ativo na contenção do hegemonismo soviético e que contribuísse para a sua modernização económica e tecnológica. Do lado da CEE, o lançamento do projeto “Quatro Modernizações”¹⁰, em 1975, pelo Primeiro-Ministro Zhou Enlai, havia ressuscitado o sonho milenar de abertura do maior mercado consumidor do mundo. Escreve também a professora Jing Men (2011) que já durante a

⁹ Contudo, a RFA tinha, desde 1955, um gabinete de comércio com a China.

¹⁰ As “Quatro Modernizações” abarcam a agricultura, indústria, ciência e tecnologia e defesa nacional. Este programa de reforma dava particular ênfase à autoconfiança, característica do Império do Meio, à substituição de importações e ao crescimento sustentado pelas exportações e comércio externo.

Guerra Fria, quando as diferenças ideológicas os colocavam em campos diferentes, a China tinha a ideia de que a Europa poderia ser uma força de equilíbrio contra os EUA. Quando a Grã-Bretanha, a Dinamarca e a Irlanda se juntaram à CEE, em 1973, criando a então informalmente chamada “Europa dos nove”, a imprensa chinesa saudou esse acontecimento como um novo passo dos países europeus ocidentais em associar forças contra a hegemonia das superpotências, especialmente contra o controle e a interferência dos EUA na Europa Ocidental (Men 2011). E, anteriormente, havia toda uma história em que a França de De Gaulle vetara a entrada da Grã-Bretanha em 1963 e 1967, oficialmente porque a economia britânica não tinha ainda condições para se juntar ao Mercado Comum, mas, na prática, porque desconfiava de uma Grã-Bretanha que não tinha querido entrar de início e que tinha uma “relação especial” com os EUA, demasiado próxima para o Presidente da França, que imaginava o seu país a voltar aos seus tempos de glória e de liderança depois do abalo que sofrera com a Guerra da Indochina e a Guerra da Argélia.

Só depois de De Gaulle sair do poder é que a CEE se alargou. Ou seja, era público que havia uma parte dos europeus que não queria ser apenas um aliado dos EUA, queria ter mais peso específico no concerto mundial. Song e Ding escreveram que, quando começaram as reformas na China e se deu a abertura política no final dos anos 70, esta vinha a reconhecer que as boas e estáveis relações com a Europa seriam um pré-requisito necessário para a sua modernização. Para as indústrias da China orientadas para as exportações, as economias europeias desenvolvidas não só significariam um enorme mercado, mas também uma fonte significativa de investimentos e tecnologias muito necessários (Song & Ding n.d.).

Pode afirmar-se que a Guerra Fria proporcionou o contexto para o estabelecimento de relações diplomáticas entre a UE e a China: a disputa de poder na cena internacional era sobretudo entre os EUA e a URSS, e a Europa sempre tivera, além do mais, a tal forte corrente que se batia por um mundo com menos tensões. A França de De Gaulle é um bom exemplo dessa Europa que se batia por um caminho próprio de independência, como referido atrás.

Após a morte de Mao Zedong em 1976, Deng Xiaoping iniciou então as reformas económicas orientadas para o mercado e para a “abertura” da China para o mundo exterior (Snyder 2009c). O fim do isolamento chinês no contexto internacional

criou novas oportunidades comerciais nas relações económicas entre a CEE e a China. Deng Xiaoping referiu nessa altura que a “China precisa concentrar-se com todas as suas forças na construção económica e tornar-se uma potência socialista moderna. Precisamos de um ambiente internacional de paz e estamos a esforçar-nos para o criar e defender. A construção económica é uma questão de importância vital para o nosso país, tudo o resto deve ser condicionado a esse desígnio” (Xiaoping 1987).

A CEE e a China concluíram acordos bilaterais que eram exclusivamente dirigidos ao comércio, no geral, ou ao comércio de produtos têxteis, em particular. O primeiro, em 1978, com o Acordo de Cooperação Comercial que era, na sua natureza, genérico. Expressava a determinação das partes em criar condições favoráveis para o comércio, melhorar as estruturas para as suas trocas comerciais e examinar sugestões da outra parte com o propósito de facilitar as transações. As partes comprometiam-se a fazer todos os esforços para promover o aumento e o equilíbrio no comércio, com a China a oferecer contrapartidas favoráveis às importações da CEE e a CEE a esforçar-se por aumentar a liberalização de importações da China. É um acordo que reflete ainda o facto de que as reformas de mercado na China estavam no princípio. As partes afirmaram que o comércio deveria ser realizado a preços e taxas de Mercado. O Acordo também criou um Comité Conjunto para o comércio CEE-China, com encontros anuais, em Pequim e Bruxelas alternadamente. Uma das suas funções seria a de monitorizar o Acordo e examinar quaisquer problemas que pudessem surgir.

Em 1985, o segundo, foi instituída uma base jurídica para as relações China-Europa através do Acordo de Cooperação Económica e Comercial, um acordo que atualmente ainda rege as relações entre o bloco europeu e o país mais populoso do mundo (Delage & Abad 2013). A parte económica deste acordo elenca os elementos objeto de cooperação que são o industrial e mineiro, a energia, os transportes e comunicação, e a tecnologia. A parte comercial define um quadro não preferencial para aumentar as importações recíprocas sobre a base dos preços de mercado. É um documento curto (contém apenas 18 artigos) destinado a promover e intensificar o comércio e a estimular a expansão contínua da cooperação económica, dado que a maior parte do diálogo político entre China e os países da CEE, naquela época, era limitado à economia. As relações comerciais entre a China e a Comunidade Económica Europeia baseiam-se na “Cláusula da Nação mais Favorecida” (Mendes 2000). Desde a

reforma e a abertura da China no final da década de 70, que a Europa tem sido um dos seus mais importantes parceiros comerciais e económicos. A China precisava do investimento, tecnologia e experiência de países europeus (Delage & Abad 2013).

Embora a China e a então CEE tivessem estabelecido relações diplomáticas em 1975, a preocupação da RPC com a sua segurança, no contexto da bipolarismo nas relações internacionais, atribui à Europa um “papel secundário” na sua política externa durante a Guerra Fria (Yahuda 1994). Isto é, durante a Guerra Fria, o relacionamento da China com a Europa (ou mais precisamente o antecessor da UE, a CEE e os seus Estados-Membros) foi considerado “significativo”, mas “secundário”, num contexto em que havia forças estratégicas mais vastas e mais organizadas.

No ano de 1989, registaram-se mais desenvolvimentos importantes na abordagem da CEE à China, catalisados pelo incidente da Praça Tiananmen, mas também, de modo mais geral, pelo final da Guerra Fria. A reação europeia aos incidentes de Tiananmen de 4 de junho de 1989, em que foram mortos, segundo números oficiais chineses, cerca de 200 estudantes – números que a Amnistia Internacional considera aquém da realidade (Amnistia Internacional n.d.) – foi politicamente significativa.

O Conselho Europeu, reunido em Madrid em 27 de junho de 1989, fez uma declaração em que suspendia os contactos de alto nível e impôs uma série de sanções, incluindo um embargo ao comércio de armas que ainda está oficialmente em vigor, apesar da pressão chinesa para a sua remoção (Shaocheng 2005). Sublinhe-se que o embargo de armas foi imposto como uma sanção para expressar a preocupação sobre a forma como a China olhava para os direitos humanos depois da repressão na Praça de Tiananmen (House of Lords 2010).

Nos anos que se seguiram ao fim da Guerra Fria, considerado habitualmente como a queda do Muro de Berlim e dos regimes comunistas na Europa de Leste, o ambiente internacional mudou consideravelmente. Pela parte da UE, com a adoção do Tratado de Maastricht de 1992 (formalmente denominado Tratado da União Europeia), que transformou a CEE em Comunidade Europeia (CE) na sequência do Ato Único Europeu de 1986, esta iniciou de forma decidida o processo de União Monetária, que culminou, depois, na criação da moeda única (euro). A Comunidade económica inicial foi ultrapassada, daí que se passe a chamar União, para integrar três

pilares: as Comunidades Europeias, a Política Externa e de Segurança Comum, e a Cooperação Policial e Judiciária em matéria penal. A partir dele, a UE dotou-se do Conselho Europeu, com uma função específica, integrou a política externa no Tratado sob a forma de Política Externa de Segurança Comum, e ampliou as competências legais e as áreas políticas da Comunidade Europeia (Snyder 2009c).

Pela parte da China, após a desintegração da URSS, a China deixou de enfrentar qualquer ameaça militar direta a partir do Norte. Pela primeira vez desde a primeira Guerra do Ópio (1839-1842), a China gozou de um ambiente de segurança sem qualquer ameaça militar de uma grande potência à sua integridade territorial. Por outro lado, o regime chinês necessitava de manter o processo de desenvolvimento e crescimento económico. O desenvolvimento económico e social é percebido como essencial para a sustentabilidade do regime político chinês, estruturado à volta do Partido Comunista Chinês (PCC) (Song & Ding 2013), após o colapso da URSS e a refutação do comunismo como uma ideologia socioeconómica, entre os finais da década de 80 e início da de 90 (Wu 1998).

Ora a China percebera que a UE estava a tornar-se num ator global com maior influência na esfera económica e comercial e também na agenda global. Por seu lado, a União Europeia também começou a mostrar um interesse mais forte na China enquanto mercado para os seus produtos e enquanto parceiro político (Delage & Abad 2013), isto é, a UE confirma a importância de desenvolver relações com a China devido ao seu interesse pelo mercado chinês e o potencial enorme benefício a que a cooperação económica levaria.

A 20 outubro de 1990, os ministros dos negócios estrangeiros reunidos no Luxemburgo decidiam a suspensão das sanções económicas e, em 1992, a CE e a China normalizaram a relação comercial (exceto o comércio de armas). As visitas de alto nível regressaram e em 1994 foi criado um novo quadro para organizar o diálogo político bilateral (Dai 2006). Podemos dizer, como Algieri (2002), que se o evento de Tiananmen atrasa, na verdade, não para o desenvolvimento das relações económicas UE-China. No mesmo ano, em 1994, Jiang Zemin deu a conhecer os “Quatro Princípios para o Desenvolvimento entre a China e a Europa Ocidental”: o respeito mútuo, a busca de uma base comum de diálogo, o esbatimento das diferenças e a resolução de conflitos através de consultas e cooperação (Dai 2006).

A CEE, que nos anos 80 se tinha alargado (nomeadamente a Portugal e à Grécia), procurava uma nova energia e mercados em novas partes do mundo para o crescimento económico europeu e manifestou a sua vontade em reforçar a cooperação com outros países do mundo. O relatório da Comissão Europeia “Para uma nova estratégia asiática”, em 1994, aprovado pela Cimeira do Conselho Europeu em Essen, Alemanha, foi uma primeira tentativa de adotar uma visão integrada e equilibrada das relações entre a UE e os países asiáticos em geral, que reforçou a posição dos países da Ásia Oriental na diplomacia da UE. A mensagem central era anunciar que as relações euro-asiáticas precisavam reformar-se em profundidade e adaptar-se a novos tempos.

A Comissão Europeia partia de uma constatação fundamental: “A Ásia sabe muito pouco sobre a Europa e a Europa sabe ainda menos sobre a Ásia” (European Commission 1994a). Um primeiro importante motivo para a modernização das relações económicas euro-asiáticas era proporcionado pela economia: tratava-se de uma nova pressão concorrencial de certos países da Ásia Oriental. Os primeiros anos da década de noventa do século XX foram, de facto, os anos mais marcantes dos “tigres” ou dos “dragões” económicos da Ásia, economias emergentes, caracterizadas por um crescimento económico de dois dígitos (Serradell 2003). “A ascensão da Ásia está a mudar drasticamente o saldo da balança do poder económico global, pelo que a Europa deve urgentemente reagir”. E acrescenta: “O Banco Mundial prevê que em 2000 metade do crescimento económico mundial virá da Ásia Oriental e Sudeste Asiático. Este crescimento significa que, até 2000, mil milhões de asiáticos irão desfrutar de um importante poder de compra e, destes, 400 milhões terão disponível um rendimento maior do que os seus conterrâneos europeus e americanos. A UE precisa, portanto, de dar uma maior prioridade à Ásia do que no presente. A Ásia como um todo já significa o primeiro parceiro comercial da UE, com 23,2% do seu comércio externo” (European Commission 1994b).

A China destacava-se como a economia mais promissora na “Nova Estratégia para a Ásia” da Europa. Ou seja, há razões práticas para que a Ásia, e particularmente a China, passassem a ser um objetivo estratégico da Europa, o que conduziu a UE a um ajustamento do seu relacionamento com a China, tornando-se esta no principal alvo dos esforços políticos da UE. Entre 1978 e 1995, a China teve um crescimento

económico anual de cerca de 10%, uma taxa de crescimento muito alta que perdurou muito tempo e que os europeus perceberam que iria continuar. Por volta de 1995, a China já era o maior fornecedor de têxteis e roupa para a CE (Carlsnaes & Risse-Kappen 2010). A Europa alarga, assim, a sua visão sobre a China.

Deste modo, em 1995, nasce a primeira das cinco comunicações¹¹ da Comissão ao Parlamento Europeu e ao Conselho, que se iriam suceder no tempo. Designada por “Política de Longo Prazo para as relações China-Europa” (European Commission 1995), resulta do reconhecimento político sobre a importância que adquiriu a China no sistema internacional, abrindo um novo capítulo na história das relações China-UE (Chen 2008). A Comunicação inicia com a confirmação dessa importância ao referir que “A ascensão da China não tem paralelo entre as experiências nacionais desde a Segunda Guerra Mundial (...) A China está cada vez mais forte, tanto na esfera político-militar como na económica”. Postula, também, o desenvolvimento a longo prazo de um “relacionamento com a China que reflita a sua influência económica e política mundial, bem como a regional” sendo as relações UE-China apresentadas como uma “pedra angular” nas relações externas da Europa, não apenas na Ásia, mas em todo o mundo (European Commission 1995).

A Comunicação de 1995 indica que “A ascensão da China representa enormes oportunidades e desafios para o sistema internacional” (European Commission 1995). Isto no sentido de que, por um lado, a China podia oferecer um imenso mercado para os países exportadores, ao ser rica em matérias-primas e desfrutar de um rápido crescimento, e, por outro, a sua ascensão poder causar um impacto na definição de regras para a governação global, pois que a um aumento do peso económico está em

¹¹ As Comunicações são instrumentos que não obrigam a UE, se olharmos para o artº 288 do Tratado do Funcionamento da União Europeia, que diz: “Para exercerem as competências da União, as instituições adotam regulamentos, diretivas, decisões, recomendações e pareceres” (Parlamento Europeu 2015). O mesmo artigo diz depois que “as recomendações e os pareceres não são vinculativos. As Comunicações são documentos com uma média de trinta páginas, que passam em revista geralmente os documentos anteriores e os seus objetivos e colocam novos “elementos para ação” em cada sector. São documentos de ambição, de procurar caminhos novos, por oposição a documentos chineses, que são mais defensivos, parecem mais interessados em dizer o que não se pode fazer. As Comunicações da Comissão são detalhadas e dão uma ideia de como as coisas devem evoluir. Depois, todos os problemas são contextualizados e todos os “elementos de ação” são enumerados. Isto é, são documentos com que a Comissão Europeia baliza a relação com a China. As comunicações desempenharam um papel importante na coordenação interna e na publicitação externa, e ajudaram a estabilizar a relação económica bilateral porque eram uma reflexão que ia deixando pistas (Xiaotong 2014).

geral associado a um maior peso político. Como tal, a UE propunha “encorajar a China a tornar-se plenamente integrada na comunidade internacional e apoiar a sua adesão à OMC” (European Commission 1995). A adesão da China à OMC revelou-se uma questão essencial desde a criação desta em 1995, visto que as organizações mundiais estão assentes em princípios de economia de mercado; portanto, estas estruturas eram o melhor meio para dismantelar os monopólios estatais responsáveis pela falta de acesso dos produtos e investimento estrangeiros ao mercado chinês.

Como afirma o relatório da Câmara dos Lordes (2010), o milagre económico da China tem um impacto sobre os preços dos recursos naturais fundamentais, contribui para o aquecimento global e modifica o equilíbrio económico entre os países dentro e fora da Ásia. Do mesmo modo, a ascensão da China podia exercer influência sobre as questões de direitos humanos¹². Como tal, ao analisar esta comunicação, pode aferir-se que esta coloca os direitos humanos no centro da política global da UE. Com efeito, a Comissão argumenta que um diálogo aprofundado sobre todos os aspetos da questão dos direitos humanos deve ser perseguido em cada oportunidade e propõe “prosseguir as preocupações da UE em matéria de direitos humanos e do desenvolvimento de uma sociedade civil na China, baseada no Estado de Direito” (European Commission 1995).

Nenhuma menção especial foi feita ao facto de a China ser uma superpotência em potência, com uma longa e orgulhosa história, o que a torna um alvo muito diferente para os esforços da promoção dos direitos humanos da UE do de um pequeno país dependente de ajuda. Pelo contrário, a Comissão remeteu para a aceitação da China da Declaração de Viena de 1993 e para o Programa de Ação da Conferência Mundial sobre Direitos Humanos, como comprovativo de um compromisso partilhado entre a China e a UE (Mattlin 2009).

A Comunicação de 1995 tratou também de antecipar-se ao processo de entrega de Hong Kong, que se levaria a cabo em 1997, e de Macau, em 1999, indicando que a UE se encontrava disposta a colaborar com o governo chinês sobre os termos dos acordos de autonomia estabelecidos para ambas as regiões, e do respeito pela China do sistema de livre comércio com o esquema “um país, dois sistemas” idealizado por

¹² A UE baseia-se no *acquis communautaire* e no *acquis politique*: paz, liberdade, democracia, estado de direito, e direitos humanos (Manners 2002).

Deng Xiaoping para acomodar estas duas regiões especiais – havia uma preocupação com estas duas regiões, com uma história bem diferente da do resto da China. Para lá do apoio ao processo de devolução de Hong Kong e Macau, a cooperação da China seria recompensada pela UE em termos que resultaram fundamentais para o sucesso do processo de modernização chinês, como a assistência técnica em matéria de gestão empresarial e o desenvolvimento de um programa de cooperação no campo jurídico (European Commission 1995).

Pode afirmar-se que a UE buscava influência no processo de reforma chinês de acordo com a sua natureza, a de um poder normativo (Pino 2010), ou então, como escreve David Shambaugh (2004b), a UE tentava que a China “fosse mais como nós”.

A Comunicação de 1995 dá sinais muito fortes de que a relação podia aprofundar-se porque politicamente essa complementaridade também existia. Isto é, a China tinha que desempenhar um papel de crescente importância no sistema internacional, mas, para isso precisava de ganhar credibilidade nos fóruns internacionais. A União Europeia era o parceiro ideal para ajudar nessa aproximação. A Europa não projetava ambições militares (como os EUA), a Europa tinha massa crítica suficiente mas não era um concorrente direto como os EUA, a Europa tinha capacidade diplomática para ajudar a China sem provocar outro tipo de tensões (como os EUA faria, pelos seus interesses muito marcados em certas regiões do mundo). Havia na UE a consciência de que incluir a China no sistema de comércio multilateral era essencial por razões relacionadas com o acesso ao mercado, direitos de propriedade intelectual (DPI) e redução de cópias e deturpações realizadas por firmas chinesas sobre produtos europeus.

Eram ainda identificadas cinco áreas na nova estratégia de cooperação com a China, tais como a reforma económica e social, a cooperação ambiental, o desenvolvimento de recursos humanos, a cooperação industrial e a redução da pobreza rural e urbana (European Commission 1995).

Pode afirmar-se que foram identificados os principais interesses da UE na China como uma preocupação comum sobre a segurança global e regional, a estabilidade económica global e outras questões globais, e a manutenção da competitividade da UE. Os principais objetivos previstos no documento eram três: encorajar a China a tornar-se plenamente integrada na comunidade internacional, contribuir para a

reforma dentro da China, e intensificar os laços entre a UE e a China (Mattlin 2009). São, de resto, objetivos que vão enformar as comunicações seguintes da UE, como veremos adiante.

Portanto, com a Comunicação de 1995, procurou-se elaborar uma estratégia que reconheceu o impacto económico e político internacional e regional de ascensão da China. Os pilares da estratégia da UE deviam ser o envolvimento construtivo, o compromisso com os direitos humanos, assegurar o futuro de Hong Kong e Macau, apoiar a reforma económica da China, apoiar a candidatura da China para a adesão à Organização Mundial do Comércio, a cooperação orientada e o aumento da visibilidade da UE na China (Snyder 2009c).

A associação feita pela Comissão Europeia entre a proteção da segurança económica da União e o desenvolvimento a longo prazo da China depara com a visão de Pequim sobre o significado da Europa para a segurança económica da China. Desde o início da década de 90 que a intensificação das relações com os países europeus tem sido vista pelos líderes chineses como parte do objetivo estratégico do país em aumentar a sua força global. Para os líderes chineses, incentivar as relações com a UE é crucial, tanto por razões comerciais como por razões estratégicas de segurança – em particular para a obtenção de tecnologia de ponta, necessária para a modernização da China (Casarini 2006b). No que à China se refere, este período conta com a tradução constitucional, a partir de 1993, do conceito de “socialismo de características chinesas”, outra definição de Deng.

Desde 1995, que as relações UE-China foram construídas sobre três pilares:

Pilar I- Diálogo político bilateral ampliado¹³, acompanhado de modo específico (em 1996) por um diálogo sobre os direitos humanos (duas reuniões anuais)¹⁴ - anteriormente o diálogo euro-chinês era limitado a uma reunião anual à margem da reunião da Assembleia Geral das Nações Unidas;

¹³ Este diálogo criado em 1994 foi reforçado através de uma troca de cartas em junho de 2002, tendo evoluído para uma série de reuniões regulares a diversos níveis (Troica dos Ministros dos Negócios Estrangeiros da UE, Chefes de Missão, Diretores Políticos, Diretores Regionais), incluindo cimeiras anuais (a partir de abril de 1998). O Diálogo Estratégico de Alto Nível, criado em 2010, é neste pilar, o mais importante mecanismo de política. Para organizar as posições europeias, com a assinatura do Tratado de Lisboa, o diálogo político passou a ser conduzido por representantes das instituições europeias.

¹⁴ O diálogo sobre os direitos humanos foi lançado em janeiro de 1996, mas foi interrompido em 1997, após a Dinamarca e outros nove países membros da UE apresentarem uma resolução crítica na sessão desse ano da Comissão das Nações Unidas sobre Direitos humanos. Um pouco mais tarde, no mesmo ano, a China decidiu retomar o diálogo.

Pilar II - Relações económicas e comerciais;

Pilar III - Cooperação, que inclui assistência técnica europeia para a China (Serradell 2003).

O principal objetivo da União Europeia é contribuir para a integração rápida e completa da China na comunidade internacional, tanto política quanto economicamente. A UE considera como seus os sucessos da China e continua a estimular os chineses a terem o lugar que lhes corresponde em todo o conjunto de instituições que lidam com os problemas globais. A UE quer uma China estável, próspera, aberta, que abraça de todo o coração o sistema democrático, os princípios do mercado livre e do Estado de Direito (Serradell 2003).

Deste modo, verificou-se um desenvolvimento significativo da área diplomática UE-China, visível quer através da criação de novos canais de diálogo quer através do crescente número de matérias incluídas na agenda de cooperação bilateral.

Quando Deng Xiaoping morre, em fevereiro de 1997, o então Presidente da Comissão Europeia, Jacques Santer, disse que Deng tinha iniciado “o processo de reforma que leva a uma economia de mercado, que já é irreversível. Isso permitiu que a Europa e a China construíssem um relacionamento florescente em questões comerciais e de investimento, e também fortaleceu os laços políticos entre ambos” (Serradell 2003).

As principais ideias desta comunicação de 1995 mantinham-se relevantes, contudo, uma série de eventos significativos deram origem à necessidade de “atualizar” as relações UE-China. Neste contexto é importante mencionar a celebração do 15º Congresso do Partido Comunista Chinês, em 1997, onde a elite política chinesa expressou o seu compromisso com a economia orientada para o mercado, e de exercer um papel mais responsável na política externa. O processo de *handover* bem-sucedido de Hong Kong, bem como o papel da China no processo de paz do Camboja, foram bons exemplos desta nova abordagem chinesa da cena internacional (Song & Ding 2013).

A evolução positiva nos anos seguintes à Comunicação de 1995, como mostrado atrás, a perspetiva do potencial impacto da União Económica e Monetária e do alargamento a leste da União Europeia que estavam em preparação, e as enormes mudanças na própria China levam a Comissão Europeia a elaborar a segunda

comunicação sobre as relações com a China, em março de 1998 intitulada “Para uma parceria global com a China”. De acordo com a Comissão Europeia (1998) “A UE deverá estar preparada para adaptar rapidamente a sua política a quaisquer mudanças imprevistas suscitadas pelo ritmo e alcance do processo de transição chinês”.

Pode verificar-se ainda na mesma comunicação a relevância dada pela UE à ascensão da China ao referir que a sua ascensão “como uma potência mundial é de enorme significado histórico, tanto para a Europa como para a comunidade internacional no seu conjunto. A China tornou-se um importante parceiro num mundo cada vez mais dominado pelas forças da globalização (...) O empenhamento da China enquanto potência económica e política emergente, bem como a sua integração na comunidade internacional, poderá revelar-se um dos mais importantes desafios da política externa do século XXI para a Europa e parceiros” (Comissão Europeia 1998). Enquanto tal, a UE propõe tornar a RPC um parceiro contínuo e ajudar a integrar progressivamente a China na comunidade internacional, apoiar a sua transição para uma sociedade aberta, uma maior integração da China na economia mundial através do comércio e do apoio à reforma interna, e fazer o melhor uso dos escassos recursos da UE para aumentar a sua visibilidade na China (Comissão Europeia 1998).

Para alcançar esses objetivos, a Comissão apelou para a realização de cimeiras anuais, para uma maior quantidade de reuniões de nível ministerial e para a realização de reuniões entre diretores políticos. Era já um programa forte em vários domínios. Esta segunda Comunicação de 1998 enfatiza que “As bases analíticas da Comunicação de 1995 continuam ainda a ser válidas, pelo que permanece a plataforma sobre a qual é construída a política da UE em relação à China” (Comissão Europeia 1998). Na verdade, as áreas de cooperação (global, regional e bilateral) elencadas não eram muito diferentes das plasmadas na Comunicação de 1995 (e vão continuar a ser nas Comunicações seguintes), o espetro sugerido era mais amplo (por exemplo, propondo o diálogo com a China sobre a Birmânia, os Estados Indo-chineses e os Estados da Ásia Central) e as recomendações em áreas como a adesão à OMC eram mais detalhadas pois que as declarações gerais já não eram consideradas suficientes.

A comunicação também respondeu a questões levantadas na negociação da entrada da China na OMC, processo iniciado um ano antes. Como resultado, a

comunicação queria a China mais envolvida bilateral e multilateralmente, prometendo maior apoio ao seu processo de transição.

Sobre os direitos humanos, o documento afirmava haver melhorias “desde há vinte anos”, e parecia adotar os argumentos da RPC ao estabelecer uma ligação estreita entre a observação dos direitos humanos, por um lado, e “ligado ao desenvolvimento económico e à prosperidade, bem como à estabilidade social e política de qualquer país a longo prazo”, por outro (Comissão Europeia 1998).

Os méritos do diálogo foram enfatizados, assim como foi a formação de juizes. Referia, ainda, “um acordo de princípio quanto a um programa de cooperação destinado a reforçar o Estado de Direito e a promover os direitos civis, políticos, económicos e sociais” (Comissão Europeia 1998).

Na economia, a Comunicação de 1998 era ainda mais pró-ativa, como, por exemplo, na promoção do investimento europeu e em relação ao futuro euro, e mais otimista do que o seu predecessor havia sido (Möller 2002). Convém não esquecer o contexto difícil da Europa nestes anos, em que mesmo moedas fortes como a Libra e o Franco sofriam ataques nos mercados mundiais, que deixavam os seus governos em grandes dificuldades, situação que em boa parte contribuiu para a decisão de lançar a moeda única (Mendonça 2007).

Em março de 1998, do Conselho de Assuntos Gerais (CAG) da UE concluiu que a UE iria “nem propor, nem endossar” qualquer resolução a criticar a China na Comissão de Direitos Humanos das Nações Unidas. Em vez disso, a UE irá alargar a sua abordagem construtiva para a área de direitos humanos, e criar um mecanismo de diálogo UE-China sobre os direitos humanos (Shambaugh 2004).

A partir de 1998, o diálogo UE-China sobre direitos humanos é realizado duas vezes por ano. Constitui o único fórum que envolve a China em questões sensíveis e em que as preocupações da UE são comunicadas diretamente às autoridades chinesas. Além disso, a Comissão apoia uma série de programas de cooperação relacionados com os direitos humanos (sobre a governação local, a cooperação jurídica, a promoção dos direitos das mulheres, Convenções sobre os Direitos Humanos etc.) (Casarini 2006a).

O ano de 1998 foi, assim, muito significativo nas relações sino-europeias pois a partir de então a China começou a assumir uma posição central no vínculo

euroasiático, tornando-se no principal parceiro comercial asiático da Europa (Pino 2010), ano em que também se realizou a primeira cimeira UE-China, em Londres (durante a Presidência britânica da UE). Desde então, as cimeiras têm sido realizadas anualmente (com um curto interregno por desavenças em 2008, por causa de um encontro entre o Presidente da França, Nicolas Sarkozy, e o Dalai Lama) (Henriques 1998). Alternando entre Pequim e o país anfitrião dos seis meses da Presidência rotativa da UE à altura, participam os mais altos representantes de cada um dos lados (Chen 2008). Outras reuniões periódicas entre diretores políticos reforçam os preparativos das cimeiras (Serradell 2003). A criação da cimeira anual deu uma nova oportunidade para a UE colocar na mesa, num único cenário de negociação, as questões-chave – políticas económicas, científicas e ambientais – o que melhorava a capacidade de decisão.

Uma afinidade de posições parecia emergir, com os Estados europeus a aprofundarem o seu processo de integração através da criação de uma moeda comum e da Política Externa e Segurança Comum. Nesse contexto, a Europa é vista como um parceiro natural e ideal na China na direção a um mundo multipolar (mais recentemente descrito como um mundo harmonioso), que coloque maior ênfase no multilateralismo. Além dos aspetos estratégicos da visão chinesa acerca da Europa, também a veem como um pré-requisito necessário para o seu desenvolvimento: com uma estratégia de desenvolvimento orientada para a exportação, a Europa, com a sua economia desenvolvida, é vista como fornecedora não apenas de um mercado-chave, mas também de tecnologia e investimentos necessários para a enorme reestruturação económica da China (Carlsnaes & Risse-Kappen 2010).

Na viragem do século, tanto a China como a UE têm estado sob pressão para redefinir as suas respetivas funções em condições de acelerada globalização, em que a geografia pode ter perdido alguma da sua relevância como fator modelador das relações internacionais (Möller 2002).

Em 2000, a UE tornou-se o maior investidor estrangeiro na China (Xin 2009). Ser o maior investidor estrangeiro na China era um indício da confiança que os europeus tinham no futuro do Império do Meio, porque só há confiança com provas disso. O investimento estrangeiro é obviamente uma prova irrefutável. As relações económicas e comerciais têm sido um dos fundamentos da relação China-UE. A

estabilidade e o desenvolvimento saudável das relações comerciais e económicas providenciaram as bases para o aprofundamento do relacionamento bilateral.

Em 2000, a UE e a China assinaram um acordo que foi decisivo para a entrada da China à OMC em dezembro de 2001 (Embassy of the Popular Republic of China in the United States of America 2000). O acesso da China à OMC foi um processo muito longo e difícil e foi preciso uma aproximação à UE (Gertler 2003). A partir desse momento (e até antes), a União Europeia está envolvida numa série de programas de assistência técnica a países em desenvolvimento ou menos desenvolvidos, de forma a ajudá-los, por exemplo, na proteção de direitos de propriedade intelectual e a China é um desses países. A UE anualmente comunica à OMC os progressos que se verificam e a atividade desenvolvida, como se vê nesta publicação da Comissão Europeia (European Commission n.d.). E programas multianuais em vários sectores de atividade, como detalhado neste documento ainda preliminar mas que trazemos aqui para dar nota do pormenor a que chegavam todos os sectores e o que isso significou de verdadeira revolução cultural para a China na aviação civil, no comércio, nas alterações climáticas, na formação de pessoal para dar resposta às novas necessidades (European Union External Service n.d.).

A entrada da China na OMC foi um evento de grande importância mundial, porque a China tem um enorme peso. O acesso da China, percebe-se, não se fez sem condicionalidades por parte da UE. A mais importante foi a condição de, durante quinze anos, poder não atribuir à China o Estatuto de Economia de Mercado (EEM). Expliquemos: para um país obter o EEM, este deve ter uma taxa de câmbio flutuante, um mercado livre, um governo não-intrusivo, eficientes normas de contabilidade nas empresas e, por último, uma definição clara dos direitos de propriedade e das leis de falência (Gajdos & Bendini 2013a).

Desde a adesão da China em 2001, a OMC tem proporcionado o quadro jurídico multilateral para as relações UE-China em muitos campos. A UE e a China cooperam no âmbito de outras organizações internacionais, como as Nações Unidas e os seus órgãos subsidiários, ou organizações internacionais de normalização. No entanto, a OMC tem um significado especial nas relações UE-China por causa da enorme importância do comércio no desenvolvimento das suas relações (Snyder 2009b).

O diálogo político contínuo entre os dois lados abrange uma vasta gama de temas, tais como a não-proliferação e controle de armas e conflitos regionais, e não foge ao tratamento de questões sensíveis, como a relação com Taiwan. A UE continua partidária da estabilidade e da paz no Estreito de Taiwan. A UE respeita o princípio de “uma só China”, mas insiste que a questão de Taiwan só poderá ser resolvida através do diálogo pacífico, evitando o uso da força. A UE mantém o princípio de “um país, dois sistemas”, no caso de Hong Kong e Macau (Serradell 2003).

A UE considera que a entrada da China na OMC teve um impacto profundo na sociedade chinesa no seu todo. As regras da OMC forçam o Governo a introduzir reformas judiciais e reforçarão o Estado de Direito. A adesão à OMC irá promover a abertura da sociedade chinesa e o respeito pelos direitos humanos. De acordo com Serradell (2003), a UE está ciente de que a plena integração da China na economia global exige enormes reformas internas, que têm grandes obstáculos a superar. Os desafios que a China tem de enfrentar são enormes: económicos (necessidade de manter o crescimento num quadro de estabilidade macroeconómica, reestruturação das empresas estatais), sociais (crescentes disparidades de rendimentos sociais, aumento do desemprego urbano, tensões no campo, a migração do campo para a cidade) e políticos (necessidade de gerir e controlar todo o processo de mudança colossal que a China tem realizado e, ao mesmo tempo, assegurar a introdução gradual do Estado de Direito, e a abordagem progressiva à democracia).

Em 2001, para lidar com a entrada, que se avizinhava, da China à OMC, a UE lançou a Comunicação “Estratégia da UE para a China: Execução da Comunicação de 1998 e novas medidas para reforçar a eficácia política da UE”, notando que “um país da dimensão da China constitui uma parte dos principais problemas que se levantam a nível internacional ou regional, bem como da sua solução” (Comissão Europeia 2001). O título da Comunicação, pela primeira vez, referiu-se à China em termos de estratégia da UE. A comunicação resumiu os objetivos anteriores, analisou os progressos para os cumprir e propôs ações específicas para o curto e médio prazo. As propostas específicas incluíam uma maior integração na comunidade internacional através de um diálogo mais estruturado e intenso, apoio às reformas económicas e sociais para uma sociedade mais aberta; uma maior integração da China na economia mundial, inclusive o reforço de mecanismos para lidar com os diferendos comerciais bilaterais; uma

melhor utilização dos programas de cooperação europeus na China; o reforço da imagem da UE na Ásia. Em praticamente todas as áreas, a Comissão enfatizou a importância de assistência técnica adicional (Comissão Europeia 2001). De acordo com Lu et al (2014) a estratégia desta comunicação incluía duas partes, a primeira parte examina a execução da parceria global com a China, e a segunda parte complementa políticas antigas, baseando-se em novas situações.

A adesão da China à OMC, em 2001, fortemente apoiada pela UE, foi um momento importante nas suas relações bilaterais e multilaterais, como ascensão da China ao legítimo lugar na arena internacional, à luz da sua dimensão de mercado e população (Serradell 2003). É também um momento de prestígio interno para os dirigentes chineses.

Se a UE e a China se reconheceram mutuamente como força emergente no teatro internacional após o fim da Guerra Fria, com a entrada na OMC da China no final de 2001 e a introdução do euro em janeiro de 2002, ambas as partes desenvolveram um maior interesse em aprofundar a sua parceria. Como se pode ver pela tabela I, o comércio bilateral cresceu rapidamente, sendo que tanto a China como a UE emitiram documentos políticos muito importantes em 2003 que visam uma forte relação bilateral.

Tabela I. Comércio UE-China, 2000-2004

	(€ mil milhões)		
	Exportações	Importações	Balança comercial
2000	25,8	74,4	-48,6
2001	30,6	81,6	-51,0
2002	34,9	89,6	-54,7
2003	41,2	105,4	-64,2
2004	48,0	126,7	-78,7

Fonte: (Barysch et al. 2005)

Como veremos no capítulo seguinte, em setembro de 2003, a UE lançou a Comunicação “Aprofundamento da parceria: desafios e interesses comuns no âmbito das relações UE-China (Atualização das comunicações da Comissão Europeia de 1998 e de 2001 sobre as relações UE-China)” e, em outubro do mesmo ano, a China publicou o seu Livro Branco sobre a política para a UE, um documento sem precedentes no país, designado por “China’s Europe Policy”.

CAPÍTULO II – OS ANOS DOURADOS DA RELAÇÃO (2003-2004)

A UE e a China foram-se reconhecendo mutuamente como forças emergentes na cena internacional após o fim da Guerra Fria, como visto anteriormente. Com a entrada da China na OMC, as relações comerciais entre este país e a UE aumentaram, aumento esse que foi ainda mais rápido entre 2002 e 2003 (Prevost et al. 2011), tendo-se a China elevado a segundo parceiro comercial da UE. A introdução do euro na UE, em janeiro de 2002, contribuiu igualmente para que ambas as partes mostrassem interesse em aprofundar a sua parceria global.

O ano de 2003 foi, por conseguinte, um ano especial para as relações UE-China, pois tanto a China como a UE emitiram nesse ano documentos estratégicos que visam ampliar a relação bilateral e reconhecem-se simultaneamente como parceiros estratégicos (Joint Press Statement 2003). A UE fê-lo em setembro, com a Comunicação “Aprofundamento da parceria: desafios e interesses comuns no âmbito das relações UE-China (Atualização das comunicações da Comissão Europeia de 1998 e de 2001 sobre as relações UE-China)” e a China, em outubro, com o “UE Policy Paper”. Um documento sem precedentes, pois pela primeira vez o Governo chinês publicou um *policy paper* definindo uma política para uma região específica do mundo, elencando os objetivos que ambos os parceiros deviam atingir a fim de fortalecer o relacionamento (Delage & Abad 2013), como analisaremos mais adiante.

Pode dizer-se que, após várias décadas de contacto e cooperação, com o estabelecimento desta parceria estratégica em 2003 se verificou um *upgrade* significativo nas relações. Por outras palavras, no outono de 2003, os responsáveis políticos da UE estavam genuinamente convencidos de que uma política global de envolvimento iria construir a confiança entre os dois parceiros e incentivar a China a desenvolver-se segundo certas linhas ocidentais. Na mesma linha, Pequim tinha expectativas elevadas sobre a UE, acreditando que uma Europa mais forte e unida poderia trabalhar com a China para estabelecer uma nova ordem mundial multipolar e contrariar a hegemonia dos EUA (Casarini 2013).

Para uma melhor compreensão do que estamos a tratar, analisemos esses dois documentos.

A Comunicação da UE “Aprofundamento da parceria: desafios e interesses comuns no âmbito das relações UE-China (Atualização das comunicações da Comissão Europeia de 1998 e de 2001 sobre as relações UE-China”, começa por explicar os motivos desta quarta comunicação, elencando razões de ordens interna e externa e evidenciando que estavam a decorrer mudanças na Europa, na China e no resto do mundo desde a publicação do último documento estratégico da Comissão Europeia, no início de 2001. Na Europa “concluiu-se o processo de introdução do euro, o alargamento e as grandes reformas internas encontram-se em vias de conclusão e a União Europeia assumiu novas responsabilidades, nomeadamente em matéria de Justiça e Assuntos Internos, com importantes repercussões tanto a nível interno como no plano internacional”. Enquanto a China, a “entrar numa nova fase cheia de desafios do seu processo de reforma económica e social, intervém cada vez mais na cena internacional, nomeadamente nas instâncias multilaterais, e prefigura-se como um dos principais atores da economia mundial, graças ao crescimento muito dinâmico e à sua adesão à OMC. Além disso, uma nova geração de dirigentes subiu recentemente ao poder em Pequim e irá encontrar-se pela primeira vez com os representantes da UE ao mais elevado nível durante a cimeira UE-China, a realizar em outubro de 2003” (Comissão Europeia 2003a). O projeto de Estratégia de Segurança Europeia, de junho de 2003, que tem por objetivo reforçar a Política Externa e de Segurança Comum da UE, tinha reconhecido a China como um dos principais parceiros estratégicos da UE.

O documento europeu (Comissão Europeia 2003a) sintetiza a evolução institucional das relações UE-China, referindo que durante a última década se registou um crescimento muito dinâmico nas relações, deixando de estar limitadas aos domínios do comércio, do investimento e da assistência financeira e técnica, passando a abranger uma grande diversidade de sectores. Tinha sido instituído um diálogo político permanente e exaustivo. Tinham sido concluídos ou encontravam-se em fase de negociação vários acordos sectoriais. Eram mantidos “contatos frequentes (em muitos dos casos institucionalizados) em relação a questões de carácter global, nomeadamente o ambiente e a imigração clandestina, a investigação de base e a

investigação aplicada, a cooperação tecnológica e o enquadramento regulamentar aplicável aos principais sectores da economia”. Todos estes progressos contribuíram, de acordo com a Comissão Europeia (2003), para que as relações bilaterais UE-China evoluíssem e estivessem numa nova fase de maturidade “caracterizada por uma coordenação política cada vez mais estreita em numerosos domínios”.

A Comissão (2003) apontou igualmente o alcance global da parceria sino-europeia nessa Comunicação, defendendo que, apesar de interesses convergentes entre os dois atores sobre uma grande diversidade de questões relativas à governação global, nomeadamente sobre a importância do papel das organizações e sistemas multilaterais “a UE e a China têm todo o interesse em colaborarem como parceiros estratégicos no contexto internacional”.

No que toca às relações comerciais, a Comunicação menciona que, em 2002 a China se tornou no seu terceiro parceiro comercial, com quem a UE regista um défice considerável. E acrescenta que a UE é um dos principais investidores na China, referindo que “o crescimento das relações comerciais bilaterais é impressionante: durante o ano transato, o volume das trocas comerciais bilaterais superou os 115 000 milhões de euros, o que tornou a China o terceiro principal parceiro comercial da UE (embora com um excedente comercial importante em benefício da China). Por outro lado, as empresas da UE continuam a figurar entre os principais investidores neste país” (Comissão Europeia 2003a).

O documento europeu também afirma um papel global mais abrangente para a UE e para a China. Declara que a UE é importante para lá da economia e do comércio, justificando que a “comunidade internacional espera que a UE desempenhe um papel mais consentâneo com as suas dimensões e importância (...) no que respeita à segurança internacional e às outras questões de carácter global. Essas expectativas deverão aumentar mais com o alargamento da UE e com a reforma das suas estruturas constitucionais” (Comissão Europeia 2003a). Reconhece igualmente que “a China é um ator internacional cada vez mais importante”, cuja política externa “se tornou progressivamente mais pró-ativa e construtiva” nos problemas globais e regionais. A UE, assim, “espera que a China contribua para a estabilidade global, assumindo progressivamente maiores responsabilidades, a nível bilateral e multilateral, mais

consentâneas com a sua importância política e económica”. Daí, argumenta, a UE e a China “têm todo o interesse em colaborarem como parceiros estratégicos no contexto internacional (...) a fim de preservarem e de promoverem o desenvolvimento sustentável, a paz e a estabilidade” (Comissão Europeia 2003). Refere Lu et al (2014) que esta abordagem centra-se na cooperação sectorial através do reforço ou lançamento de diálogos sectoriais.

Embora o papel internacional da China seja importante para a UE, o foco principal da comunicação da União concentra-se na China *per si*: “a estabilidade e o desenvolvimento da China constituem uma preocupação fundamental para a UE”. E confirma-se, mais uma vez, neste passo da Comunicação: “a Europa tem, por conseguinte, um grande interesse político e económico em apoiar a transição da China para uma sociedade estável, próspera e aberta, que respeite plenamente a democracia, os princípios da economia de mercado e o Estado de direito (...) deve envidar todos os esforços para apoiar o processo de transição e reforma na China” (Comissão Europeia 2003a).

Shaocheng (2005) salienta que, ao analisar a Comunicação, verifica-se que a UE não só propõe a promoção do comércio bilateral e a cooperação em diversas áreas, mas também o apoio à transição da China para respeitar determinados valores democráticos, o que era uma preocupação dos europeus, significando, deste modo, que a questão dos direitos humanos foi novamente mencionada: “O diálogo político deverá igualmente continuar a dedicar especial atenção aos direitos humanos, atendendo aos princípios da parceria consolidada e na convicção de que este aspeto é essencial para garantir a viabilidade das reformas e a estabilidade a longo prazo” (Comissão Europeia 2003a).

A Comunicação da UE de 2003 incluiu, pela primeira vez, o reconhecimento do termo “multipolaridade” por parte do discurso diplomático da China. Nestes termos refere que “A visão geopolítica chinesa de um mundo multipolar e a imagem que a China tem da UE – que considera um parceiro cada vez mais importante – cria condições favoráveis para uma maior visibilidade da UE neste país” (Comissão Europeia 2003a).

A propósito do objetivo da UE “Promover a visibilidade da UE na China”, escreve Callahan (2007) que o reconhecimento simbólico da China, por parte da UE, como grande potência, e o seu programa de ajuda económica, servem não só para ajudar a China, mas para alcançar essa meta que, por sua vez, legitima a União Europeia como um grande ator mundial.

Ao analisarmos a Comunicação saltam à vista as palavras “cooperação”, setenta e cinco vezes mencionada, e “diálogo”, noventa e cinco, o que significa e enfatiza que a relação com a China se baseia na cooperação e no diálogo. A Comissão anexou mesmo, pela primeira vez numa Comunicação, um organograma “Diálogo UE-China” (anexo 1 da Comunicação de 2003) que apresenta os diálogos a vários níveis e sectores, o que nos reforça a ideia da importância que lhes é dado pela UE nas suas relações com a China. Podemos também afirmar que, da análise do documento, o défice é o tópico da relação menos favorável para a UE na sua relação com a China, o que pode ajudar a compreender o título do documento na parte em que designa “desafios”. Era e é, de facto um grande desafio, dado o desequilíbrio das contas, na relação da UE com a China (Cf. Tabela II).

Tabela II. UE-China Comércio Bilateral, 2000-2004

	(€ mil milhões)				
	2000	2001	2002	2003	2004
Importações	74,369	81,620	89,610	105,389	127,444
Exportações	25,758	30,554	34,869	41,170	48,189
Total	100,127	112,174	124,479	146,559	173,633
Balança Comercial	-48,611	-51,066	-54,741	-64,219	-79,255

Fonte: (Gill & Murphy 2008b)

Escreve Xiaotong (2014) que a elaboração, por parte da UE, de quatro comunicações no prazo de oito anos – entre 1995 e 2003 – preconizava o reajuste da sua política externa para um país específico, o que raramente tem acontecido na história da UE, mostrando a seriedade europeia nas suas relações com a China. Nesses documentos, a descrição das relações bilaterais tem sido gradualmente atualizada, a partir de “relações de longo prazo” para “parceria global” e evoluindo para “parceria estratégica” (Xiaotong 2014). Do lado das autoridades chinesas, escrevem Song & Ding (2013) que, desde 2002, observaram que o processo de integração europeia parecia consolidar-se, era necessário dedicar tempo e recursos para compreender e cultivar a sua relação com Bruxelas.

Em outubro de 2003, um mês depois da Comunicação da Comissão Europeia, aparentemente como uma resposta direta a essa Comunicação, o Ministério dos Negócios Estrangeiros chinês também emitiu um documento estratégico sobre a UE. De acordo com Gaens & Jukela (2009) a China tinha grandes esperanças na UE e, como tal, produziu um documento político em que pintava um retrato brilhante de uma União Europeia em expansão, um poderoso bloco económico e comercial com a sua própria moeda, e uma crescente presença como ator global. Lexican (2004) refere que, em comparação com a UE, a China só muito tarde produziu a sua política para a UE. No entanto, este não foi apenas o primeiro documento político para a UE da China, mas também “o primeiro no género” da política externa da RPC relacionado com um país ou um grupo regional, desde que a RPC foi fundada. Nele se delineava as “áreas e planos de cooperação para os próximos cinco anos”.

A publicação deste documento foi atribuída à crescente importância que a China atribui às suas relações com a UE (Zhongping 2004), demonstrou a mudança na China de abordagens bilaterais para abordagens multilaterais e elencou os objetivos que ambos os lados deviam alcançar com o fim de fortalecer o relacionamento. Na descrição que faz da UE, o *policy paper* chinês refere que a sua criação e desenvolvimento foi “um acontecimento de significado abrangente após a Segunda Guerra Mundial”, a que a UE “é uma força importante no mundo” e sublinhando a importância que atribui ao “papel e influência da UE nos assuntos internacionais e regionais”. No que diz respeito às relações bilaterais, o documento afirma que não

havia “nenhum conflito fundamental de interesses entre a China e a UE e nenhum dos lados representa uma ameaça para o outro”. No entanto, explica que “dada a existência de diferenças culturais, políticas ou económicas” era natural que os dois parceiros tivessem “pontos de vista diferentes ou até mesmo que discordem em alguns assuntos”, mas que as relações bilaterais não seriam afetadas se as duas partes encararem os mesmos “com espírito de igualdade e respeito mútuo”, terminando com a caracterização das relações China-UE como “melhores agora do que a qualquer momento da história” (MFA of the RPC 2003).

Expressa um forte compromisso por parte do governo chinês em fortalecer e melhorar as relações China-UE enquanto “elemento importante da política externa chinesa” referindo que a China compromete-se a estabelecer uma “parceria de longo prazo, estável e plena com a UE” (MFA of the RPC 2003). No documento, a RPC apela ainda a uma parceria estratégica com a UE, afirmando que “é do interesse da UE e da China trabalhar como parceiros estratégicos no cenário internacional (...) Ao aprofundarem a sua cooperação, a UE e a China serão mais capazes de reforçar a sua segurança conjunta e outros interesses na Ásia e em outros lugares” (MFA of the RPC 2003). Os principais objetivos da China na sua política para a Europa são “desenvolver relações estáveis e sólidas”, “aprofundar a cooperação económica e comercial” e “aumentar os intercâmbios cultural e *people to people*” (MFA of the RPC 2003).

Em termos de atuação externa, a UE e a China, de acordo com o documento estratégico de 2003, têm uma visão comum da vida internacional, “ambas defendem a democracia nas relações internacionais e o reforço da ONU. Ambas estão comprometidas no combate ao terrorismo internacional e na promoção do desenvolvimento sustentável”, afirmando ainda o alinhamento da China pelo multilateralismo (MFA of the RPC 2003).

Na vertente económica refere que a UE e a China são altamente complementares, visto que “a UE tem uma economia desenvolvida, tecnologia de ponta e recursos financeiros, enquanto a China goza de um crescimento económico estável, possui uma abundante força de trabalho” (MFA of the RPC 2003).

O documento chinês, como ponto importante, relembra o compromisso da UE e dos seus Estados-Membros com o “princípio de uma só China” e a continuação do

diálogo sobre os direitos humanos (MFA of the RPC 2003). Dentro deste princípio, redefinindo o que não é aceitável na relação entre parceiros os pontos propostos à UE abrangem “não aceitar qualquer contacto ou visitas de carácter oficial das autoridades de Taiwan” e “não ter qualquer contacto com o Governo Tibetano no exílio, ou fornecer recursos para as atividades separatistas” (MFA of the RPC 2003).

O *policy paper* chinês evidencia, igualmente, as questões que preocupam o Governo chinês na sua relação de parceria, propondo à UE que conceda o EEM à RPC, reduza e elimine as medidas *anti-dumping* e outras políticas e práticas que considera discriminatórias contra a China. Outro tópico também preocupante para a China é o embargo de armas que lhe é aplicado desde o massacre de manifestantes pela democracia na praça da Paz Celestial, em 1989. Defende que a UE deveria levantar-lhe a proibição de venda de armas “de modo a eliminar os entraves a uma maior cooperação bilateral na indústria e tecnologias de defesa” (MFA of the RPC 2003).

Em termos de segurança, o documento chinês evidencia o interesse na cooperação militar UE-China, nomeadamente em desenvolver trocas de alto nível militar com a UE, conduzindo, ao longo do tempo, a um mecanismo de consulta estratégico e de segurança; como parte desse desenvolvimento, previa a troca de missões de especialistas militares e um programa alargado de intercâmbio na área de estudos de formação e de defesa (MFA of the RPC 2003).

Fazendo uma leitura comparativa do documento chinês com o documento da UE, verifica-se que é enfatizada igualmente na relação a cooperação entre ambos os atores, sendo que a palavra “cooperação” é mencionada oitenta vezes. E também o “diálogo”, aparecendo esta palavra mencionada onze vezes no documento.

Após a análise de ambos os documentos, pode afirmar-se, como escreve Men (2009), que a UE e a China partilham um entendimento comum sobre a importância de manter a paz e a estabilidade internacional. Tal entendimento constitui uma parte essencial da parceria. Para ganhar uma influência crescente nas relações internacionais, cada um descobriu que um quadro multilateral é melhor do que o unilateral.

Na sequência deste novo impulso às relações UE-China, vários acordos foram assinados na 6ª Cimeira UE-China, em outubro de 2003, em Pequim, tais como o Acordo de cooperação no programa de navegação por satélite Galileu, o Diálogo Político Industrial e o Diálogo UE-China sobre Propriedade Intelectual. Em dezembro de 2004, na 7ª Cimeira UE-China, em Haia, a UE e a China assinaram a Declaração conjunta sobre a Não-Proliferação e Controlo do Armamento, o Acordo de Cooperação Aduaneira UE-China e o Acordo de Cooperação na Investigação e Desenvolvimento da utilização pacífica da energia nuclear (EEAS 2013b).

A rápida aproximação entre a UE e a China em 2003 e 2004 levou a caracterizar esta fase da relação entre a UE e a China como lua-de-mel (Shambaugh 2004). A este propósito pode referir-se que, desde 1978, o comércio entre a UE e a China aumentou mais de 30 vezes até 2004 (Anthony 2005). Xin (2009) acrescenta que o desenvolvimento das relações económicas UE-China não se baseia apenas na retórica de ambos os lados, mas também contou com práticas reais¹⁵. Casarini (2006b) confirma que, em 2004, a China se tornou o segundo maior parceiro comercial (depois dos EUA) da UE e, de acordo com as estatísticas da China, a UE tornou-se primeiro parceiro comercial da China (à frente de EUA e Japão). Esta excelente fase da relação reflete-se no aumento das visitas oficiais “Nessa altura as visitas de alto nível e as cimeiras eram preenchidas por declarações de reforço da cooperação de uma parceria estratégica vista pelos dois lados como um jogo de soma positiva (Santos 2008). E prova-se com o auxílio do relatório elaborado pela RAND Corporation que observa: “A Europa foi a região mais visitada pelos Presidente da China e o seu Primeiro-Ministro entre 2000-2005, ao passo que, em 2002 e 2004, o Ministro das Relações Externas chinês passou mais tempo a visitar a Europa do que qualquer outra região” (Medeiros 2009).

Notemos que alguns dos pontos no comunicado conjunto dos dois líderes, europeu e chinês, da 6ª Cimeira UE-China, de 2003, reforçam a frase de Shambaugh, nomeadamente: no ponto 7 - “saudaram a recente emissão de documentos

¹⁵ No período da lua-de-mel, 2003-2004, verificou-se o mais rápido crescimento comercial já registado. A taxa de crescimento do comércio bilateral foi superior a 40%. As exportações da China para a UE cresciam aproximadamente 50% ao ano e as importações da UE aumentaram cerca de 85% em 2003 e 30% em 2004 (Xin 2013).

estratégicos sobre as relações China-UE por ambas as partes. Os dois documentos reconheceram a satisfação de ambos com o progresso dinâmico do seu relacionamento, a identificação dos seus respetivos objetivos políticos e a proposta de novas iniciativas em várias áreas”; ponto 17 - “ambos os líderes saudaram o crescimento contínuo do comércio China-UE (...) reiteraram as suas vontades de abordar de forma positiva os problemas comerciais bilaterais através de uma maior troca de pontos de vista e consultas e congratularam-se, neste contexto, com a contribuição de diálogos sectoriais bilaterais reforçados”; ponto 20 - “As duas partes salientaram a importância da aplicação integral e atempada das obrigações da OMC, que serve os interesses comuns da China, a UE e todos os seus parceiros da OMC”; e finalmente ponto 21 - assinalou-se “a necessidade de promover o ajustamento harmonioso para os desequilíbrios no comércio global e os fluxos de capital” (Joint Press Statement 2003).

Um resultado prático da parceria estratégica entre a UE e a China foi a adoção, na altura, de três iniciativas. A primeira foi a de incluir na parceria estratégica o desenvolvimento conjunto do programa Galileu. A segunda foi a de os membros da UE proporem discussões sobre o levantamento do embargo de armas da UE imposto à China na sequência da repressão aos estudantes na Praça Tiananmen, em junho de 1989. A terceira, foi o facto de o Banco Popular da China (BPC) ter assumido um compromisso informal de diversificar mais as suas reservas em moeda estrangeira para incluir o euro (Casarini 2013). Expliquemos melhor as duas primeiras iniciativas, pois a primeira, o desenvolvimento conjunto no projeto Galileu pelos dois atores, foi visto como um “símbolo” da Parceria Estratégica (Chen et al. 2013) e a segunda é um tema sensível nas relações UE-China, como já notado na introdução deste trabalho.

A ideia de um sistema de Navegação por Satélite vinha já dos anos 90. A UE considerou que necessitava de ter uma política espacial, por várias razões, mas sobretudo razões de competitividade num mundo global – a indústria espacial utiliza tecnologia de ponta, tem efeitos de *spill-over* sobre a economia e é essencial para um ator mundial com ambições, como é a EU e como é a China. A aposta no espaço podia apoiar os objetivos políticos da União, tal como o crescimento económico, a criação de emprego e a competitividade industrial, o êxito do alargamento da União, o

desenvolvimento sustentável, o reforço da defesa e da segurança para todos, e o combate à pobreza e a ajuda ao desenvolvimento (European Commission 2003).

Era um projeto importante para a Europa. Como diz o investigador José Carlos Matias dos Santos “O projeto Galileu é sobretudo uma questão de independência – independência comercial, política e potencialmente militar. Jacques Chirac, então Presidente da França, deixou, em 2001, bem claro que deixar as coisas como estavam levaria a UE a tornar-se num vassalo tecnológico, científico e económico dos EUA. Chirac considerou o Galileu de extrema importância no âmbito da Política Europeia de Segurança e de Defesa (PESD), sobretudo como instrumento para as Forças de Reação Rápida da UE” (Santos 2009). Loyola de Palacio, à altura Comissária Europeia para os Transportes e Energia, clarificou a sua posição no que diz respeito à importância do Galileu, afirmando que a UE não podia ficar à margem de um dos sectores da indústria de maior importância no século XXI. Isso significaria a Europa tornar-se dependente dos sistemas e tecnologias desenvolvidas fora da Europa para aplicações vitais ao funcionamento da sociedade de amanhã (Dumesnil 2007). Ora, dada a importância do projeto para a Europa, a criação de um sistema de navegação por satélite com a participação da China é um bom exemplo demonstrativo do bom estado das relações entre a UE e a China.

Em relação à segunda iniciativa, nesse mesmo ano de 2003, após a assinatura do acordo de cooperação no projeto Galileu, o Presidente francês Jacques Chirac e Gerhard Schröder, o Chanceler alemão, apoiaram publicamente uma reavaliação do embargo de armas da UE à China. O Presidente francês, em particular, defendia o seu levantamento, apelidando o embargo de armas de “ultrapassado”, afirmando em janeiro de 2004 que “a proibição já não corresponde à realidade política do mundo contemporâneo e que, portanto, não faz sentido hoje” (Agence France-Press 2004). Como tal, em 2004, a Alemanha e a França propuseram aos outros Estados-Membros da União Europeia o levantamento do embargo de armas à China.

Escreve Kogan (2005) que, de acordo com os analistas internacionais, a Alemanha estava interessada em melhorar as suas relações económicas globais com a China enquanto a França agia sob a pressão da sua indústria de defesa. A propósito do mesmo assunto, a professora Jing Men (2008) refere que o levantamento do embargo

de armas tem sido um tema de discussão na UE desde o final de 2003 e que a UE, liderada pela França e pela Alemanha, concordou que um novo código de conduta para regular as entregas de armas europeias a Pequim deveria ser preparado para substituir o embargo de armas. Acrescenta que as discussões entre os líderes dos principais Estados-Membros da UE e da China, em 2004, pareciam levar ao levantamento do embargo num curto período de tempo.

Em dezembro, de 2004, na 7ª cimeira UE-China, a UE anuncia que previa levantar o embargo de armas no primeiro semestre de 2005 (Ching 2005), o que não se veio a verificar, mas explicaremos o *statuo quo* do embargo, no capítulo seguinte.

Conforme referem os documentos estratégicos de ambos os lados, as relações UE-China vão muito para além dos domínios da economia, e outras personalidades importantes de ambos os lados confirmam-no. Atentemos no discurso do Primeiro-Ministro chinês Wen Jiabao na 5ª Cimeira Ásia-Europa (ASEM), em Hanói, em 2004, em que assinala que a China e a UE compartilham muitos interesses políticos, complementam-se economicamente, e enfatiza a importância da cooperação no domínio da energia (Snyder 2009b). Javier Solana, o Alto-Comissário para a Política Externa e de Segurança Comum da União Europeia, disse no seu discurso na Universidade Tsinghua, na cidade de Pequim, em 2004, que “A China é importante para a Europa. A Europa é importante para a China (...) O comércio e a cooperação económica continuarão a ser uma parte fundamental do nosso relacionamento global. Mas o nosso relacionamento é muito mais do que o simples comércio de bens. A UE quer também um comércio de ideias e culturas (...) Queremos trabalhar ao lado da China nas principais questões internacionais” (Solana 2004). O Presidente da Comissão Europeia, Romano Prodi, no Fórum de Negócios UE-China, em Bruxelas, em 2004, numa conferência intitulada “As relações entre a UE e a China: mais do que apenas negócios”, afirma que “Não há dúvida de que os negócios e as relações comerciais são uma parte extremamente importante das relações UE-China. O comércio bilateral entre a União Europeia e a China cresceu fortemente no ano passado e vai crescer ainda mais este ano. Mas especialmente nos últimos anos, a relação entre a União Europeia e a China tem-se expandido muito além do comércio e outras questões económicas (...) se não é um casamento, pelo menos, é um compromisso sério. Este

compromisso é consolidado continuamente. Hoje congratulamo-nos com a primeira visita do Primeiro-Ministro chinês, Wen Jiabao, à sede da União Europeia (...) A União e a China trocam cada vez mais pontos de vista e procuram coordenar as suas posições sobre questões internacionais e desafios globais. Temos um forte interesse comum em nos consultarmos sobre questões como o terrorismo, a não proliferação e os conflitos regionais (...) a nossa cooperação no reator experimental termonuclear demonstra a importância política e a natureza abrangente da nossa parceria – e a compreensão mútua e a confiança que isso implica” (Prodi 2004).

Na 7ª Cimeira UE-China, realizada no dezembro de 2004, os líderes da UE e da China elevaram a parceria a “Parceria Estratégica Global” (Council of the European Union 2004). No comunicado conjunto acordado nessa cimeira, a UE e a China veem-se claramente como parceiros estratégicos dispostos a ter uma relação duradoura.

CAPÍTULO III – OS ANOS CINZENTOS DA RELAÇÃO (2005-2006)

A interdependência económica entre a UE e a China abriu o caminho ao desenvolvimento de relações políticas, como notámos nos capítulos anteriores. Em vários domínios políticos a China e a UE enfrentam problemas semelhantes e favorecem abordagens análogas para os resolver (Gill & Murphy 2008b). Os dois atores parecem cooperar entre si para aumentar a sua influência internacional e realizar os seus interesses nacionais (Men 2006). Contudo, as diferenças de regimes políticos, valores diferentes e cálculos de ganhos relativos dão origem a problemas nas relações bilaterais (Men 2008).

Desde 2005 que a relação entre estes parceiros estratégicos encontra dificuldades crescentes com a irrupção da crise dos têxteis, a progressão do défice comercial da UE com a China, a não verificação do reconhecimento do Estatuto de Economia de Mercado à China, e a manutenção embargo de armas pela UE à China.

Como resultado, o entusiasmo inicial acerca da parceria foi encontrando obstáculos poderosos. Bruxelas e Pequim tornaram-se mais realistas. Cautelosamente otimistas sobre o futuro da parceria, ambos os lados vêm reconhecendo a existência de mal-entendidos, conflitos e atritos (Men 2008). Analisemos os quatro casos mencionados.

1º Caso – A crise dos têxteis

A crise dos têxteis foi vista como um ponto de viragem nas relações comerciais UE-China. Como um membro do gabinete do então Comissário do Comércio, Peter Mandelson, resumiu, foi na questão dos têxteis, a primeira vez que a UE testemunhou o verdadeiro poder comercial da China e a sua enorme capacidade de exportação e sentiu as tensões entre os consumidores europeus, produtores, importadores e retalhistas (Xiaotong 2014).

Explicaremos melhor toda esta problemática.

Começemos por referir que na UE o sector têxtil e de vestuário caracteriza-se pelo elevado número de pequenas e médias empresas e pela elevada percentagem de

trabalhadores femininos, que o constituem. É o único ramo da indústria da UE em que as mulheres representam mais de metade da força laboral (64,5% em 2005), e configura uma parte importante da indústria transformadora europeia com um volume de negócios acima de 200 mil milhões de euros produzido em aproximadamente 177 mil empresas. A indústria europeia dos têxteis e do vestuário representa aproximadamente 4% do valor acrescentado da indústria transformadora e 7% do emprego da indústria transformadora da UE (Santagostino 2005).

Na UE esta indústria registou, em média, uma queda acentuada no índice de produção com uma descida média anual de 4,3% de 1995 a 2005 (EUCE 2008).

O Acordo sobre os Têxteis e Vestuário, que em 1995 substituiu o Acordo Multifibras, tinha um prazo de dez anos e nele se estabelecia um processo de quatro passos para acabar com as restrições às importações na Europa: todas as quotas seriam removidas em dezembro de 2004 e a partir de janeiro de 2005 todos os países da OMC – como a China – teriam acesso sem restrições aos mercados europeus das suas exportações têxteis (WTO 2016).

Esta mudança ocorreu após um aumento de quase um terço da força de trabalho do sector dos têxteis e do vestuário na UE (mais de 2,5 milhões de pessoas) por força do alargamento da UE em maio de 2004, e num período de acentuado abrandamento da actividade económica na UE (Comissão Europeia 2003b).

A partir de 1 de janeiro de 2005, em virtude da supressão dos contingentes de importação de produtos têxteis e de vestuário da China, a UE confrontou-se com um aumento de 42% no valor das suas importações provenientes da China e de 36% no volume, o que conduziu à exigência de alguns dos então vinte e cinco Estados-Membros da UE, como, por exemplo, Itália, Grécia, Espanha e Portugal, da imposição de limites imediatos às importações de têxteis chineses (EUCE 2008), levando a outro difícil confronto político entre os interesses protecionistas, apoiado pelos Estados-Membros do Sul da Europa, e os retalhistas e importadores, apoiados pelos Estados-Membros do Norte (The Economist 2005).

A fim de mitigar esses impactos, a UE e a China concordaram em limitar o aumento das importações de produtos têxteis chineses para cerca de 10% ao ano até à

liberalização do comércio em 2008 (Financial Times 2005), anunciando a Comissão Europeia em 10 de junho que a UE e a China tinham assinado um Memorando de Entendimento que garantia “um período, até 2008, de ajustamento para os produtores da UE, que proporcione uma maior previsibilidade aos importadores e retalhistas, e preserve o reconhecimento da liberalização do mercado para a China” (European Commission 2005).

A crise da importação dos têxteis chineses para a Europa, em 2005, foi resolvida de um modo razoável, uma vez que tomava em consideração os problemas de crescimento na UE, na China e nas relações UE-China. Como afirma a mais recente comunicação europeia “UE-China: Aproximação dos parceiros, aumento das responsabilidades”, “persistem algumas diferenças, que estão a ser geridas de modo eficaz, sendo as relações mais maduras e realistas” (Comissão Europeia 2006b).

A professora Jing Men assinala que “apesar de muitos problemas, a solução da disputa têxtil demonstrou de forma convincente a verdadeira cooperação entre a UE e a China” (Men 2008).

2º Caso – O défice comercial da UE com a China

Tabela III. Balança comercial UE-China, 2000-2006

(€ mil milhões)

	2000	2001	2002	2003	2004	2005	2006
Exportações	25,8	30,6	35	41,4	48,3	51,8	63,7
Importações	74,6	82	90,1	106,2	128,5	160,3	194,9
Balança Comercial	- 48,7	- 51,3	- 55	- 64,7	-80,2	-108,5	-131,1

Fonte: (Casarini 2006b)

Ao atentarmos nos valores registados na tabela apresentada observamos que as exportações e as importações europeias, para e de, a China cresceram. Nota-se,

todavia, que as importações da UE provenientes da China têm vindo a aumentar a uma proporção muito superior às exportações europeias para a China, logo o défice comercial da UE também sofreu um significativo acréscimo – mais do que duplicou desde a entrada da China na OMC em 2001, de 51,3 mil milhões passou para 131,1 mil milhões em 2006. Note-se que segundo Mező & Udvari (2012), o maior défice bilateral mundial é o da UE com a China pois que em 2006, foi superior ao do défice com os EUA.

Uma das primeiras razões para o défice é a Europa estar a perder competitividade em relação à China, isto é, cada vez mais produtos chineses competem diretamente com os europeus com preços significativamente mais baixos – os salários são muito menos elevados, a proteção social diminuta, fatores (entre outros, como veremos adiante) que explicam a diferença de competitividade.

Para Fox & Godement (2009) a causa passa pela verificação de que se é verdade que a competição económica aumenta, o défice da UE com a China não é compensado nem pelo acesso da UE ao mercado chinês, nem pelo fluxo de investimentos chineses em obrigações hipotecárias públicas europeias ou mercados de capital privados. Por outras palavras, a Europa abriu mais as fronteiras e os mercados à China, do que esta aos europeus.

Para a UE, outro fator decisivo, é o êxito das exportações chinesas, contudo este baseia-se no controlo da moeda, em indevidas subvenções e nas estratégias de dumping.

Por conseguinte, o aumento acentuado do défice comercial da UE politizou significativamente a relação comercial e podemos adiantar que é um dos motivos para o lançamento pela UE de nova Comunicação em outubro de 2006, intitulada “UE-China: uma parceria mais estreita, responsabilidades acrescidas”, a quinta, que analisaremos mais à frente, em que manifesta que aceita uma concorrência chinesa forte sobre as empresas europeias, mas com regras de jogo equitativas e alargadas a outros domínios, como um melhor acesso ao mercado chinês e aos seus importantes contratos públicos, aos sectores financeiros e de serviços, e à melhor proteção de patentes e direitos de propriedade intelectual. Por outras palavras, a Comunicação tenta ser uma forma de intervenção num momento difícil para os europeus e procura

sustentar as suas razões no debate sobre o défice comercial, algo que se tinha tornado também um tema político em muitos países da Europa.

Xiaotong (2014) aponta, a propósito das relações comerciais entre a UE e a China que o ano de 2006 marcou um ponto de viragem. O mundo assistiu a um abrandamento da liberalização na China e aumentou a oposição ao “Consenso de Washington”.

Snyder (2009) relembra que, a 8 de maio de 2006, a Direcção-Geral do Comércio da Comissão Europeia lançou uma consulta pública como parte da sua revisão estratégica das relações comerciais UE-China para os anos seguintes. Esta revelou que a maioria das indústrias da UE pensava poder competir com a China, quando e se esta jogasse pelas regras internacionais, mas em geral enfrenta um número excessivo de barreiras que resultam em desvantagens concorrenciais. Os principais impedimentos dizem respeito a direitos de propriedade intelectual, normas e certificação, concorrência desleal e ausência de um clima de investimentos previsível, transparente e estável.

Podemos, assim, considerar que o défice da balança comercial revela a não equivalência entre as oportunidades comerciais.

Esta tem sido, no fundo, a história das relações comerciais entre a UE e a China, isto é, a de uma China que se vem a fortalecer de forma impressionante ao longo dos anos e uma Europa que não tem conseguido convencer as autoridades chinesas a uma abertura económica necessária a uma concorrência livre e sã. O regime político de ditadura do proletariado vigente na China permite que isto se passe deste modo, que haja uma limitada capacidade de reivindicação, ou de perturbação das leis emanadas do centro do poder.

3º caso – A concessão do Estatuto de Economia de Mercado à China

A não atribuição à China do Estatuto de Economia de Mercado pela UE é um dos principais pontos de discórdia entre ambos. O protocolo de adesão da China à OMC autoriza essa não concessão do EEM aos países membros da OMC até 2016, o

que permite a aplicação de investigações *anti-dumping*¹⁶, e muitas vezes faz com que seja mais fácil para a UE a imposição de tarifas e a aplicação de taxas *anti-dumping* mais elevadas (Gajdos & Bendini 2013b).

Os documentos da Direção Geral para as políticas externas do Parlamento Europeu explicam bem e por si a situação, referindo que um processo bilateral foi iniciado pela UE para examinar se as mudanças na economia da China permitem a concessão do EEM antes de 2016. Este processo demonstrou que muitos aspetos da economia chinesa permanecem sob controlo do Estado e que o país, portanto, não se qualifica para a atribuição do EEM. É um problema técnico, segundo a UE (Puccio 2015). Podemos adiantar que em 2004 a China apenas satisfazia um dos cinco critérios exigidos pela UE para obter o EEM, que era a “inexistência de comércio de permuta e ausência de distorções induzidas pelo Estado no funcionamento das empresas relacionadas com o processo de privatização”. Num relatório de 2011 acerca deste tema, a Comissão concluiu que “fruto da insuficiente colaboração das autoridades chinesas, os resultados do estudo foram infelizmente parciais e insuficientes para tirar conclusões sólidas sobre os progressos da China neste domínio” (European Commission 2012).

No entanto, Pequim tem criticado frequentemente a recusa persistente da UE em reconhecer o país como uma economia de mercado de pleno direito, apresentando como razões o enorme volume de trocas comerciais; o facto de tanto a Rússia como a Ucrânia não serem membros da OMC e, apesar disso, lhes ser reconhecido o estatuto; ter estado a realizar reformas económicas e a maioria dos produtos chineses exportados para a Europa provirem de empresas privadas e empresas com acionistas estrangeiros (Tiejun 2009). Por conseguinte, considera, esta questão como sério obstáculo para o estreito desenvolvimento das relações comerciais com a Europa (Gajdos & Bendini 2013).

Eva Schiling, do Centro de Estudos para Políticas Europeias, em “Quando o dragão despona vê estrelas a desvanecer: a visão da China sobre a UE”, apresenta um trabalho interessante em que procura superar as dificuldades que temos em conseguir

¹⁶ Geralmente é entendido como a venda ao exterior de produtos abaixo do valor justo, o que prejudica a indústria dos outros países.

uma visão dos problemas com o olhar chinês. Escreve que o académico Yang Yao aponta que a não concessão do EEM é vista como uma medida protecionista da UE, porque os casos *anti-dumping* sob as regras da OMC seriam mais difíceis de apresentar contra a China se esta tivesse o EEM (Schilling 2012).

Nicola Casarini defende que, para a China, o EEM se tornou uma questão de prestígio político, uma vez que a concessão do estatuto significaria que a China seria considerada um parceiro económico igual à UE (Casarini 2006a).

4º Caso – O levantamento do embargo de armas

Desde 2003 que a China vinha a aumentar a pressão sobre a UE para terminar com o embargo de armas imposto na sequência do massacre de Tiananmen de 4 de junho de 1989. O próprio documento das autoridades chinesas, “EU’s Policy Paper”, anteriormente analisado, instava a UE ao seu levantamento. A China apontava, em sua defesa, o paradoxo na visão da UE que aplicava embargos semelhantes apenas ao Congo, Libéria, Birmânia, Somália e Zimbabué, colocando a China no mesmo patamar dos piores Estados africanos e asiáticos, e, afirmando, ao mesmo tempo, que era parceira estratégica da China. O Governo chinês argumentava, também, que tinha feito o suficiente ao ter melhorado a situação dos direitos humanos na China (Barysch et al. 2005).

Cunha (2006) argumenta que “o interesse primordial da China não é tanto o acesso aos arsenais europeus – tanto mais que o Exército Popular de Libertação (EPL) se abastece noutros mercados, com destaque para o russo - mas antes a reposição da sua atual importância no sistema internacional”.

Refira-se que, se os EUA tinham decidido um embargo formalmente, em lei, a UE fê-lo num dos seis pontos de uma declaração política de junho de 1989, em que se afirma simplesmente que é proibido “o comércio de armas” com a China – ou seja, não é legalmente vinculativo para a UE e nem define o que são “armas”, o que deixa quase tudo à interpretação de cada Estado-Membro. Num sentido, porém, o acordo era vinculativo pois só com a votação unânime dos Estados-Membros era possível revogar o embargo (Niblett 2004).

Liderados pela França e a Alemanha, alguns líderes europeus na tentativa do

levantamento ao embargo, defenderam que, após 15 anos, o embargo era um anacronismo e já não refletia o relacionamento UE-China, cada vez mais positivo (Gill & Murphy 2008b).

Não obstante, com críticas de vários quadrantes – incluindo vários Estados-Membros da UE, o Parlamento Europeu, os meios de comunicação social e a sociedade civil, os EUA e o Japão – a campanha para o fim do embargo de venda de armas encontrou vários obstáculos no início de 2005.

Analisemos a posição dos vários lados.

Da parte da Europa, o alargamento da UE de 15 para 25 Estados-Membros através da entrada de países “atlantistas”, da Europa Central e de Leste, que aconteceu em 2004, fez com que houvesse mais defensores do embargo, juntando-se aos países nórdicos (Gill & Murphy 2008b). A própria Alemanha que, enquanto liderada pelo Chanceler Gerhard Schröder, era favorável ao levantamento do embargo de armas, com a sua sucessora, Angela Merkel, que chegou ao poder precisamente em 2005, tomou a posição contrária (Lorenz 2006).

O Parlamento Europeu, cuja função não é a de responsabilidade executiva, mas é o órgão mais representativo dos cidadãos europeus pelo modo como são eleitos os seus deputados, em abril de 2005, votou, expressivamente pela manutenção do embargo: 431 votos a favor, 85 contra e 31 abstenções (European Parliament 2005).

Os meios de comunicação social, as Organizações Não-Governamentais (ONGs) ligadas aos direitos humanos e a opinião pública também eram críticos ao fim da proibição de venda de armas à China, uma vez que a compreensão das relações entre a UE e a China no que se refere à venda de armamento militar vai diretamente contra a imagem idealizada da União Europeia como “potência civil” e da “ascensão pacífica” da China (Callahan 2007).

Os EUA, representado pela Secretária de Estado Condoleezza Rice e pelo Presidente George Bush, sublinharam as graves consequências do término do embargo, durante as suas visitas à Europa em fevereiro de 2005, exemplificando com o corte de transferências americanas de tecnologia militar para a Europa (Shaocheng 2005).

O Japão, outro parceiro estratégico da UE na Ásia, também pressionou a UE para a manutenção do embargo de armas, justificando-a com a preocupação da falta de transparência no crescimento militar da China (New Europe Brussels team 2007). A história do relacionamento entre os dois países não foi pacífica nem no tempo da expansão imperial japonesa, nem na II Guerra Mundial. Atualmente, disputam no mar da China Oriental as ilhas *Senkaku/Diaoyu*.

Influenciou também a manutenção do embargo de armas, o agravamento das tensões entre a China e Taiwan. A UE não queria assistir ao aumento da instabilidade nem ao risco de uma corrida ao armamento no Estreito de Taiwan (Men 2008). Lembremos que, em maio de 2000, Chen Shui-bien se tornou o Presidente de Taiwan e não concordava com “o princípio de uma só China”. O seu partido defendia a independência de Taiwan e, em 2003, afirmou que mantinha os planos para realizar, no ano seguinte, um referendo que designou por “referendo defensivo” (Marquette 2003). A China reagiu e a Assembleia Nacional Popular, teoricamente o mais importante órgão legislativo, aprovou a Lei Anti-Secessão, com 2896 votos a favor e 0 contra, em março de 2005 (Callahan 2007). A Lei exprime uma clara conotação contra as atividades independentistas do governo de Chen Shui-bien, que tinha o propósito primordial de impedir que Taiwan se separasse da China, sob argumentos de soberania, integridade nacional e de preservação dos interesses da Nação Chinesa, com a possibilidade de uso da força militar para a garantir. Simbolicamente, o artigo 8 (número que na China significa sorte) da nova lei estabelece que o Estado pode empregar “meios não pacíficos e outras medidas necessárias para proteger a soberania e a integridade da China”. A lei nunca menciona Taiwan mas este artigo expõe de forma clara o que está em causa, isto é, há uma só China, ainda que uma parte não esteja sob a direção do PCC. Na opinião de Tiejun (2009), esta lei foi emanada num momento errado, quando os europeus estavam a considerar seriamente a possibilidade da remoção do embargo, pois parecia que uma não-democracia gigante ameaçava um pouco a democracia.

O embargo de armas à China pela UE não foi levantado. Vários anos se passaram. Não é claro quando se dará a remoção da proibição. No entanto, parece haver um acordo tácito entre a UE e a China para que esta questão não perturbe as

relações bilaterais. Em vez de se acusarem mutuamente de má conduta, os dois lados são muito pragmáticos e suprimiram a questão das principais preocupações das relações bilaterais (Men 2008).

Como vimos, desde 2005, problemas em várias áreas têm afetado as relações EU-China, impulsionando o que era uma relação “lua-de-mel” para uma relação complexa. Bilateralmente, os esforços da China para obter da UE a suspensão do embargo de armas de uma década e a concessão do Estatuto de Economia de Mercado têm sido em vão. Os europeus, por seu lado, estão decepcionados com os diálogos sobre direitos humanos, a não-progressão no acesso ao mercado chinês e a insuficiente proteção dos Direitos de Propriedade Intelectual (Chen et al. 2013).

Perante o que se escreveu, surge a questão: será que, de parceiros, a UE e a China passam a ver-se como competidores?

O que é certo é que, apesar de as bases da cooperação estarem a oscilar, em 2006, a UE e a China reagem com a instituição de um Mecanismo de Diálogo Estratégico, em 2006, com uma extensa estrutura para o intercâmbio mútuo, o que facilita a troca de pontos de vista em diferentes tópicos, a que intercâmbios de nível superior também se seguem.

No que à China se refere, o Primeiro-Ministro chinês Wen Jiabao, em setembro de 2006, visitou a Finlândia, a Grã-Bretanha e a Alemanha e participou na 9ª cimeira UE-China, em Helsínquia. O Comunicado Conjunto desta Cimeira começa com a referência de que os líderes políticos de ambos os lados concordaram que a relação tem sido de grande valia para os interesses de longo prazo da UE e da China, para a cooperação entre a Ásia e a Europa, e para a paz, estabilidade e desenvolvimento a nível mundial. É de notar que, no Comunicado Conjunto, no ponto 4, ambos aceitaram lançar as negociações relativas a um novo Acordo de Parceria e Cooperação (APC) que englobaria o conjunto das relações UE-China, incluindo uma cooperação reforçada no domínio das questões políticas. Essas negociações deverão atualizar o Acordo de Cooperação Bilateral Económico e Comercial entre a UE e a China, datado de 1985 (Joint Statement 2006). O APC destinar-se-ia, portanto, a englobar não só as questões económicas tradicionais – como a energia, o ambiente, a agricultura, e a ciência e tecnologia – mas também a proporcionar uma base alargada e juridicamente

vinculativa para um relacionamento político reforçado (Xinhua 2007). Em Hamburgo, a 13 de setembro, no encontro empresarial “A China reúne-se com a Europa”, Wen Jiabao afirmou que a relação UE-China estava mais forte do que nunca, tinha uma base sólida, e que, politicamente, as partes partilhavam muitos pontos de vista, acreditavam no multilateralismo, buscavam a democratização das relações internacionais e trabalhavam na proteção da autoridade das Nações Unidas. Com base nos seus interesses comuns e nas suas necessidades recíprocas, a China e a UE têm fortalecido, e vão continuar a reforçar, a sua cooperação, de modo a atingir o objetivo da confiança política recíproca, o intercâmbio económico, a interação cultural, o desenvolvimento comum. Salientam o compromisso da China em prosseguir o desenvolvimento pacífico, ser um membro responsável da comunidade internacional, prosseguir a política de abertura da sua economia interna e participar na cooperação internacional de energia com benefícios mútuos, dar grande importância e ter realizado acentuados progressos na proteção dos direitos de propriedade intelectual e prestar séria assistência aos países em desenvolvimento (Jiabao 2006).

A UE, no que lhe diz respeito, representada pelo então Presidente francês, Jacques Chirac, a Chanceler alemã, Ângela Merkel, e o Primeiro-Ministro italiano, Romano Prodi, visitaram a China, assim como metade dos Comissários da UE e mais de 70 membros do Parlamento Europeu (PE), incluindo o Presidente à altura, Josep Borrell (Gill & Murphy 2008b).

Contudo, à UE afigurou-se necessário redigir um programa de políticas revisto por meio de uma nova Comunicação que tenha em conta o desenvolvimento das relações, as alterações dos contextos interno, regional e global de ambos os parceiros e a substituição do Acordo de 1985. Esta Comunicação intitulou-se “UE-China: uma parceria mais estreita, responsabilidades acrescidas” e foi acompanhada por um documento de trabalho que se concentra especificamente no comércio e investimento, designado por “Um documento de estratégia sobre o comércio e o investimento entre a UE e a China: Concorrência e Parceria”, que mostra como se caracterizava a relação neste domínio por esta altura.

A redação do título descreve o conteúdo político da parceria estratégica. O ponto de partida era “A Europa tem de responder de modo eficaz à força renovada da

China” o que evidencia a evolução substancial da relação entre a UE e a China desde a primeira comunicação em 1995. Neste novo contexto, dois pilares podem ser identificados. No primeiro, a UE e a China devem concertar esforços na elaboração de soluções conjuntas para os problemas internacionais. No segundo, se a UE abre os seus mercados aos produtos chineses, o inverso tem de ser igualmente verdadeiro como se declara nas seguintes palavras da Comunicação: “O ajustamento ao desafio da concorrência e o estabelecimento de condições equitativas com este país constituirão o desafio central que se coloca à política comercial da UE na próxima década” (Comissão Europeia 2006b).

Os objetivos específicos da UE, nesta Comunicação, são distribuídos por domínios sectoriais e identificam os principais em cada uma das áreas. Por exemplo, no campo do desenvolvimento sustentável, a Comissão enumera cinco grandes propósitos: assegurar o abastecimento energético seguro e sustentável, combater as alterações climáticas e melhorar o ambiente, melhorar os intercâmbios no que diz respeito às questões sociais e de emprego, melhorar a coordenação em matéria de desenvolvimento internacional e manter o crescimento económico sustentável (Comissão Europeia 2006b). Dentro de cada um destes fins, vários objectivos-chave mais específicos são identificados.

O documento repete os principais objetivos das comunicações anteriores, como a necessidade de ambos cooperarem na paz e na estabilidade mundiais, e na gestão da governação global.

A Comunicação apresenta uma evolução na postura europeia para uma direção mais global e particularizada, que abrange não só os temas habituais da política económica e comercial mas também questões de segurança e de estratégia global, o que “deverá refletir-se numa colaboração mais estreita e num diálogo mais estruturado sobre o Médio Oriente, a África e a Ásia Oriental, bem como em desafios transversais como a não proliferação de armas nucleares” (Comissão Europeia 2006b).

No que se refere ao documento de trabalho que acompanha a Comunicação, no essencial é elaborado como uma resposta europeia ao renascimento económico chinês, passa em revista as relações comerciais entre os parceiros, dando uma visão positiva da China e afirmando que ambas as partes saíram a ganhar ao referir “A

Europa é o maior mercado de exportação da China; a China é a maior fonte de importações da Europa (...) O mercado aberto da UE contribuiu muito para o crescimento da China impulsionado pelas exportações. A UE beneficiou igualmente do crescimento do mercado chinês: as exportações da UE para a China mais do que duplicaram nos últimos cinco anos. Os produtos chineses, a preços competitivos, ajudaram a manter mais baixas as taxas de inflação e de juro na Europa. As empresas europeias ganharam com os seus investimentos na China”. No entanto, ao mesmo tempo, evidencia a preocupação da UE face aos desafios da concorrência chinesa, sobretudo “em alguns importantes sectores da indústria transformadora”, e gizando uma nova estratégia global para consolidar as relações comerciais e de investimento da UE com a China. A resposta da UE continua a insistir na abertura de ambos os mercados “A UE deve continuar a oferecer um acesso aberto e equitativo às exportações chinesas e a adaptar-se ao desafio competitivo” e a China deve “corresponder a estes esforços, reforçando o seu empenho na abertura económica e na reforma do mercado. Deve melhorar a proteção jurídica das empresas estrangeiras e a aplicação desta proteção, bem como rejeitar práticas e políticas comerciais anticoncorrência” (European Commission 2006). Contudo, também realça os pontos fracos. No que concerne à economia e ao comércio, a Comissão chama a atenção da China para a competição desleal, falta de transparência e infração da lei, particularmente nos direitos de autor na produção de tecnologia de ponta. Na visão da Comissão, a publicação de anomalias pode ajudar a melhorar as relações, tornando-as mais eficientes.

Podemos aferir do que foi dito que a União Europeia reconhece a importância genuína da relação comercial com a China e a natureza estratégica da Parceria, mas quer progressos efetivos por parte da China porque os problemas que existem, subsistem desde o início da relação.

Casarini, Tiejun, Xin e Xiaotong complementam a análise da Comunicação de 2006. Casarini (2009) escreve que em “outubro de 2006, no seu quinto documento de política sobre a China, a Comissão Europeia fixa, pela primeira vez, uma clara condicionalidade política para o aprofundamento das relações UE-China e para o eventual levantamento do embargo”. Por sua vez, Tiejun (2009) afirma que, se

compararmos as comunicações de 2003 e 2006, no de 2006 há um salto quantitativo na ocorrência de palavras relacionadas com as questões do comércio justo e dos DPI, que é provavelmente um reflexo do descontentamento da UE com a falta de progresso da China a este respeito. Na visão de Xin (2009), a Comunicação de 2006 exige o reforço das responsabilidades crescentes quando se estabelece relações de parceria estreita. Quanto ao documento que acompanha a Comunicação acerca do comércio e investimento, o autor enfatiza que o fator concorrência nas relações económicas e comerciais entre a China e a UE e acrescenta exigências rigorosas para a China. Xiaoxong (2014) diz que a essência do problema era que a natureza recíproca da relação comercial começou a ser questionada pela UE.

A Comissária responsável pelas Relações Externas e pela Política de Vizinhança, Benita Ferrero-Waldner, disse, na altura, que “A Comunicação de hoje constitui uma base importante para as negociações de um novo acordo-quadro entre a União Europeia e a China, que serão lançadas na China no início do próximo ano” (Comissão Europeia 2006a). O Comissário responsável pelo Comércio, Peter Mandelson, acrescentou que a China “deve respeitar as suas obrigações no âmbito da OMC e comprometer-se a desenvolver atividades comerciais em condições equitativas. A Europa deve aceitar uma concorrência intensa, mas a China deve garantir que se trata de uma concorrência leal” (Comissão Europeia 2006a).

Em novembro de 2006, Peter Mendelson visitou a China e, numa conferência na Universidade de Tsinghua, afirmou que “A Europa e a China são competidores. Somos também parceiros. Juntos, partilhamos responsabilidades globais (...) A China precisa de um parceiro continental na Europa; a Europa precisa de uma política continental para a China” (Mandelson 2006).

Podemos concluir do que atrás foi dito que há um compromisso mútuo com o multilateralismo, com o fortalecimento do Direito Internacional e com os esforços antiterrorismo, um conjunto de valores e objetivos comuns (Chen 2007). Contudo, a UE quer que China assuma mais responsabilidade internacional e acredita que a China poderia desenvolver-se de acordo com o modo ou padrão europeu. A China, no entanto, quer a ajuda da UE ao seu desenvolvimento interno e espera que a UE respeite o modelo chinês de desenvolvimento (Men 2011).

Como acontece habitualmente, as relações entre países nunca se desenrolam de forma linear – há avanços e recuos, tempos em que as coisas fluem e outros em que parece que só existem obstáculos, mas ambos os atores reconhecem que procurar os interesses próprios é compatível com a realização de consensos.

CAPÍTULO IV – OS ANOS DO AJUSTAMENTO DA RELAÇÃO (2007-2013)

A relação UE-China, afetada por fatores internos e internacionais, apresenta características diferentes ao longo deste período.

No início deste período, como veremos a seguir, os temas prioritários entre a UE e a China relacionavam-se com o défice comercial, o EEM, o DPI, o Tibete, África e os direitos humanos, todos tidos como pontos de divergência.

A partir de 2009, a UE viu-se a braços com a crise das dívidas soberanas, tendo mesmo colocado a moeda comum europeia e o projeto de integração europeia, como um todo, em causa. A China tem sido considerada um parceiro importante para amenizar as dificuldades económicas no continente europeu. Pelo lado da China, os efeitos da crise económica e financeira mundial mostraram quão dependente a economia está dos mercados europeus, tendo o potencial de a afetar diretamente no objetivo estratégico central – a construção de uma China forte e próspera, já que a UE é o seu maior parceiro comercial. Por outro lado, o facto de ser a segunda maior economia mundial, com uma população a desenvolver-se aceleradamente, traduz-se na criação de necessidades sem precedentes de recursos e na atenção que será necessário atribuir ao meio ambiente¹⁷. Todas estas questões pressionam o sistema chinês, secundarizando o embargo de armas e o EEM, embora permaneçam na agenda, em detrimento do progresso de assuntos vitais, tais como estabilizar a economia global após a crise iniciada em 2007, combater as alterações climáticas ou acomodar a governação internacional, aproximando os parceiros UE-China pela convergência de interesses.

Vejamos. O ano de 2007 é muito particular. Dá-se o início da crise económica mundial, e no que se refere às relações comerciais entre ambos os atores, a UE tornou-se o primeiro parceiro comercial e o maior mercado de exportação da China, substituindo os EUA (Fox & Godement 2009a). Para a UE, a China é o mercado de

¹⁷Ao longo dos anos, os protestos públicos contra a poluição do ambiente tornaram-se uma das mais importantes causas de confrontos políticos na China (Kumar 2012).

exportação que mais cresce (Chen 2008). Contudo, esse ano faz-se notar, também, por as balanças comerciais de todos os Estados-Membros com a China terem sido negativas (Eurostat 2009). O valor comercial total foi de 306 mil milhões de euros e o défice europeu aumentou, atingindo o valor de 162 mil milhões. O valor relativo¹⁸ do défice é de 0,53, superior ao de 2006, que corresponde a 0,51 (European Commission 2016)¹⁹.

Os Europeus, que se têm vindo a lamentar com o défice, ao piorar a situação, começaram a acusar Pequim de práticas comerciais desleais, de manipulação da moeda chinesa, isto é, da manutenção artificial de uma moeda fraca, e da imposição de obstáculos políticos.

Em julho de 2007, o Comissário Europeu do Comércio, Peter Mandelson, no discurso que proferiu no Parlamento Europeu, declarou que a relação bilateral estava numa “encruzilhada”. Enfatizou que a China deveria agir para cumprir os seus compromissos no âmbito da OMC, tais como suprimir os entraves às exportações da UE, proteger os direitos de propriedade intelectual e pôr termo às práticas de *dumping* e afirmou que “parte desse défice possa ser o resultado natural das forças do mercado, mas também sabemos que o nosso potencial em matérias de exportações está a ser prejudicado por barreiras do mercado chinês e que, conseqüentemente, uma parte importante do atual equilíbrio comercial é artificial” e concluindo que o défice é “produto da política, e não da economia; pode ser tratado por meio da política” (Mandelson 2007).

A importância da China para a UE, em 2007, constata-se pelo número de visitas a este país: dois terços de Comissários, bem como por dezenas de deputados europeus e os Chefes de Estado ou Governo de 14 Estados-Membros, entre as quais a Chanceler

¹⁸ O valor relativo é um número que se utiliza para compreender a grandeza de um valor absoluto. Neste caso, o valor do défice. É considerado grave ou não? Depende do universo que lhe está associado. Portanto, é um número obtido a partir do quociente entre o valor do défice comercial e o valor total das trocas comerciais.

¹⁹ Apontamos um breve aparte acerca do comércio de serviços entre a UE e a China. O excedente comercial a favor de Bruxelas é de 3,9 mil milhões em 2007, um valor 60 vezes inferior ao défice comercial de bens (European Commission 2009). A China deu passos significativos na abertura dos mercados de serviços mas os obstáculos continuam a ser consideráveis (EU business 2007). Contudo, é um domínio que apresenta um enorme potencial para expansão futura (Bendini 2014), se houver uma maior abertura ao mercado chinês. O excedente comercial em serviços quase não altera o défice comercial com a China.

alemã Angela Merkel, visitaram a China²⁰. Para Gordon (2007), uma das razões para as visitas era a de que os executivos e investidores europeus sonhavam com as oportunidades apresentadas pelo mercado chinês.

A China respondeu através do discurso do Presidente Hu Jintao no 17º Congresso do Partido Comunista Chinês (PCC), em 15 de outubro, ao declarar que a China endossa a política de portas abertas “A reforma e a abertura constitui a característica significativa do novo período” (Jintao 2007).

Ao analisar o discurso Men (2008), afirma que os europeus devem tranquilizar-se com o aprofundamento das reformas, pois o grau de abertura da China só será maior e que, no curto prazo, a UE e a China podem ter divergências relativamente à celeridade e à extensão da abertura do mercado chinês, mas que tal não deve prejudicar a cooperação bilateral. Acrescenta que apenas em cooperação, na construção de uma parceria de longo prazo, podem os dois usufruir os maiores benefícios.

A 28 de novembro de 2007, realizou-se a 10ª Cimeira UE-China, em Pequim que, segundo Xiaotong (2015), testemunhou as maiores tensões, sem precedentes, na relação bilateral. Da parte da UE, as tensões centraram-se principalmente na manipulação da moeda chinesa, nos saldos comerciais e em outras questões, que levaram rapidamente à politização da relação comercial UE-China. Do lado da China, as tensões foram ao nível de preocupações político-económicas, tal como ser reconhecida como uma economia de mercado nos inquéritos *anti-dumping* (Xiaotong 2015). Por iniciativa chinesa e acordado pelos Presidente da Comissão Europeia, José Barroso, e o Primeiro-Ministro chinês, Wen Jiabao, a UE e a China estabeleceram o Diálogo de Alto Nível Comercial e Económico (DANCE) para atender ao relacionamento crescente neste domínio, com o fim de corrigir o desequilíbrio nos fluxos comerciais entre a UE e a China. O âmbito alargado do DANCE consiste em analisar o sistema mundial de trocas comerciais, as matérias relacionadas com questões estratégicas ligadas ao comércio, investimento, a inovação tecnologia e DPI, e a cooperação económica UE-China (European Commission 2008).

²⁰ Pode adiantar-se que a Chanceler Angela Merkel, pouco tempo depois da sua visita à China, se encontrou com o líder tibetano, Dalai Lama, em Berlim, de que resultou uma resposta contundente de Pequim e a suspensão dos contactos de alto-nível Sino-Alemão (Gill & Murphy 2008a).

Em março de 2008, na sequência da forte repressão chinesa nos tumultos que ocorreram em Lhasa, as preocupações com os direitos humanos²¹ e a questão do Tibete ensombraram a relação. O Presidente do Parlamento Europeu instou os líderes europeus a considerarem o boicote à cerimónia de abertura dos Jogos Olímpicos de Pequim, a decorrer em agosto de 2008, em protesto contra as violações dos direitos humanos e das liberdades fundamentais pelo regime chinês. O rompimento do revezamento da tocha olímpica dos Jogos Olímpicos de Pequim em Londres e Paris e a questão de assistir à abertura da cerimónia dos Jogos Olímpicos de Pequim foram

²¹ Expliquemos este tema para percebermos as tomadas de decisão da UE e da China. O sistema internacional de defesa dos direitos humanos baseia-se na Declaração Universal dos Direitos Humanos (DUDH) e compreende diversas instituições das Nações Unidas, incluindo o Conselho de Direitos Humanos e os organismos que monitorizam o cumprimento dos tratados internacionais dos direitos humanos. A UE debate os direitos humanos com Pequim no quadro do chamado Diálogo UE-China sobre os direitos humanos. No entanto, Bruxelas e Pequim não concordam no que são exatamente direitos humanos. Enquanto liberdade de discurso e de expressão, direitos políticos e civis se inserem na definição de direitos humanos da UE, para Pequim são principalmente os “direitos económicos” e “direito ao desenvolvimento” que normalmente incluem a definição. No seu entendimento estes são mais aspirações do que vinculações jurídicas e insiste que devem ser implementados de acordo com as condições nacionais de um país. Resumindo, é um objetivo a ser alcançado no caminho para o desenvolvimento. Confirmemos. Por parte da UE, através do documento “Diretrizes da União Europeia em matéria de diálogos sobre direitos humanos com os países terceiros”, declara-se que os diálogos sobre os direitos humanos que têm com vários países constituem “um elemento essencial da estratégia global da União europeia no sentido de promover o desenvolvimento sustentável, a paz e a estabilidade”. Entre os temas prioritários a debater nesses diálogos incluem-se a assinatura, ratificação e aplicação dos instrumentos internacionais em matéria de direitos humanos, a luta contra a pena de morte, a tortura, a discriminação; os direitos das crianças; os direitos da mulher; a liberdade de expressão; o papel da sociedade civil e a proteção dos defensores de democratização e da boa governação; bem como a prevenção de conflitos e o Estado de Direito (EEAS 2015). Pela China, através do Livro Branco sobre Direitos Humanos publicado em novembro de 1991, o prefácio regista que “a questão dos direitos humanos assumiu-se como uma questão de maior importância e preocupação comum da comunidade internacional” e que “o Governo chinês manifesta alto apreço pela Declaração Universal de Direitos Humanos, considerando-o o primeiro documento internacional neste domínio que lançou as bases para a prática de direitos humanos na cena mundial”. No entanto, a evolução da situação em matéria de direitos humanos é circunscrita pelas condições históricas, sociais, económicas e culturais de diferentes Estados, e traz consigo o desenvolvimento de um processo histórico. A seguir, engloba nos direitos humanos desde o direito de subsistência, a direitos políticos extensivos, aos direitos económicos, culturais e sociais, à garantia dos direitos das minorias nacionais, ao direito ao planeamento familiar e sua proteção, garantia dos direitos dos cidadãos deficientes, e direito à participação ativa em atividades internacionais relacionadas com os direitos humanos (State Council of PRC 1991). O documento do Parlamento Europeu designado “Situação dos direitos do homem no mundo analisado pelo Parlamento Europeu” sublinha a preocupação pelo facto de a China ser o país “responsável pela maioria das execuções a nível mundial e que a situação dos direitos humanos na China permanece uma séria preocupação” (Parlamento Europeu 2007). Da parte da China, a pressão da UE para apoiar as resoluções do Conselho de Segurança da ONU sobre o governo sudanês acerca da questão do Darfur, em 2005 e 2006 teve pouco efeito.

altamente politizados, com políticos a tentarem relacionar a sua presença com as questões do Tibete e do Darfur (Chen et al. 2013).

Economicamente, as importações da UE provenientes da China atingem os 249 mil milhões, registando-se um recorde do défice comercial no valor de 171 mil milhões de euros (European Commission 2015). A Comissão Europeia, em julho, excluiu os adjudicatários chineses da segunda fase do Galileu, uma decisão tomada na sequência da avaliação da Comissão, alegando concorrência desleal, proteção insuficiente dos DPI e da reciprocidade ao acesso dos contratos públicos pela China (Xiaotong 2015). Nós acrescentamos o pagamento de valores elevados de juros nas poupanças realizadas pelos chineses, que as estimula, que são efeito de uma medida política chinesa, que influencia as exportações europeias para a China. Axel Berkofsky, do Instituto per gli Studi di Politica Internazionale, descreve que a “violação pela China dos DPI é uma preocupação para a Europa e as estatísticas europeias indicam que as empresas europeias terão perdido até 20 mil milhões de euros na China por violação dos direitos de autor e de marca registada, só em 2008. Pequim, nos últimos anos, adotou uma série de legislação (pelo menos no papel) e regulamentação eficaz relativa à proteção dos DPI, mas o processo de aplicação no país continua a ser lento e apenas parcialmente transparente. As empresas europeias e os seus representantes em Pequim – acima de tudo, a Câmara de Comércio Europeia em Pequim – lamentam-se nos relatórios regulares de diversas barreiras comerciais pautais e não pautais nas exportações da Europa, assim como das restrições ao investimento na indústria e nos serviços (Berkofsky 2010). Contudo, o valor relativo do défice diminuiu, traduzindo-se em 0,52.

Muitos dos principais líderes europeus na altura (incluindo Angela Merkel, Gordon Brown, Silvio Berlusconi e Donald Task) não assistiram à cerimónia de abertura dos Jogos Olímpicos de Pequim. A 8 de dezembro, o Presidente francês Nicolas Sarkozy, na qualidade de Presidente da UE, encontrou-se com o Dalai Lama, o que conduziu à decisão de o governo chinês cancelar a cimeira UE-China já calendarizada para dezembro de 2008, afirmando que a ação francesa comprometia seriamente o núcleo dos interesses chineses e a fundação política das relações sino-francesa e sino-europeia (Xiaotong 2015). O cancelamento da cimeira UE-China, em dezembro de

2008, em Lion, demonstrou que Pequim continuava muito sensível ao que considerava ser uma ingerência nos seus assuntos internos e o “aconselhamento” europeu sobre os direitos humanos na China entra na categoria de tais “interferências” (Berkofsky 2010).

Outras questões emergentes e específicas, como a expansão do papel da China em África, surgem como nova fonte de conflitos nas relações EU-China. Politicamente, a China é acusada, pela comunicação social europeia e por vários governos, de apoiar “regimes párias” no Sudão e Zimbabué, de não ter em conta a crise humanitária do Darfur, pelo desrespeito pelos direitos humanos no Zimbabué, e por bloquear os esforços ocidentais de impor sanções aos dois países no Conselho de Segurança das Nações Unidas. A UE também critica a China pelos seus investimentos no domínio dos recursos energéticos e minerais. Em termos de ajuda ao desenvolvimento, a UE defende que a China, sem condicionalidade na ajuda aos países africanos, os tem encorajado a resistir aos esforços europeus na promoção da democracia e de direitos humanos (European Parliament 2008).

A China percebe o continente africano principalmente como um importante fornecedor de recursos energéticos e minerais, e como um mercado cada vez mais importante. No entanto, os seus objetivos em África também são políticos e destinam-se a garantir o apoio dos países africanos na ONU, no que se refere a Taiwan, ao Tibete e às questões ligadas aos direitos humanos, que são alteados de tempos a tempos.

Podemos sintetizar, com Casarini (2013), que no ano de 2008 a parceria estratégica global sino-europeia atingiu o seu ponto mais baixo.

A relação UE-China é traduzida de modo paralelo nas opiniões dos cidadãos dos principais Estados-Membros da UE, a Grã-Bretanha, a França e a Alemanha, acerca da China, como mostra a tabela IV.

Tabela IV. Opinião acerca da China

Opinião da China						
A sua visão é favorável ou desfavorável?						
País	Favorável (%)			Desfavorável (%)		
	2005	2008	2011	2005	2008	2011
Grã-Bretanha	65	47	59	16	36	26
França	58	28	51	42	72	49
Alemanha	46	26	34	37	68	59
Japão	-	14	34	-	84	61
Polónia	37	33	51	34	54	32
Rússia	60	60	63	29	26	25
Coreia do Sul	-	48	-	-	49	-
Espanha	57	31	55	21	56	39
EUA	43	39	51	35	42	36

Fonte: (Chen et al. 2013)

A sondagem mostra uma redução nas opiniões favoráveis acerca da China nos três países, o que, de acordo com o que escreve Ingrid d’Hooghe (2015), se deve à ideia de que a reforma política, na China, se seguiria automaticamente à reforma económica, que começou a ser posta em causa e os cidadãos ficaram cada vez mais

preocupados acerca das intenções internacionais da China e da situação dos direitos humanos. Além disso, o escrutínio pela comunicação social sobre a China intensificou-se com a aproximação dos Jogos Olímpicos de Pequim, chamando a atenção para os muitos problemas da China. Reflete, também, as expectativas crescentes das pessoas acerca do Governo chinês, nomeadamente as que queriam ver a China a contribuir mais ativamente para a solução dos problemas globais, nos quais o país escolheu não se envolver. As sondagens também sugerem que a visão dos líderes nacionais acerca da China tem impacto nas perceções dos seus cidadãos sobre o mesmo assunto. Importante, também, acrescenta a autora, que as perspetivas negativas frequentemente surgem da combinação de medos subjacentes ao crescente predomínio económico e político chinês e à falta de confiança nas intenções da política externa chinesa, resultado muitas vezes do desconhecimento acerca da China.

Da parte da China, a visão acerca da Europa ainda era positiva, apesar de uma quebra de 20% em 2008, explicada, também, pela ausência de vários líderes europeus na abertura da cerimónia dos Jogos Olímpicos. Em 2004, a visão favorável da Europa correspondia a uma taxa de 77%, passando para 57% em 2008 (Chen et al. 2013).

Adiantamos a explicação da melhoria significativa na opinião acerca da China em 2011, fase que corresponde à segunda metade do período em que ocorreu a crise económica e financeira, que se deve ao facto de que, embora a economia chinesa fosse afetada pela queda mundial de exportações, estava capaz de gerar crescimento e tornar-se no motor da economia mundial. Muitos governos dirigiram-se a Pequim para apoio financeiro e o governo chinês, em geral, atuou de forma construtiva (D’Hooghe 2015).

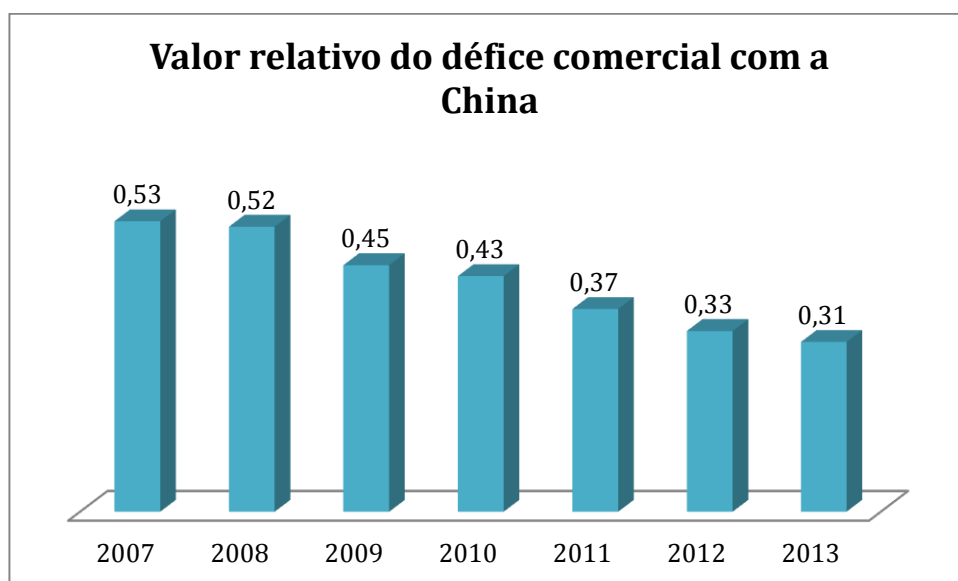
Conforme acima enunciado a partir de 2009 surgem novos domínios de convergência que realizam o ajustamento da relação.

Analisemos cada uma deles.

1º Domínio - Estabilização da economia europeia

O valor relativo do défice comercial diminui de ano para ano, como mostra o gráfico seguinte, o que confirma o ajustamento continuado da relação neste ponto tão importante para os parceiros e para a UE, em especial.

Gráfico I. Valor relativo do défice comercial da UE com a China



Fonte: (European Commission 2016)

Examinemos os acontecimentos que o explicam.

Em 2009, com a UE mergulhada na crise económica e financeira pela primeira vez, o valor das importações europeias vindas da China diminuiu.

Com Kumar (2012), registamos que, em 2010 e 2011, a crença de que “salvar a Europa significa salvar a China” era muito comum em Pequim. Há razões políticas e económicas para fazê-lo.

Os motivos políticos relacionam-se com a concretização da ambição chinesa em aumentar o seu estatuto internacional e o seu *soft power* ao auxiliar a Europa; por outro lado, uma Europa forte contribui para a estrutura multipolar desejada pela China na balança de poder mundial.

Casarini (2011) sublinha que o abrandamento económico na Europa afeta seriamente o sector produtivo chinês. É, pois, do interesse da China continuar a sustentar o valor do euro, dado que, se o fizer, mantém o valor do *renmimbi* baixo, ajudando, deste modo, à competitividade dos produtos chineses.

As crises de dívida soberana levaram a China a investir em obrigações europeias. Os crescentes investimentos na Europa permitem que Pequim obtenha

tecnologia importante, *know-how* e marcas, para serem aplicadas na modernização e desenvolvimento económico do país (Casarini 2012). Estes investimentos triplicaram entre 2009 e 2011, para 7,4 mil milhões de euros num leque de sectores cada vez mais alargado (Westad 2013).

Sublinha o relatório “The EU and China: 40 years of friendship” (Goodman 2015) que, se não fosse o investimento chinês, a Europa poderia estar numa situação muito pior do que a atual. Ao lado da aquisição de obrigações na zona euro, os investimentos chineses nas empresas europeias têm vindo a crescer a um ritmo sem precedentes (Casarini 2011). O investimento chinês na Europa, como qualquer IDE, tende a ser benéfico para todos os atores envolvidos.

Parello-Plesner (2013), na mesma linha, sustenta que os investimentos chineses na UE criaram um novo cordão umbilical financeiro entre a China e a Europa. Portanto, a nova vaga de investimentos no estrangeiro foi um desenvolvimento natural para a segunda maior economia mundial e que contribuiu de modo positivo para o crescimento e emprego nas economias europeias.

Por último, a China tem um interesse estratégico em manter o euro como segunda moeda mundial, no sentido de reduzir a hegemonia do dólar no sistema financeiro internacional, o que também facilitaria a internacionalização e a convertibilidade do *renmimbi*, que é um objetivo a médio prazo, uma vez que reforçaria o peso da China nas relações internacionais.

A China interveio em diversas ocasiões para tranquilizar os mercados financeiros e os líderes europeus, garantindo que continuaria a adquirir títulos da zona euro e a apoiar o euro. A intervenção chinesa contribuiu para manter a viabilidade da zona euro. Globalmente, as medidas ativas da política monetária chinesa tornaram a parceria estratégica mais forte na identificação e prossecução de um interesse comum essencial que era a sobrevivência da zona euro e da sua moeda comum (Casarini 2013). Temos em conta que as reservas chinesas, em euros, em pontos percentuais, estão compreendidas entre os 26 e 28% (Casarini 2011).

Como refere a Deutsche Welle (2012), a China e a Europa estão dependentes uma da outra porque ambas lucram com as suas estreitas relações comerciais. A

Europa é o primeiro parceiro comercial da China e a China tem contribuído para atenuar as consequências da crise do euro (Deutsche Welle 2012). Lembremos que a China tem ajudado alguns países europeus na crise das dívidas no início da segunda década deste século, como Portugal, Grécia, Espanha, comprando dívida, ou pagando preços altos por empresas importantes desses países – uma parte do porto de Pireu, em Atenas, ou a EDP em Portugal.

Como em qualquer relação houve dissensões. A UE e a China tiveram litígios comerciais de grande visibilidade, que suscitaram interesse mesmo fora dos círculos comerciais. Havia processos postos pelos dois lados e não cabe no escopo deste trabalho tratá-los de forma alongada, mas apenas dar-lhe a expressão pontual que acabam por ter na visão histórica que se pode atingir nesta altura. Os de maior notoriedade foram os casos apresentados à OMC pela UE contra a China sobre matérias-primas e terras raras, o litígio dos painéis solares chineses e, em matéria de defesa comercial nas telecomunicações chinesas; pela China, os vinhos importados da UE (Business Europe 2015). O caso mais notável foi o dos painéis solares iniciado em setembro de 2012, considerado o maior inquérito de sempre aberto pela UE aplicado a um único produto. O valor dos painéis solares e componentes exportados para a UE totalizou 21 mil milhões de euros (Bendini 2014). Em junho de 2013 a China iniciou um inquérito *anti-dumping* e anti-subsvenções aos vinhos importados da UE. Este, claramente relacionado com o caso dos painéis solares, tinha o potencial de prejudicar o sector de vinho e bebidas espirituosas e entretanto a China gradualmente tornava-se num dos maiores mercados de exportação para a UE. Em 2012 o mercado chinês do vinho valia não menos do que 700 milhões para os exportadores europeus (Câmara de Comércio e Indústria Luso-Chinesa 2013). Os dois lados encontraram uma solução amigável (Business Europe 2015).

Repetimos que a UE é o maior parceiro comercial da China e a China é o segundo maior parceiro comercial da UE. Nenhuma das partes permitirá que este facto seja ensombrado por graves conflitos políticos comerciais e económicos (Erixon 2012).

2º Domínio – O combate às alterações climáticas

O modelo de desenvolvimento chinês voltado para as exportações com custos ambientais, sociais e económicos corre o risco de comprometer cada vez mais a

legitimidade da classe dirigente, levando-a a reconsiderá-lo. Resume Gislev (2013) que Pequim constata que o padrão de desenvolvimento atual não é benéfico para a economia. Todos os anos, os danos causados ao meio ambiente e à erosão dos recursos naturais da China corresponde a vários pontos percentuais do Produto Interno Bruto (PIB). A seguir, afirma que a classe média chinesa, que regista um rápido crescimento, se faz ouvir com cada vez maior número de pedidos a favor de normas ambientais razoáveis. O Governo está ciente de que tem certas responsabilidades globais irrefutáveis, especialmente porque o país é atualmente o maior emissor mundial de dióxido de carbono. Por último, mas não menos importante, verificou que há enormes oportunidades de negócios no sector da tecnologia verde. É um campo que permite manter o dinamismo económico entre a UE e a China. A UE possui o *know how* e a RPC o capital.

Relembremos que a parceria UE-China relativa às alterações climáticas inclui a redução do custo de tecnologias energéticas e a promoção da sua aplicação e difusão (House of Lords 2010). A este propósito, o mês de dezembro de 2009 foi um período complicado nas relações UE-China, nesta matéria. Na Cimeira da ONU para as alterações climáticas em Copenhaga, na Dinamarca, a tentativa para chegar a um acordo com vista à redução de emissões colapsou (Goodman 2015). Contudo, à margem da Conferência, países desenvolvidos e em vias de desenvolvimento, incluindo a China, adotaram o “Acordo de Copenhaga” que subscreve o limite de 2 graus Celsius de aquecimento como referência (House of Lords 2010). Apesar da discordância relativamente ao valor com que a China deveria contribuir para a redução de emissões, a UE e a China estão praticamente de acordo na necessidade de lutar contra as alterações climáticas (Goodman 2015).

Até à conferência de 2011, em Durban, sobre as mudanças climáticas, a China defendia uma interpretação rígida do princípio das responsabilidades comuns mas diferenciadas, repartindo o mundo em dois grupos, países desenvolvidos e em desenvolvimento, que implicavam obrigações completamente distintas para cada grupo (muito maiores para os países desenvolvidos). Percebendo que essa interpretação não era sustentável, em Durban, a China acordou num compromisso segundo o qual, a partir de 2020, deverá ser juridicamente obrigatório todos os países

controlarem as emissões de gases com efeito de estufa (Gislev 2013). É um grande avanço e para a China é também um modo de aumentar o seu prestígio externo ao mudar de posição. O *soft power* também se faz da evolução de posições.

Acrescentamos que o 12º Plano Quinquenal chinês e a Estratégia Europeia 2020 têm semelhanças entre si. Corroboram um crescimento sustentável, inteligente e inclusivo (Yiwei 2013), que aproxima os parceiros: a China, a acelerar o ajustamento do modelo de crescimento económico e a tentar construir uma sociedade respeitadora do ambiente; a UE a promover o crescimento inteligente e a desenvolver a economia de baixo carbono pela otimização das taxas de energia e outros meios, aproxima os parceiros.

3º Domínio – A acomodação nas questões de segurança

A recessão económica mundial provocou na UE dificuldades económico-financeiras que diminuíram o seu prestígio e, inevitavelmente, o seu poder na balança internacional. Com efeito, a Europa expôs-se a críticas de todo o género pela forma como respondeu aos problemas económicos-financeiros dos seus Estados-Membros. A crise da banca e o modo como a UE tentou resolvê-la – como também se nota em Portugal – ainda hoje tornam a EU alvo de crítica em vários fóruns, pelas decisões tomadas e cujos resultados, até agora, não têm sido satisfatórios.

As consequências da crise refletiram-se na China num maior impulso ao peso económico e na aceleração da transferência de poder com interesses económicos e comerciais a ampliarem-se ou a traduzirem-se em interesses geoestratégico-políticos.

Contudo, para a China, a Europa continuará a ser um polo essencial na cena mundial. Em grande medida, a Europa não só é o maior mercado de exportação da China como também uma das mais ricas fontes de estabilidade estratégica nas relações internacionais (Xiaotong 2012).

Deste modo, um acontecimento importante para ambos os atores aconteceu em 2010, com a atualização da parceria estratégica de 2003, simbolizada na criação do Diálogo Estratégico de Alto Nível em 2010 (Casarini 2014), na 13ª Cimeira UE-China, a 6 de outubro de 2010, em Bruxelas que inclui assuntos externos, questões de segurança e desafios globais (Burnay et al. 2014).

Quando os interesses se alargam, o princípio de não ingerência começa a tornar-se mais nebuloso na sua aplicação. Portanto, a expansão económico-política africana da China é objeto de desafios cada vez maiores o que a tornou mais recetiva às propostas de cooperação da UE em contrapartida de um comportamento no continente diferente.

As ameaças locais dos seus investimentos pressionaram a China a mover-se na direção de conseguir a paz no Sudão, coagindo o regime de Cartum a aceitar uma força de manutenção da paz. A China, portanto, intensifica o seu apoio às operações de manutenção da paz, como em Mali, em que a UE e os seus Estados-Membros estão firmemente empenhados (European Union External Action 2015). Os votos favoráveis da China às sanções contra o Presidente da Costa de Marfim, Laurent Gbagbo, às sanções contra a Líbia de Muammar Kadafi e à queixa apresentada ao Tribunal Penal Internacional (TPI) relativamente à situação da Líbia, bem como o apoio à resolução que incitava indiretamente ao Presidente Ali Abdullah Saleh, do Iémen, a deixar o poder, e ainda, como o acordo à resolução autorizando o uso da força na Líbia, foram interpretados como evidências da tendência progressiva da política externa chinesa de apoiar a intervenção internacional no contexto de violações flagrantes dos direitos humanos dentro de um determinado país (Fox & Godement 2009a).

Outros motivos crescem para a convergência entre a UE e a China. A Agência Internacional de Energia (AIE) estima que ambos, UE e China, terão que importar a maior parte das suas necessidades de petróleo até 2030. Garantir a segurança de aprovisionamento – e a estabilidade política nas regiões do mundo ricas em recursos – é importante para ambos (Lee 2013). Manter, portanto, as rotas marítimas seguras e abertas é por consequência um interesse estratégico comum entre ambos. Por estas razões a China coopera com a UE através do Grupo de Contacto Internacional de Luta contra a Pirataria ao largo da costa da Somália e ambos cooperam ativamente na missão de combate à pirataria no Golfo de Áden. Os atos de pirataria ao longo da costa da Somália têm diminuído 95%, graças a esses esforços internacionais (European Union External Action 2015). Desde 2011 que embarcações chinesas têm escoltado navios do Programa Alimentar Mundial no Golfo de Áden, numa partilha de encargos com a UE. A China mostra também interesse em ajudar a pôr termo às fortes tensões

políticas nos *hotspot* estrategicamente importantes, como o estreito de Ormuz ou Malaca.

As relações em matéria de segurança fazem parte do primeiro pilar respeitante ao diálogo político que remonta a 1994 (Men 2014). Em consequência dos progressos no âmbito e conteúdo do diálogo, em 2012 foi iniciado um diálogo regular China-UE nas áreas da política de segurança e defesa, e a primeira ronda sobre o Médio Oriente e Norte de África realizou-se no início de 2014 (Joint Statement 2014).

Apesar do lento desenvolvimento das relações em matéria de segurança UE-China, existe um grande potencial para os dois lados melhorarem a cooperação dado que não têm graves conflitos de interesse. Como analisado, a colaboração já atingiu alguns resultados encorajadores no campo da pirataria. A UE-China Task Force para a segurança cibernética foi estabelecida em 2012, após a 14^a cimeira. Estes mecanismos abrem caminho para novos intercâmbios e discussões entre os dois lados, que poderá levar a resultados mais concretos nos próximos anos. Men (2014) afirma que, no acordo conjunto da Agenda Estratégica para a Cooperação 2020 UE-China, os dois lados elencam 13 iniciativas que precisam de tomar a fim de envidar esforços conjuntos para a paz e segurança internacional. Muitas destas iniciativas prendem-se com a construção de relações de segurança bilaterais.

Após a explicitação dos domínios referidos, os parceiros aprofundam a Parceria Estratégica e a confiança mútua com a inclusão de outro pilar institucional.

Em 2012, na 14^a Cimeira UE-China realizada em Pequim em fevereiro, os temas bilaterais debatidos incluíram a Parceria Estratégica, o comércio e as alterações climáticas e foram anunciadas três novas iniciativas, a saber: uma parceria em matéria de desenvolvimento sustentável, cooperação reforçada na energia e adição de um terceiro pilar à Parceria Estratégica sob a forma do Diálogo *People to People* no contexto da relação global UE-China (EEAS 2013a)

Os três pilares da Parceria Estratégica UE-China, mecanismos institucionais da relação UE-China, assentam no Diálogo Estratégico de Alto Nível (2010), no Diálogo Económico e Comercial de Alto Nível (2007) e no Diálogo *People to People* de Alto Nível (2012) (Sajdak 2013). Men (2014) sustenta que se assinala um notável passo em

frente na relação UE-China com a adenda do terceiro pilar na parceria (Men 2014). Expliquemos melhor a sua importância, considerando que os dois primeiros pilares estão puramente relacionados com as questões económicas e políticas, mas o terceiro pilar, relativamente mais recente, e de acordo com Sadjak (2013), concentra-se no grupo mais importante, sobre o qual assenta toda a construção da cooperação UE-China – os cidadãos europeus e chineses. Paralelamente ao aprofundamento das relações económicas, o nível societal tem ganhado cada vez mais terreno, constituindo-se eventualmente como uma das áreas mais importantes das relações bilaterais. As novas áreas de cooperação têm-se centrado em questões mais próximas dos cidadãos, como a educação, a formação, os intercâmbios de pessoas ou o multilinguismo. Esta melhoria substancial é um sinal de verdadeiro compromisso, com o aprofundamento de laços culturais entre os dois atores, que visa complementar os dois pilares existentes, assegurando que a voz das pessoas está presente na formação da parceria UE-China. Como nos outros diálogos de alto nível, este será o “guarda-chuva institucional” para futuras iniciativas e ações no campo dos intercâmbios *people-to-people* (Sadjak 2013). Na mesma linha, o professor Wei Shen, diretor do Instituto Confúcio, da Universidade de Lancaster na Grã-Bretanha, comenta que o intercâmbio *people-to-people* é “a parte crucial de qualquer relação” e continua: “o elo interpessoal ajuda a eliminar preconceitos, incentiva a compreensão e, sobretudo, reforça a confiança mútua e conduz ao estabelecimento da confiança entre povos e nações” (Goodman 2015).

Em setembro de 2012, as duas partes realizaram a sessão inaugural do Diálogo de Cooperação sobre Tecnologia Espacial Bilateral e manifestaram vontade mútua em reforçar a sua cooperação no campo de aspetos civis nos respetivos Sistemas Globais de Navegação por Satélite (Joint Statement 2012). Este é um bom exemplo da ultrapassagem de discordâncias a fim de reforçar a cooperação em benefício mútuo.

Na 16ª Cimeira UE-China, realizada a 21 de novembro de 2013, foi anunciado o lançamento de negociações para um Acordo abrangente sobre Investimento UE-China e foi lançada a Agenda 2020 para a Cooperação (EEAS 2014), na esteira da Agenda que a UE tem internamente para os seus 28 países, com os quatro pilares:

1. Paz e segurança,

2. Prosperidade Económica,
3. Desenvolvimento Sustentado e
4. Intercâmbio *People-to-People* (Goodman 2015).

É uma agenda que está em desenvolvimento e o ponto sobre o Desenvolvimento Sustentado assume grande importância porque tem uma forte ligação, por exemplo, com o urbanismo, já que, segundo os números da Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Económico (OCDE), a China tem ainda níveis baixos de urbanização e necessita de a fomentar “A parte dos serviços vai aumentar mais à medida que a China se torne mais rica e a urbanização avance. Contudo, a produtividade no sector dos serviços é reduzida, pelo facto de a concorrência não ser equitativa para todas as empresas” (OECD 2015). Uma soma de 300 milhões de pessoas, diz a OCDE no seu relatório de 2015, na página 4 em Main Findings, é um desafio colossal e a UE tem experiência e tem interesse em dedicar-se a esse sector de serviços, que pode ser muito importante na relação económica bilateral – todos os índices mostram que o sector dos serviços é um daqueles com maior margem de progressão.

A relação China-Europa é demasiado grande e está demasiado desenvolvida para não resultar (Erixon 2012).

CAPÍTULO V – A RELAÇÃO NA ATUALIDADE (2014)

Entre 2006 e 2014, muitos acontecimentos tiveram lugar nas relações UE-China, com destaque, em 2012, para a mudança na liderança chinesa, com Xi Jinping a chegar ao poder, tendo como Primeiro-Ministro Li Keqiang, que sucedem, respetivamente, a Hu Jintao e a Wen Jiabao. Essa mudança de Presidente tem marcado uma diferença considerável em relação ao poder anterior, nomeadamente na relação com a UE, como veremos pela visita que Xi Jinping efetuou em março/abril de 2014.

No campo económico, a China passou, em 2011, a ser considerada a segunda maior economia do mundo, depois de ultrapassar o Japão (Diário de Notícias 2011).

As oito cimeiras UE-China, realizadas entre 2006 e 2014, foram mais relevantes do que aquela que ficou por se realizar, em 2008, na sequência dos encontros que o Dalai Lama teve com o Presidente Sarkozy, (que, à altura, era também Presidente rotativo da UE) e com a Chanceler Merkel, e que levou a um esfriar de relações, de tal modo que ambos fizeram questão de faltar à abertura dos Jogos Olímpicos de Pequim, em 2008, o primeiro grande evento global organizado pela China desde a revolução. Olhando já com alguma perspetiva para esses acontecimentos, pode dizer-se que, se as cimeiras realizadas mostraram que a relação prosseguia o seu curso, a anulação da de 2008 prova que a Parceria Estratégica Global é menos estratégica do que anuncia o título. Num momento marcante e único da história da China na cena mundial, os dignitários europeus puderam optar pela ausência. Um sinal histórico, provavelmente.

Houve, entretanto, muitos aspetos que foram mudando ou evoluindo ao longo deste período de forma positiva, como a instituição do Diálogo de Alto Nível Económico e Comercial, após a cimeira de 2009, depois ampliado ao *People-to-People*, a criação da Agenda 2020 na Cimeira de 2013, a resolução, por acordo negociado, de problemas como o dos painéis solares (em 2013), o facto de a China se conformar às normas internacionais em relação à manipulação da sua moeda. No entanto, persistem dificuldades por resolver e vão aparecendo novos problemas, internos e externos.

Um dos factos marcantes deste período é a “grande recessão”, a enorme crise económica que afetou a Europa de forma especialmente grave – e ainda a afeta – e na qual a China procurou desempenhar um papel em que se posicionou como parceiro, ainda que sem descurar os seus interesses. Pode dizer-se que em 2014 a relação estava melhor do que em 2006, que esses oito anos permitiram evoluir para um ponto de entendimento alargado sobre um conjunto de questões que vão desde o papel mais importante da China na cena mundial, exercido dentro das regras institucionais geralmente aceites, com menos tensões sobre as diferenças nos direitos humanos, a uma maior compreensão na abertura dos mercados. Estas perceções existem. Mas, na prática, verifica-se que tudo acontece lentamente: há um reforço do IDE chinês, mas que ainda atinge apenas 1% do *stock* de IDE na Europa, enquanto que a UE, em 2014, é o maior investidor estrangeiro na China (Hansakul & Levinger 2014).

O *policy paper* chinês sobre as relações com a UE, de 2014, e a visita do Presidente Xi Jinping mostram o reiterado interesse chinês, cada vez mais alargado a novas matérias, embora falte a sua concretização em tratados ou a concretização da abertura do mercado chinês de serviços, o que poderia ajudar a equilibrar um défice comercial que os dirigentes europeus têm dificuldade em justificar às suas opiniões públicas.

Mesmo em termos económicos, há uma mudança de paradigma, isto é, a partir de 2007, os bens de consumo quase duplicaram como percentagem de exportações da UE para a China, mas baixaram em percentagem das importações da UE vindas da China. Ao mesmo tempo, a China passou a fornecer uma parte maior em bens de capital para a UE, em linha com o seu objetivo de fazer um *upgrade* nas suas capacidades industriais (Hansakul & Levinger 2014).

Após esta visão rápida sobre este período, passemos à análise mais aprofundada dos pontos mais relevantes desta relação na atualidade.

Um dos objetivos da política externa de qualquer país é garantir os seus interesses nacionais. Os mais importantes interesses da China incluem o crescimento económico continuado. Por outro lado, é da maior importância obter o apoio internacional à chamada política de “Uma só China” respeitante a Taiwan, hoje mais fácil desde o chamado “Consenso de 1992” em relação ao Princípio de uma só China,

segundo o qual a República Popular da China e a República da China reconhecem que há apenas um Estado soberano embora difiram quanto ao Governo legítimo que a representa. E, tão importante como estes dois aspetos, devemos ainda considerar a necessidade de a China manter a concentração no esforço de modernização. A legitimidade do PCC, hoje, é também baseada no crescimento e estabilidade económica. Além disso, como o poder económico, político e militar da China crescem, garantir que a sua ascensão a uma posição proeminente no plano internacional atraia respeito, mais do que hostilidade constitui outro interesse nacional cada vez mais importante (Jakobson 2009).

O que motiva a proatividade atual da China na cena internacional, até em relação aos projetos mais recentes como a nova Rota da Seda – que abordaremos mais à frente – ou ao aprofundamento do multilateralismo e da governação regional e global, são essencialmente três razões: atenuar tensões em matéria de segurança externa, de modo a poder concentrar-se na reforma económica, política e social do país; envolver-se ativamente nos mecanismos securitários multilaterais, o que ajuda a estender a sua influência mas também a tranquilizar a sua vizinhança acerca da “ascensão pacífica” e “desenvolvimento pacífico” do país, dado que, atuando dentro desse concerto internacional também está limitada por ele (e esse tem sido um dos objetivos da UE ao longo desta relação); por último, contribuir para contornar a influência americana em torno da sua periferia.

Com a mudança no ambiente político internacional nos anos recentes, em particular desde as intervenções humanitárias, tem sido comumente aceite que, a fim de cumprir a *responsability to protect* – compromisso político global de todos os países da ONU desde a Cimeira Mundial de 2005, para prevenir, nomeadamente, crimes contra a humanidade –, a China tem sentido necessidade de reajustar o seu princípio de não interferência nos assuntos internos de outros países.

A recente crise económica global tem reforçado a importância económica chinesa a nível mundial e é também na decorrência desse crescimento que a China começou a ter um papel mais ativo na diplomacia regional, como, por exemplo na questão nuclear coreana. Assim, também a sua influência em África se tornou hoje uma evidência.

A desaceleração da economia mundial no pós-crise de 2008, em particular no Ocidente, afeta as exportações chinesas, enquanto a corrida mundial por recursos naturais, sobretudo em termos energéticos, e a ameaça das mudanças climáticas, apelam a um movimento global em direção a uma economia de carbono zero.

A China está também a tentar enfrentar um desafio a nível interno e mundial, ao optar por um crescimento mais inclusivo e sustentável. A reorientação económica é ambiciosa, abrangente e de longo alcance, e consiste na mudança de um modelo centrado na exportação para outro modelo que incremente a procura interna, o que implica aumentar os salários e reforçar a rede de segurança social. Concentra-se também em diminuir a importância do carbono na economia e reciclar os resíduos, a fim de evoluir para uma “civilização ecológica”. Isto comporta enormes investimentos em energia limpa e a despoluição de vastas zonas que têm estado expostas a níveis de contaminação muito elevados. Recusando limitar-se aos sectores de trabalho intensivo, ambiciona ter as suas próprias empresas que dominem a cadeia de produção global e a promoção de marcas multinacionais – e já tem algumas, como a Huawei e ZTE (telemóveis), ou a Airbnb (alojamento), empresas da chamada nova economia. Para tal, procurará usar o seu poder financeiro (adquirido também à custa de uma severa repressão no consumo durante várias décadas), para modernizar e diversificar a sua base de produção, ao mesmo tempo que garante as suas fontes de abastecimento internacionais (Europe-China Forum 2015).

A China tem de proteger as suas rotas marítimas até às fontes de energia e de recursos minerais e para os seus mercados de exportação, mas, por muito que os textos oficiais chineses indiquem o “desenvolvimento pacífico” como conduta – expressão que aparece no *Policy Paper 2014* três vezes –, o realismo político torna impossível fugir a utilizar o *hard power*. O assassinato e sequestro de trabalhadores petrolíferos chineses, na Etiópia e na Nigéria em 2007, e no Sudão em 2008, foram avisos de que a China tem que lidar com um número crescente de ameaças não tradicionais em países em que tem relevantes interesses comerciais (Jakobson 2009). E, se encoraja as empresas e os trabalhadores chineses a emigrarem, não pode, quando surgem problemas, deixá-los simplesmente abandonados à sua sorte quando as coisas correm mal. Tem necessariamente que intervir.

À medida que a influência global e a capacidade nacional chinesa aumentam, assim também deve aumentar a sua responsabilidade ao expandir o seu papel e recursos para ajudar a alcançar soluções nos *hotspots* regionais, soluções que promovam a estabilidade, o desenvolvimento e a segurança humana (Gill 2009). Ou seja, internacionalmente, a China adere ao princípio da “não-interferência”, mas hoje com uma maior flexibilidade no conceito (Tiejun 2009). Os seus pontos de vista estão gradualmente a convergir com os valores tradicionais da comunidade internacional, ao reconhecer a existência de crises humanitárias e ao aceitar que a intervenção é necessária quando o país em questão concorda ou então quando está autorizada pela Comunidade Internacional (Jakobson 2009), nomeadamente quando apoiada em resoluções da ONU.

Internamente, a China tem de enfrentar três desafios:

1 - As crescentes exigências sociais dos seus cidadãos, à medida que a sua situação económica melhora;

2 – As forças centrífugas que surgem muitas vezes com as assimetrias regionais, como atualmente se experimenta na UE;

3 – E, mais importante, a capacidade política efetiva que possa manter o controlo final sobre as forças de Mercado, sejam elas internas ou globais.

Já a UE é uma instituição *per si* multilateral, dedicada à promoção do multilateralismo efetivo, interno e externo, e um organismo empenhado no reforço da participação das instituições multilaterais para tratar das questões fundamentais, de estabilidade e paz, desenvolvimento e prosperidade, crescimento e sustentabilidade (Tiejun 2009). A cultura da UE encontra-se determinada pelos Tratados, pelas instituições e pelas políticas desenvolvidas ao longo dos tempos.

A crise de 2008 tem prejudicado a credibilidade do Ocidente, em geral, nas instâncias internacionais: o Consenso de Washington perdeu o seu estatuto de referência, sobretudo no seu sentido de fundamentalismo de mercado e de neoliberalismo, opções que têm enfrentado grande oposição, levando a uma revisitação de Keynes e do Keynesianismo como teoria defensora da intervenção alargada do Estado em alturas de crise económica e financeira graves.

A zona euro foi fortemente atingida pela crise financeira de 2008, a qual, em 2010, se transformou na crise das dívidas soberanas de Irlanda, Grécia, Portugal (e de outros países), países aderentes à moeda única. Esta situação levou a uma drástica gestão orçamental através da coordenação coerciva das políticas nacionais rumo a uma união bancária, com um mecanismo de supervisão e resolução centralizado, reconhecendo-se as deficiências que vinham desde a criação da moeda única europeia. Tal reforço da governação foi acompanhada por políticas de austeridade fiscal, com o objetivo de desalavancagem das enormes dívidas acumuladas (pública e privada) e reforço da competitividade, através de reformas estruturais nas leis do trabalho e de cortes reais nos salários, medidas com fortes efeitos deflacionários. Além disso, a fragilidade bancária persiste de tal forma que a zona euro ainda representa a maior fonte de incerteza para a economia mundial (Europe-China Forum 2015).

A crise do euro tem enfraquecido drasticamente a capacidade financeira da UE, o que conduz a que a UE necessite de apoio financeiro. Por isso, a China parece cada vez mais importante para muitos países da UE, carecidos de liquidez para investimentos de monta (Europe-China Forum 2015). Esta é outra mudança, ocorrida neste período, no mapa dos interesses europeus em relação à China como fonte decisiva de capital.

A UE e a China necessitam uma da outra, pelo menos por razões económicas. A taxa de crescimento da China está a abrandar, mas o seu apetite por bens e investimentos europeus continua a ser crucial para a recuperação económica da Europa. A transformação económica da China – e os planos para a mudança nos próximos anos – exige o acesso a *know-how* europeu, à sua experiência e tecnologia. A agenda de reformas da China também dá às empresas europeias uma miríade de oportunidades para o desenvolvimento do comércio e investimento (Europe-China Forum 2015).

Por um lado, um relacionamento mais profundo UE-China a nível político credibiliza a política externa europeia e, por outro, ajuda a que a boa-fé chinesa seja reconhecida em Washington, Moscovo e em muitas capitais asiáticas. Os países asiáticos, incluindo o Japão, Vietname e Filipinas, envolvidos em querelas territoriais com Pequim, nos Mares da China Oriental e do Sul, confiam que os europeus podem

suavizar a assertividade de Pequim e utilizar a sua experiência na gestão de problemas transfronteiriços para garantir a estabilidade na região (Europe-China Forum 2015). Convém não esquecer que a China tem estado envolvida em disputas territoriais e de soberania com muitos dos seus vizinhos e que utilizou meios militares, em diversas ocasiões, no passado, para solucionar as suas reivindicações: Taiwan, o Mar do Sul da China, Índia, Rússia (Gill 2009).

Na sequência da “Agenda Estratégica 2020 para a Cooperação UE-China”, aprovada em novembro de 2013, o Presidente Xi Jinping e os líderes da UE, em março de 2014, emitiram uma declaração conjunta intitulada “Deepen the EU-China Comprehensive Strategic Partnership for mutual benefit”. A China, por sua vez, emitiu o seu segundo *policy paper* sobre a UE, que destacava o potencial de uma maior cooperação em assuntos globais, de defesa e de segurança, e no domínio económico, bem como dos laços *people-to-people*. De modo ainda mais significativo, o discurso do Presidente Xi Jinping, no Colégio da Europa, em abril de 2014, sublinhou a sua visão de construir “quatro pontes para a paz, o crescimento, a reforma e o progresso da civilização” entre a China e a Europa. São ideias muito interessantes, mas os europeus prefeririam as suas concretizações, que tardam.

Quanto às relações económicas e comerciais, estas foram consolidadas em 2009 pelo Diálogo Económico e Comercial de Alto Nível. Este primeiro pilar da relação foi complementado, em 2010, por um diálogo político reforçado sobre questões bilaterais e globais, o chamado Diálogo Estratégico de Alto Nível. O amplo envolvimento, a nível de funcionários superiores, é apoiado por mais de 80 mecanismos de diálogos sectoriais, incluindo grupos de trabalho de nível inferior, em áreas muito diversas, e que refletem a crescente expansão e o vasto âmbito de intercâmbios bilaterais.

A Agenda Estratégica 2020 para a Cooperação UE-China, adotada na 16ª Cimeira em novembro de 2013, é um documento importante que servirá como um itinerário para a colaboração reforçada entre a UE e a China nos próximos anos. A Agenda 2020 concentra-se mais especificamente em questões estratégicas, investimento, inovação, urbanização, alterações climáticas, intercâmbios *people to people*, bem como em questões de defesa e de segurança. Em 2014, lançaram-se as

negociações para um acordo de investimento bilateral, com o objetivo de melhorar a proteção do investimento e o acesso ao Mercado para ambas as partes (Isticioia-Budura 2014). Mas ainda não houve concretização visível.

A UE e a China lançaram a parceria urbanização UE-China, na cimeira de Pequim, em março de 2014, que abre novas oportunidades para a cooperação na construção de cidades energeticamente eficientes, através da partilha de tecnologia e conhecimentos sobre diversas questões, como planeamento urbano, abastecimento de energia e gestão da procura de energia.

Os acontecimentos que marcaram 2014 na relação UE-China ocorreram nos finais de março e início de abril, com a visita do Presidente chinês Xi Jinping à Europa sendo a primeira vez que um Presidente chinês visitou as instituições europeias (além de ter estado em quatro países fundadores da Comunidade Europeia do Carvão e do Aço: Holanda, França, Alemanha e Bélgica). Acontecimento igualmente marcante foi o *policy paper* “Deepen the China-EU Comprehensive Strategic Partnership for Mutual Benefit and Win-Win Cooperation”(MFA of the RPC 2014a), um dia depois da última paragem do Presidente na Europa, em Bruges, a 1 de abril.

Examinemos ambos os acontecimentos, pois podem caraterizar o estado das relações UE-China, em 2014. Começemos pelo primeiro, evidenciando os motivos desta viagem do Presidente chinês.

A profundidade da crise global começa a fomentar na China uma perceção da necessidade de uma nova parceria para o investimento com a UE. Com o seu elevado nível de reservas em moeda, a China é vulnerável a uma falha sistémica global e a perdas significativas de ativos (Fox & Godement 2009b). Consequentemente, em janeiro de 2014, começaram as negociações para um Acordo de Investimento UE-China (European Commission 2014). Como Scott (2014) escreveu, o motivo desta viagem estaria relacionado com o facto de a China desejar acordos de comércio livre e investimento à escala europeia, tendo, para isso, de contactar diretamente com a estrutura da UE em Bruxelas. Acrescentamos que o euro, como já vimos, pode auxiliar na internacionalização do *renmimbi* e que Londres e Frankfurt são centros financeiros fortíssimos. Por essa razão, no decurso da promoção da internacionalização da moeda chinesa, a UE poderia desempenhar um papel decisivo.

Mas essa cooperação iria necessitar de um ambiente em que as empresas privadas europeias pudessem sentir que os seus investimentos estariam seguros – por mecanismos de proteção de investimento e por um processo fiável de resolução de litígios. Assim sendo, um acordo abrangente de investimento com o objetivo de aumentar os fluxos de investimento entre a UE e a China seria benéfico para ambas as partes.

Para além de um certo grau de garantia estratégica, a visita de Xi Jinping evoca uma série de evoluções do pensamento chinês em relação à EU, e, em particular, o seu potencial para apoiar a posição chinesa nas questões regionais e de integração económica (Duchatel 2014).

Duchatel (2014), que realizou um estudo do pensamento dos analistas chineses acerca da visita de Xi Jinping, afirma que uma linha de interpretação corrente era que o envolvimento direto de Xi Jinping nas relações China-Europa indicava claramente uma importância política acrescida, já que a relação tem sido tradicionalmente liderada pelo Primeiro-Ministro. Por outras palavras, refletia a intenção chinesa de aprofundar o empenhamento com a UE, alargando-o, para além do comércio, ao domínio da segurança internacional.

Para Feng Zhongping (Zhongping, 2014, citado por Duchatel 2014) a visita oficial do chefe de Estado chinês tinha como objetivos principais definir as linhas estratégicas para continuar a aprofundar as relações comerciais num ambiente económico e político em evolução, tanto na Europa como na China, clarificar os objetivos a longo prazo para desenvolver as relações para além da área comercial, e melhorar a compreensão mútua, a fim de evitar perturbações desnecessárias que poderiam alterar o rumo das relações bilaterais.

Por sua vez, Mu Chunshan (Chunshan, 2014, citado por Duchatel 2014) refere que, a visita à Europa emerge das novas prioridades que surgiram sob a liderança de Xi Jinping, sendo que uma delas decorre das tensões entre a China e o Japão nos conflitos territoriais e das questões históricas no Mar do Sul da China, para as quais Pequim procura o apoio da Europa. A outra prioridade surge à medida que o pensamento chinês acerca da integração económica ao longo da nova “rota da seda” se torna mais concreto: apresenta a Europa Central e de Leste passam, cada vez mais, a ser vistas

como uma parte da “grande vizinhança” da China. Assim, a China deseja simultaneamente o apoio da Europa na integração económica e o alargamento a mercados mais robustos nos países vizinhos, por forma a que a troca de produtos seja mais fácil.

Os analistas chineses acrescentam que a visita de Xi Jinping também está ligada à imagem pública da China e que a agenda da sua visita foi organizada para maximizar os benefícios em termos de *soft power*.

Huang Jing (Jing 2014 citado por Duchatel 2014) exemplificou esta ideia com a escolha do Colégio da Europa, “um microcosmo da história da integração europeia após a guerra”, para o discurso em que o Presidente chinês defendeu o modelo político chinês. Nesse discurso de 1 de abril, no Colégio da Europa, Xi Jinping associou a ideia de respeito pela civilização ao respeito pelo sistema político chinês, rejeitando explicitamente a democracia liberal como inadequada para a China “A China experimentou a monarquia constitucional, a restauração imperial, o parlamentarismo, o multipartidarismo e o governo presidencial, mas na verdade nada funcionou. Finalmente, a China assumiu o caminho do socialismo. (...) De facto, encontramos esse caminho e obtivemos êxito nesta via” (Jinping 2014b).

Segundo Cohen (2014), as mensagens foram de paz, cooperação e amizade e centraram-se na ideia de uma relação entre duas grandes civilizações, mais do que entre um país e uma organização de países.

Num seu artigo publicado no jornal francês *Le Figaro* aquando da visita de Xi Jinping a Paris a 26 de março de 2014, atribuiu “grande importância à UE e às relações China-UE” (Jinping 2014a), pelo que podemos aceitar a sua viagem como a reafirmação da importância desta relação por um novo Presidente.

Atentemos em alguns dos seus discursos na Europa, pois são representativos da relevância que lhe é atribuída e das áreas em que o Governo chinês pretende reforçar a parceria estratégica.

Durante a sua visita à Holanda, a 22 de março, Xi Jinping afirmou que a Europa era um importante polo num mundo multipolar e que a China sempre tinha encarado as relações China-UE como altamente estratégicas, mostrando-se disposto a reforçar a

cooperação em todas as dimensões (MFA of the RPC 2014b). Em 26 de março, no seu artigo no *Le Figaro*, volta a indicar que China e a UE “estão numa fase crucial dos seus respetivos desenvolvimentos (...) e são confrontadas com novas oportunidades para o desenvolvimento das suas relações. Ambas as partes necessitam de aprofundar a respetiva cooperação de soma positiva nas finanças, desenvolvimento de infraestruturas, novo tipo de urbanização, novas energias, inovação científica e tecnológica, conservação de energia, proteção ambiental e outras áreas, e de ser mais rápidas nas suas negociações para um acordo de investimento China-UE” (Jinping 2014a). Todo um programa de futuro.

O seu discurso na sede da Organização das Nações Unidas para a Educação, Ciência e Cultura (UNESCO), em Paris, a 27 de março, tratou o tema das Civilizações, onde enfatizou o pluralismo cultural assim como a diversidade, qualidade e inclusividade das culturas, tendo afirmado que “cada civilização é única. Copiar mecânica ou cegamente outras civilizações é como cortar um dedo para que os sapatos sirvam, o que não é só impossível como extremamente prejudicial” (Jinping 2014d). No mesmo dia, na comemoração dos 50 anos do estabelecimento das relações diplomáticas entre a China e a França, o Presidente chinês apontou que ambos lutam pelo multilateralismo, multipolarismo e pela democracia nas relações internacionais (Jinping 2014c).

Para Cohen (2014), as declarações de Xi Jinping centraram-se na ideia de uma relação desejável entre duas grandes civilizações, articulando o discurso de que o crescimento da China beneficiará a Europa desde que os governos europeus aceitem e respeitem o sistema de Governo chinês. Neste sentido, para Cohen, este discurso reflete precisamente a vontade crescente de Pequim de exigir o respeito pelo regime de partido único por parte dos outros países.

Por sua vez, Scott (2014), ao analisar os discursos e artigos do Presidente chinês, refere que houve temas comuns e que particularmente evidente foi o da cooperação económica de soma positiva, em que apela a um acordo de parceria no investimento e a um novo acordo de livre comércio entre a China e a UE.

O segundo grande acontecimento de 2014 foi o lançamento, pelo Ministério de Negócios Estrangeiros chinês, do segundo documento estratégico para a UE, no dia seguinte ao termo da visita de Xi Jinping.

Como o próprio título “Deepen the China-EU Comprehensive Strategic Partnership for Mutual Benefit and Win-Win Cooperation” indica, este *policy paper* aponta a vontade do Governo chinês de aprofundar a parceria estratégica, identificando na sua introdução as razões que originaram a sua execução: “O governo chinês lança o seu segundo *policy paper* para definir os seus objetivos na política para a UE na nova era, traçar um plano para a cooperação China-UE nos próximos cinco a dez anos e facilitar maior progresso nas relações China-UE baseado nas conquistas atingidas na última década e no contexto dos acontecimentos nacionais e internacionais” (MFA of the RPC 2014a).

É de evidenciar que, enquanto o documento de 2003 “China’s EU Policy Paper” indicava uma visão para 5 anos, este explicita agora 5 a 10 anos. Este facto pode indicar a estabilidade da visão da política chinesa para a Europa e o aprofundamento da perceção chinesa da parceria UE-China como sendo de longo prazo.

Analisemos o conteúdo do novo documento à luz do anterior, começando por apontar as semelhanças. Ambos os documentos reiteram as asserções “sem conflito de interesses fundamental”, “cooperação de soma positiva” no contexto económico, “cooperação ambiental das alterações climáticas” e “cooperação no combate contra o terrorismo” (MFA of the RPC 2014a). Tal como no documento de 2003, confirma-se que ambos os atores têm divergências, mas que estas podem ser resolvidas pelo diálogo: “essas questões devem ser conduzidas de modo adequado através do diálogo num espírito de igualdade e respeito mútuo” (MFA of the RPC 2014a). Apela, como o seu antecessor, ao levantamento do embargo de armas “o mais brevemente possível” e ao compromisso da UE e dos seus Estados-Membros face à política de “uma só China”, ou seja, que não apoiem a entrada de Taiwan em nenhum organismo internacional que requeira estatuto de Estado, porque Taiwan é parte integrante da China (MFA of the RPC 2014a).

Em relação ao Tibete, enquanto o documento de 2003 proibia os países da UE “de qualquer contacto com o governo do Tibete no exílio ou de proporcionar meios

para as atividades separatistas da clique do Dalai”, o de 2014 fala apenas do “grupo do Dalai”. Ainda assim, se o documento de 2003 encorajava a que os dirigentes da UE visitassem o Tibete, no de 2014 essa passagem desapareceu. Essa parte intitulava-se “Promover o conhecimento do Tibete da parte da UE”, enquanto em 2014 o título passa a ser “Tratar apropriadamente os assuntos relacionados com o Tibete”. A prioridade já não é fazer compreender a questão do Tibete, mas mais prosaicamente dar as instruções adequadas para evitar problemas.

Nesta leitura comparativa de ambos os documentos chineses para a Europa, o “China’s EU Policy Paper” de 2003, tal como o “Deepen the China-EU Comprehensive Strategic Partnership for Mutual Benefit and Win-Win Cooperation”, de 2014, verifica-se, no segundo, um alargamento no domínio da cooperação à ciber-segurança, ao Ártico, aos sistemas de ciência espacial e à urbanização (MFA of the RPC 2014a). Sobre os direitos humanos, neste documento, a China é mais clara para com a UE, afirmando que deve “dar a mesma importância a todas as formas de direitos humanos, incluindo os direitos civis, políticos, económicos, sociais e culturais, e o direito ao desenvolvimento” e que devia olhar para a questão na China “de forma justa e objetiva e parar de usar casos isolados para interferir na soberania judicial da China e dos seus assuntos internos” (MFA of the RPC 2014a).

Estamos, portanto, perante um documento que caracteriza a China e identifica os desafios para o seu desenvolvimento. Concomitantemente, persegue o desenvolvimento pacífico e um novo tipo de relações internacionais: “A China continua a ser um país em desenvolvimento, que sofre de uma severa falta de equilíbrio, coordenação e sustentabilidade no seu desenvolvimento. Na frente doméstica, a China está comprometida com reformas globais profundas para fazer do país uma sociedade moderadamente próspera em todos os aspetos. Internacionalmente, a China persegue uma cada vez maior abertura e desenvolvimento pacífico. Trabalha para construir uma economia mundial aberta e um novo tipo de relações internacionais que englobem igualdade, confiança mútua, inclusividade, conhecimento mútuo e cooperação de soma positiva, com o sentido de um maior contributo para a paz mundial e para o desenvolvimento comum” (MFA of the RPC 2014a).

Em relação à UE, aponta os profundos problemas estruturais e sistémicos, mas pelo seu caminho estratégico da integração se manter inalterado “a UE a 28, a maior economia do mundo com forte força global, continua a ser um ator global de grande importância estratégica e um elemento fundamental na cena internacional em curso” (MFA of the RPC 2014a).

O documento reconhece ainda o contributo da UE no desenvolvimento da China, tendo-a por parceira principal com quem a China “pode trabalhar a fim de alcançar a industrialização, urbanização, aplicação de tecnologias de informação e modernização agrícola” e que “o Governo chinês atribui a maior importância ao estatuto e papel da UE” (MFA of the RPC 2014a). São proclamações que relevam a importância da Europa e do contributo desta relação para a China.

Justifica-se, portanto, que “o aprofundamento da parceria estratégica global para benefício mútuo e a cooperação de soma positiva, dará um novo ímpeto ao desenvolvimento da China e da UE e contribui para a paz e o bem-estar mundial” (MFA of the RPC 2014a).

Scott (2014) analisou o documento estratégico de 2014 e, a respeito das relações China-EU, conclui que “poderão ser desenvolvidas mais pragmaticamente nas direções económicas, financeiras e ambientais”.

Segundo Duchatel (2014), há uma nova abordagem da China ao embargo de armas pela UE na era pós-Wen Jiabao. A questão deixou de ser uma prioridade chinesa. Os esforços de Wen Jiabao em ligar o embargo de armas a outras questões das relações UE-China atualmente é analisado como contraproducente. O facto de o embargo de armas não ser brandido como grande obstáculo à cooperação internacional é considerado um passo positivo. A China aparenta maior disponibilidade para desenvolver a cooperação na segurança internacional.

Por outro lado, as diferenças entre os dois *Policy Paper* mostram como se alargou a cooperação entre os dois atores, mas, também fica evidente alguma desilusão da China sobre os desenvolvimentos ao longo da última década, na forma como fala dos problemas da Europa (como citado acima), ou quando dá uma lição sobre como tratar das questões do Tibete ou dos direitos humanos: “A UE deve (...)”

parar de usar casos individuais para interferir na soberania judicial chinesa e nos seus assuntos internos (...)”(MFA of the RPC 2014a). O relacionamento é complexo.

CAPÍTULO VI – A RELAÇÃO ENTRE OS PAÍSES PRINCIPAIS DA UE E A CHINA

Alemanha e China – A relação especial

A China tem parcerias estratégicas com dez países da União Europeia, incluindo Portugal. Todavia a relação com alguns países, considerada individualmente, é mais importante que outras (Cfr. anexo 1, como é o caso da Alemanha, cuja parceria estratégica foi declarada no comunicado da cimeira entre os dois países em 2004²².

A China é o quarto maior parceiro comercial da Alemanha (depois dos EUA, França, e Grã-Bretanha) segundo dados oficiais de 2014 (Statistisches Bundesamt 2015), cerca de 55% das exportações europeias para a China são provenientes da Alemanha (Hansakul & Levinger 2014), a China respondendo por cerca de 6% das exportações alemãs.

A importância da relação pode ser medida ainda de outra maneira visto que em dez anos no poder, Angela Merkel, a Chanceler da Alemanha, esteve sete vezes na China, a última das quais em julho de 2014 (Oltermann 2014). Como referem Hans Kundnani e Jonas Parello-Plesner (2012), do European Council on Foreign Relations, citando a biografia de Gerhard Schroeder, o Chanceler alemão fez questão de visitar a China pelo menos uma vez por ano para promover os negócios alemães, o que levou à assinatura de grandes contratos, incluindo um de 1,5 mil milhões de dólares, envolvendo a Siemens e a ThyssenKrupp para a construção de um comboio de alta velocidade em Shanghai, o que significa que a China era de uma importância capital.

O jornal britânico *The Guardian* tinha uma peça de antevisão da viagem de 2014 de Angela Merkel que a certa altura mostrava que se no primeiro mandato era muito crítica da China por causa dos direitos humanos, no segundo parece ter aprendido com Schroeder e a forma como lidava com a Rússia (Wandel durch handel, ou mudança através do comércio) (Oltermann 2014).

²² Muitas das parcerias deste género só estão, de resto, colocadas em declarações diplomáticas e não em outros instrumentos formais, sendo depois seguidas ao longo dos anos por desenvolvimentos consequentes, de diálogos de alto nível a cimeiras e a projetos comuns.

Na Alemanha reconhece-se que a crise financeira europeia fez crescer muito a dependência de mercados para exportação de produtos, especialmente na Ásia, e que era preciso uma relação mais forte com mercados dinâmicos, especialmente na Ásia e mais concretamente na China (Heiduk 2015). O papel e o conceito de “Nação exportadora” são essenciais para a Alemanha e tem influência direta nas escolhas políticas e nos conceitos que vai elaborando. É a “diplomacia económica” de que os alemães não podem prescindir. Relembremos que a polo económico é particularmente evidente na política alemã relativamente à China. Mesmo antes da RFA ter estabelecido relações diplomáticas com a RPC em 1972, a Alemanha Ocidental tinha-se tornado o mais importante parceiro comercial europeu da China (Kundnani & Parello-Plesner 2012a).

Deste modo, as relações com a China são hoje fortes e indispensáveis de um e de outro lado.

O Primeiro-Ministro Wen Jiabao em 2011, por ocasião de uma visita de Angela Merkel a Pequim e durante um fórum económico entre os dois países, declara que as “relações comerciais estreitas são um pilar das relações entre a China e a Alemanha. Graças aos esforços conjuntos das comunidades empresariais dos dois países as nossas relações comerciais têm prosperado, trazendo enormes benefícios aos nossos dois povos” (China Daily 2011).

Mas mais do que uma relação normal, tornou-se habitual, até na comunicação social, falar em “relação especial”, (em alemão “sonderbeziehung”), porque, após as reformas iniciadas por Schroeder, a Alemanha tornou-se mais dependente das exportações e dois terços do aumento PIB veio da exportação, na primeira década do séc. XXI e hoje quase metade do PIB vem da exportação (Kundnani & Parello-Plesner 2012b).

O Primeiro-Ministro europeu a visitar a China foi Helmut Kohl em 1989 logo a seguir ao massacre de Tiananmen, como também foi o Chanceler Schroeder que foi à China fazer o ato de contrição europeu pelo bombardeamento, por engano da Organização do Tratado do Atlântico Norte (OTAN), da embaixada da China em

Belgrado, e só em 2002 é que as relações sino-germânicas começaram a envolver temas não económicos. Em 2004 seria então estabelecida então a parceria estratégica entre a China e a Alemanha (Heiduk 2015).

Em 2014, depois de uma nova cimeira, com a visita do Presidente Xi Jinping à Alemanha integrada na viagem à Europa, que incluiu negócios em França e na Holanda, por exemplo, a declaração conjunta dizia que os dois países passavam a ter consultas regulares sobre questões políticas e de segurança regionais e globais porque desenvolveram a necessária confiança mútua.

Recorde-se que o primeiro *Asienkonzept* desenvolvido na Alemanha foi em 1993 e, depois, o de 2002 e não se deve esquecer que, mesmo antes de haver relações diplomáticas entre a RFA e a China, já as relações económicas entre os dois países eram muitas, sobretudo através de grandes empresas como a BASF ou a Volkswagen. Kundnani e Jonas Parello-Plesner (2012) notam, no mesmo artigo, que a Alemanha é vista de forma muito positiva na China, associada sobretudo com produtos de alta qualidade. Para este autor, se na Europa a história alemã é um peso, noutras partes do mundo é fonte de “soft power”. E nem o facto de ter estado ligada ao Japão na II Guerra Mundial parece ser muito valorizado na China.

Grã-Bretanha e China – A relação através de Hong Kong

A Grã-Bretanha tem, desde 1998, uma “Parceria Global” com a China, efetivada no ano após o *handover* (ou o *return* de Hong-kong, visto na perspetiva chinesa). Em 2004 o estatuto foi elevado a uma “Parceria Estratégica Global”.

Tal como Angela Merkel, o Primeiro-Ministro inglês David Cameron efetuou uma inflexão para não perder a relação com a China, a qual, se não tem comercialmente a mesma importância que tem a alemã, é ainda mais importante em termos históricos, pela ligação através de Hong-Kong ou pela ligação britânica a alguns momentos infelizes da história chinesa.

David Cameron foi eleito em 2010 e seis meses depois fez uma primeira visita à China, mas não se concretizaram as elevadas expectativas – o Financial Times diz que

regressou de “quase mãos vazias” (Odell 2015). Em 2011, Cameron ordenou que Li Keqiang, fosse muito bem recebido, na altura um dos Vice-primeiros ministros mas que estava na calha para mais altos voos (passou a Primeiro-Ministro em 2012, com a chegada à Presidência de Xi Jinping). Contudo, em 2012, a receção de Cameron ao Dalai Lama, com alguma pompa, esfriou as relações e tornou-se necessário preparar uma grande ofensiva para não perder o investimento chinês. No final de 2013 Cameron realizou uma visita a quatro cidades chinesas onde fez uma *selfie* com Jack Ma, o dono da Alibaba, uma das maiores companhias tecnológicas chinesas. Em 2014, o Primeiro-Ministro Li Keqiang foi a Inglaterra tendo sido recebido pela Rainha, uma honra normalmente reservada aos Chefes de Estado.

Um dos problemas que enfrenta esta relação é a perspetiva da saída da Grã-Bretanha da UE, que vai ser sujeita a referendo até ao final de 2017. Segundo Kerry Brown, Associate Fellow do Asia Programme da Chatham House, autor de “What's Wrong with Diplomacy: The Case of the UK and China”, num texto escrito para a BBC, a China continua a ver com todo o interesse a unidade da UE, e a Grã-Bretanha é o maior destino de investimento de companhias chinesas – 5,1 mil milhões de dólares em 2014. O mercado financeiro de Londres é um dos ativos mais importantes da Grã-Bretanha (Brown 2015).

O Embaixador da China em Londres Liu Xiaoming, referiu o *golden time* e o *golden year*, nas relações com a Grã-Bretanha, num discurso a homens de negócios britânicos (Xiaoming 2015).

Alguns factos citados pelo Embaixador: “A China tornou-se o quarto maior parceiro da Grã-Bretanha e a Grã-Bretanha no segundo maior parceiro na UE; a Grã-Bretanha é o principal destino do investimento chinês na Europa. Os projetos abrangem desde infraestruturas e propriedade comercial aos centros de pesquisa e desenvolvimento, e produção de segmento superior; a China e a Grã-Bretanha assinaram o seu primeiro acordo de câmbio de divisas; a Grã-Bretanha emitiu as suas primeiras Obrigações de Tesouro de renmimbi; a Grã-Bretanha pediu a adesão ao AIIB criado por iniciativa chinesa” (Xiaoming 2015).

Por outras palavras, é um tempo de felicidade. Os números impressionam e recorde-se que a Grã-Bretanha foi uma das primeiras nações a aderir ao AIIB, tendo sido muito criticada pelos EUA, que vê o projeto como rival do Banco Mundial.

Shi Zhiqin, do Carnegie-Tsinghua Center for Global Policy, procura os problemas e não encontra muitos realmente difíceis entre ambos. Aponta os direitos humanos como uma questão que pode sempre reaparecer, mas talvez não proximamente; anota também a cooperação militar entre os britânicos e o Japão, um país que a China e os seus vizinhos não apreciam que volte à militarização dos tempos da II Guerra Mundial. A relação especial britânica e americana também pode ser um problema, mas de facto o problema parece ser o da saída da UE, no que Zhiqin de resto não acredita porque seria muito mau para os britânicos e para a Europa. O artigo, escrito com Lai Suetyi, é muito recente e dá ideia de como se veem os acontecimentos a partir dos chineses (Zhiqin & Suetyi 2015).

A cooperação entre os britânicos e a China cobre muitas áreas, da investigação científica à inovação. Sem esquecer o enorme projeto de Hinckley Point, que trataremos seguidamente quando abordarmos a relação com a França. Se a crise económica europeia – e os problemas que enfrenta a economia chinesa, a crescer menos do que nos últimos anos – não voltar ao nível de gravidade de 2011 e 2012, é natural que a China e a Grã-Bretanha continuem a ter uma relação muito forte, incluindo ao nível comercial.

França e China – A relação da política própria

A França estabeleceu uma “Parceria Global” com a China em 1997, que em 2004 foi elevada a “Parceria Estratégica Global”, em 2010, para uma “Nova, Madura e Estável Parceria Estratégica Global baseada na Confiança Mútua e Mútuo Benefício e numa Perspetiva Global”. Em 2014, atualizou-se numa “Estreita e Duradoura Parceria Estratégica Global” (Zhongping & Jing 2014).

A história entre ambos é anterior, porque De Gaulle reconheceu a RPC em 1964 – tendo sido a França o primeiro país ocidental a fazê-lo, e ser o número um tem sempre algumas vantagens, normalmente.

Nos últimos anos a França focou-se muito na Ásia (Godement 2014). Entre maio de 2012, ou seja, desde que o Presidente François Hollande tomou posse como sucessor de Nicolas Sarkozy, em novembro de 2013, houve um total de 33 visitas de elementos do Governo francês a países da Ásia (nos dois anos anteriores foram treze) numa tentativa de diversificar mercados e relações. O Presidente Hollande tentou corrigir o excessivo foco na China, procurando uma cooperação política e estratégica com outros países asiáticos, um pouco na esteira da política externa alemã sob a Chanceler Merkel (Godement 2014).

A França e a Alemanha são países diferentes, com capacidades e pontos fortes diferentes, mas com objetivos idênticos. Daí a similitude das estratégias que nem sempre são coordenadas com as instituições da UE.

Há outras visões sobre as estratégias da França, a sua relação com as da Alemanha e as da UE. Por exemplo, a que consta de um artigo publicado no *Le Monde* de 25 de abril de 2013, por Alice Eckman, de Sciences Po, por ocasião da visita do Presidente François Hollande à China, que coloca em perspetiva a ligação da França e da China, sublinhando como na China se sente uma baixa no valor dos países europeus, em geral, num contexto de crise das dívidas soberanas. Afirmar também que a China diferencia os países conforme o valor que percebe em cada um – assim, a Alemanha é informada primeiro que a França sobre certas decisões. A Alemanha, como primeiro investidor na China, tem prioridade (Ekman 2013).

A França tem algumas vantagens – é membro do Conselho de Segurança da ONU, ao contrário da Alemanha, tem capacidades de formação em vários sectores importantes (energia, transportes, engenharia aeroespacial). A França é vista como um dos principais defensores do multipolarismo nas relações internacionais, mais próxima da visão chinesa e capaz de contrabalançar a visão americana (Eckman 2013).

A França tem uma tradição de o Estado ter um papel importante de facilitador de negócios privados, nomeadamente no que trata de armamento, que é um sector

importante para o país - e que tem provocado não poucos embaraços aos sucessivos governos, com acusações e processos judiciais relativos a corrupção. Em África, mas não só.

François Godement, num artigo de 2012 para a Real Clear World, um site de agregação de conteúdos de política internacional, punha a questão de saber se a França poderia ter uma política própria para a China. Sarkozy tentou separar a política do comércio, e os alertas que lançou por altura dos violentos acontecimentos no Tibete em 2008 não foram muito diferentes da posição adotada pela França, em 1989, na sequência de Tiananmen. Na frente económica, Sarkozy fez duas escolhas: uma europeização necessária da política para a China (nenhum dos membros da UE pode dar-se ao luxo de o fazer sozinho) e uma atitude aberta em relação à China nas questões de governação financeira global. Para ele era claro que não se podia pedir à China grandes mudanças, por um lado, e não lhe reconhecer, por outro, um maior peso internacional. A França, recebia por essa altura grandes investimentos chineses nas suas companhias de energia, apesar do problema sensível da soberania nacional (Godement 2012).

A França tem feito o possível para ter uma política própria, como vimos, para a China. E com a China em que se posicionou para ser também o maior mercado de comércio de *renmimbi* (Godement 2014).

Essa relação estabelece-se de formas diversas. Por exemplo, na transferência de tecnologia importante, como aquela que resulta da construção conjunta de reatores nucleares na Grã-Bretanha, em Hinckley Point. Na sua visita de 2014 à Europa, Xi Jinping indicou o interesse da China em infraestruturas. Esse projeto de Hinckley Point é um dos mais importantes e está nas mãos de companhias francesas (EDF – Electricité de France, e chinesas China National Nuclear Corporation e China Nuclear Corporation) (Godement 2014). Um projeto que vale algo como 16 mil milhões de libras e que, segundo as últimas notícias, parece encontrar diversos problemas que provocam grande atraso num investimento que junta Grã-Bretanha, França e China, um dos maiores projetos em curso na UE (Pickard 2015). Fica também aqui clara a necessidade do acordo sobre investimento, ou do novo grande acordo comercial que substitua o de 1985.

Qualquer um destes três países investe muito nesta relação, *per si* com visitas, diálogos, incentivos. A relação entre a UE e a China é muito mais e muito maior do que aquela que é tratada apenas pelas instituições europeias. No fundo, servem-se da UE quando há um problema, procuram-na como provedora dos seus interesses comuns, enquanto os benefícios são mais maximizados individualmente.

A China, por seu lado, tem cuidado dessas relações com estes três grandes países respeitando as particularidades e conseguindo que os benefícios sejam mútuos, percebendo a importância de projetos concretos, alguns deles bem difíceis e complexos como o da central nuclear de Hickley Point.

CONCLUSÃO

A presente dissertação, subordinada ao tema “União Europeia-China: Um *casamento complexo*”, debruçou-se sobre as relações entre a República Popular da China e a União Europeia. Os objetivos principais que nos propusemos desenvolver neste trabalho foram, em primeiro lugar, avaliar e caracterizar o estado da relação entre a União Europeia e a China a partir da declaração da Parceria Estratégica, em 2003. E, em segundo lugar, verificar se a Parceria Estratégica Global entre os dois atores está realmente estabelecida.

Decorrente destes objetivos, estabelecemos como pergunta principal “Existe uma verdadeira parceria estratégica entre a China e a União Europeia ou esta ainda está em construção?”, e, como derivadas, as seguintes questões: i) Como evoluiu a relação?; ii) O que motivou o estabelecimento da parceria?; iii) O que une os atores e os constrange?; iv) Quais os principais desafios da relação em si?; v) Como se avalia a relação atual?; vi) Quais as possibilidades futuras desta relação?, destringendo o que é meramente tático daquilo que é estrutural.

O arco temporal deste trabalho inicia-se em 1975, quando foram estabelecidas relações diplomáticas, e finda em 2014, quando o ministério de negócios estrangeiros chinês publicou o seu segundo, e até à data o último, *policy paper* designado por “Deepen the EU-China Comprehensive Strategic Partnership for mutual benefit” sobre as relações China-União Europeia. Consideramos, igualmente, que esta data é suficientemente recente para nos permitir caracterizar a relação atual e, ao mesmo tempo, ter alguma perspetiva histórica. Contudo, centrou-se a partir de 2003. Justificamos a nossa escolha porque, nesse ano, ambos os atores publicaram documentos que apontavam para uma Parceria Estratégica. A Comunicação, por parte da UE, intitulou-se “A maturing partnership: shared interests and challenges in EU-Europe relations (updating of Commission communications of 1998 and 2001 on EU-China relations)” e, o documento da parte da China, “China’s EU Policy Paper”.

A relevância deste estudo visa o aprofundamento de um conhecimento cuja especificidade permitirá entender melhor a relação União Europeia-China, servindo de

instrumento para estudar mecanismos de resposta mais eficazes a diferendos que possam vir a surgir nos vários domínios que a compõem. Ora, a importância desta relação União Europeia-China, por si só, sustenta a prioridade do tema que escolhemos e apresentamos em tese. Com efeito, se reconhecemos estar perante duas das maiores potências do mundo, tanto no plano comercial, como no plano cultural, que exercem a sua intervenção, interna ou externa, segundo especificidades políticas e tradições históricas tão ricas quanto distintas, assim também, por maioria de razão, temos por prudente esperar que estas mesmas condições características se tornem significativas no concerto futuro das nações.

Ao longo deste trabalho, cremos ter demonstrado que a Guerra Fria ofereceu o substrato para o estabelecimento das relações diplomáticas entre a União Europeia e a China, as quais, até então, se resumiam quase exclusivamente a considerações de ordem económica. No período pós Guerra Fria, abrem-se novos horizontes para este relacionamento, marcado não só pelo fim dos constrangimentos que a Guerra Fria *per si* impunha, como pelo impacto do massacre de manifestantes em 1989, em Tiananmen. A partir daí, ambos passam a olhar-se como potenciais atores importantes na cena global, não apenas no domínio económico mas também político, esperando tirar desta relação benefícios mútuos. Contudo, as retaliações face ao incidente de Tiananmen foram determinantes na forma como esta parceria se desenvolveu na medida em que condicionaram o *modus operandi* da União Europeia na sua política para com a China.

A União Europeia, que foi crescendo com a entrada de vários países, e percebeu bem que o impacto da ascensão da China poderia provocar grandes desequilíbrios na construção de um ambiente de paz e estabilidade, se essa ascensão no sistema global não fosse devidamente suportada. A China, só por si, tinha um tal peso específico que precisava da colaboração da União Europeia. A União Europeia surgiu, então, como o parceiro por excelência, dadas as suas características como entidade que, até pela sua natureza, se coloca sempre numa posição negocial e não de imposição. Mais precisamente, para além de regular o comércio crescente, a União Europeia define para esta parceria três objetivos fundamentais, como se verifica pelas

cinco Comunicações da Comissão sobre a China, que tiveram apenas pequenas alterações nos pontos essenciais:

1) Comprometer cada vez mais a China, tanto bilateralmente como na cena mundial, através de um diálogo político;

2) Apoiar a transição da China para uma sociedade aberta, balizada pela lei e pelo respeito dos direitos humanos;

3) Encorajar a integração da China na economia mundial, através da sua plena integração no sistema de comércio mundial, e apoiar o processo de reformas económicas e sociais em curso na China.

A China encontrou na União Europeia um parceiro com o qual não tem conflitos de interesse fundamentais, como assinalam os dois *policy paper*, “China’s EU Policy Paper” e “Deepen the EU-China Comprehensive Strategic Partnership for mutual benefit”. Esses documentos, em si mesmos, mostram a importância que a União Europeia suscita na China (já que como nenhum outro país ou região mereceu a distinção de documentos teóricos escritos) e assinalam a evolução da relação, com o alargamento da cooperação a temas como a ciber-segurança, *know-how* para a urbanização, o Ártico, temas que era impossível estarem no documento de 2003, bem como a Agenda de Cooperação 2020, que se ajusta aos tempos e rumos definidos dentro da União Europeia. A União Europeia apresentou-se-lhe, também, para além de um grande mercado para os seus produtos, como um agente interessado na estabilidade das relações diplomáticas e na contribuição para um ambiente estável e seguro, o que só se consegue com uma abordagem global.

A relação União Europeia-China tem sido marcada por um grande apoio chinês à integração cada vez mais profunda entre os 28 Estados-Membros. Uma das relações especiais que a China mantém é com a Grã-Bretanha e não lhe será indiferente que o referendo sobre a continuidade na União Europeia tenha maioritariamente resposta sim ou resposta não. Se a Alemanha é o grande parceiro comercial individualmente considerado, a Grã-Bretanha é um grande parceiro histórico, tal como Portugal, nomeadamente tendo em conta o que foram e são Hong Kong e Macau.

No campo político, foi melhorando o relacionamento, até porque ao longo do tempo se foram valorizando menos alguns problemas, como os direitos humanos na China, enquanto se valorizaram mais outros, de que é exemplo a questão da segurança global, campo em que a China tem estado mais ativa, como se viu ainda recentemente na contribuição que deu para que o Irão voltasse a ser um membro de pleno direito da Comunidade Internacional. Na Comunicação de 2003, a União Europeia apontava que ambos partilham “responsabilidades na promoção da governação global” e devem trabalhar juntos “para salvaguardar e promover o desenvolvimento sustentável, a paz e a estabilidade”. Por seu lado, a China tem respondido de forma positiva, até porque também começa a ter que defender interesses próprios que estão para lá das suas fronteiras.

A relação foi evoluindo, por vezes rapidamente, outras de forma mais insidiosa, como aconteceu em 2008, com as ausências dos principais dirigentes de países europeus (Merkel, Sarkozy) na cerimónia de abertura dos Jogos Olímpicos de Pequim, um momento privilegiado em que os chineses queriam celebrar os seus feitos, recentes e do seu passado histórico. O projeto Galileu avançou muito inicialmente, para depois se concretizar mas já sem a China. O projeto nuclear de Hinckley Point, na Grã-Bretanha, que é de uma magnitude única, ao fim destes anos todos ainda é duvidoso que chegue realmente a produzir energia por fusão nuclear com o apoio chinês. Parece correrem melhor os projetos em que cada um faz a sua parte e encontrarem muitos obstáculos aqueles que têm de se associar, o que aparenta ser um dos constrangimentos da relação.

Mas talvez a relação encontre nesses obstáculos novas motivações e novos caminhos para se desenvolver, porque, na realidade, nada a tem conseguido travar, seja do ponto de vista comercial, seja político, haja em vista a forma como a China integra hoje o grupo de países responsáveis por várias missões militares de pacificação, sendo a participação chinesa instada em particular pela União Europeia. Uma parceria estratégica global não poderia ser pensada ou executada sem uma componente militar: por isso, a União Europeia desde o início procurou sensibilizar a China para esse empenhamento global. Ambos os parceiros regozijaram-se, no Comunicado Conjunto sobre o “Aprofundamento da Parceria Estratégica Global União

Europeia-China para benefício mútuo”, em 2014, acerca do exercício naval conjunto que visou o combate à pirataria, realizado em 20 de março do mesmo ano no Golfo de Aden, o que refletiu o sucesso dos esforços conjuntos da Marinha Chinesa e da operação ATALANTA da União Europeia, no fortalecimento da segurança marítima e combate à pirataria. À China interessou mais, desde o início, caminhar ao lado de um parceiro que militarmente foi sempre considerado um pigmeu, mas a que reconhecem prestígio e capacidades tecnológicas para influenciar a sua modernização nos vários domínios da sociedade.

A capacidade para continuarem o caminho do entendimento em termos militares é uma das incógnitas futuras, porque não é segredo que muitos países, sobretudo os vizinhos da China, como o Vietname, o Japão e a Coreia do Sul, se sentem ameaçados pelo desenvolvimento das capacidades militares chinesas. A própria União Europeia solicita à China que afaste a crescente preocupação internacional sobre o seu orçamento militar (considerado não transparente). Contudo, é também essa mesma UE que vem sendo quase o garante internacional de que o crescimento da despesa militar chinesa não terá efeitos desastrosos até porque os Estados Unidos da América, só por si, têm colocado muito mais dúvidas, não só em questões militares, como também a propósito da criação do Banco de Investimento Asiático, criação a que os europeus se associaram contra a opinião americana. A relação União Europeia-China não é completamente inteligível se não se tomar em conta os Estados Unidos da América na complexidade desta equação.

Em termos de principais desafios da relação, verificamos que existem áreas ou temas que são mais problemáticas e que são ou foram fator de desentendimento neste relacionamento. As perspetivas ou visões do que esperavam dos seus parceiros estratégicos, são igualmente questões importantes para a China e para a UE, como podemos ver nos respetivos *policy papers*. Tomando o exemplo da questão dos direitos humanos verificamos haver um diálogo em curso desde janeiro de 1996, que deverá continuar porque a China tem interesse em ser vista como uma potência mais respeitadora desses direitos e a UE considera este diálogo um elemento essencial para a promoção do desenvolvimento sustentável, da paz e da estabilidade. No entanto, a UE e a China têm diferentes perceções da sua importância. Estas diferenças refletem

concepções, circunstâncias históricas, culturais, sistemas económicos e políticos e perspectivas de soberania nacional diferentes, como vimos nesta tese.

O embargo da venda de armas à China, por parte da União Europeia, que esteve prestes a ser levantado em 2005, é outro desafio na relação. Embora nos últimos anos se note uma menor crítica do governo chinês à permanência do embargo de armas existente desde 1989, continua a ser considerada pela República Popular da China uma questão insultuosa (por colocar a RPC ao mesmo nível que outros estados párias) e despropositada, entre dois atores que se caracterizam como parceiros. Este embargo, devedor também da relação privilegiada da União Europeia com os Estados Unidos da América, é uma das provas de que a parceria é limitada.

A questão da concessão do Estatuto de Economia de Mercado à China é outro desafio na relação e prova de que a parceria entre os dois grandes parceiros comerciais ainda é limitada. Quando aderiu à Organização Mundial do Comércio em 2001, a União Europeia reconheceu que a República Popular da China ainda não tinha concluído a transição para uma economia de mercado. No entanto, embora saiba que o acordo assinado entre a República Popular da China e a Organização Mundial do Comércio estipula que, a partir do final de 2016, o acesso ao estatuto seja automático, a União Europeia persiste em o não acordar à China, como forma de pressão económica e comercial, tentando apressar as resoluções chinesas sobre o antigo problema dos Direitos de Propriedade Intelectual. De igual modo, atualmente, a Comissão Europeia, em conjunto com o Conselho Europeu e o Parlamento Europeu, tem em estudo possíveis opções alternativas para proteger a economia europeia da concorrência das importações chinesas.

A União Europeia e a China estão hoje de tal modo ligadas economicamente que não é expectável que possa haver uma rotura súbita, a não ser em caso de uma calamidade internacional. A interdependência económica não permite tomar atitudes unilaterais que atentem contra esses interesses mútuos. Se esta relação é, antes de mais, uma relação comercial, como vimos ao longo deste estudo, subsiste ainda outro grande desafio chamado “défice comercial”. Mesmo neste campo fundamental, há insatisfação de uma parte, por causa da grande transferência de empregos para a China, verificada na Europa como sucedeu no caso dos têxteis. Na União Europeia, a

perceção da opinião pública sobre os problemas é muito valorizada, em termos políticos (na China muito menos, por força do regime ditatorial).

Neste período, de 2003 a 2014, assume especial relevância a crise financeira internacional conhecida como a “grande recessão”, em que a União Europeia foi muito afetada, o que alterou algumas das prioridades da relação, já que a China se assumiu parceiro financeiro com investimentos de monta na Europa (nomeadamente em Portugal). É uma nova fase que também modificou a estratégia da China, que passou a utilizar o seu poder económico e financeiro ao serviço de dois objetivos principais, nomeadamente o reconhecimento do mercado total antes de 2016 e o levantamento do embargo de armas. Mesmo assim, estes objetivos continuam a ser adiados.

No campo monetário, a zona euro poderia reforçar o seu apoio à internacionalização do *renmimbi*, pressionando a China pelas necessárias reformas internas na China. Favorecer o uso de mercados financeiros da União Europeia por empresas e bancos chineses, que pretendem beneficiar da experiência europeia e da sua infraestrutura (após Hong Kong, os principais centros financeiros de transações RMB estão atualmente em Paris e Londres), é algo que deve interessar à União Europeia, por ser uma área em que se pode prever bons resultados de esforços conjuntos.

Ainda é relativamente cedo para se perceber os caminhos que vai trilhar o novo poder chinês de Xi Jinping, Presidente desde o final de 2012. Por um lado mostra grande interesse em alargar a influência chinesa, nomeadamente através do grande projeto da Construção da “Cintura Económica da Rota da Seda e da Rota Marítima da Seda do Século XXI”, para o qual criou o Banco de Investimento Asiático que conseguiu a adesão de vários países da União Europeia, conforme já referido. Por outro, internamente, Xi Jinping parece querer concentrar muito poder, em todo o caso mais do que os seus antecessores, o que pode causar tensões desestabilizadoras. O combate à corrupção que desencadeou internamente tem sido, também, visto como uma forma de eliminar adversários políticos. São sinais de instabilidade que são hoje seguidos com mais atenção, porque, como a China está mais integrada no sistema global económico e financeiro, qualquer perturbação vinda do gigante asiático provoca

ondas de choque no resto do mundo. Do ponto de vista da União Europeia, este também é um novo desafio da relação.

A União Europeia olha para a China com uma certa superioridade moral, de quem quer levar a China para as veredas da justiça, enquanto a China olha para a União Europeia com a superioridade plasmada na asserção de Império do Meio. Há aqui mais uma assimetria de parceiros, que tentam aproximar as suas diferenças nos diálogos institucionalizados entre as partes.

É de realçar que os dois parceiros fazem esforços para ultrapassar alguns dos desafios, multiplicando os pontos de contacto na relação, com a China e a UE a tornarem-se mais conscientes e melhor preparados para exercer influência para além das suas periferias. Para a União Europeia, isso significou um ajustamento a um novo centro de gravidade mundial, inevitavelmente mais a oriente, trabalhando não apenas para moldar o que acontece na China, mas também para trabalhar com a China na busca de soluções a níveis regional e global. Para a China, significou ter mais responsabilidade internacional em áreas como a prevenção da proliferação de armas de destruição maciça, a luta contra o terrorismo e as alterações climáticas.

Nesta perspetiva, tanto o comércio como a política concitam necessariamente a sua atenção, porque, se tomarmos como exemplo a integração da China na Organização Mundial do Comércio, constatamos que implica um processo comercial, político, económico, legal. A Europa compreende isso, até pelos seus processos internos, que obrigam ao mesmo tipo de atitude quando se trata de integrar países menos preparados em certas áreas. Daí os mais de 80 diálogos sectoriais abertos entre os dois atores, porque a relação é complexa e precisa de ser tratada nos diferentes vetores, para caminhar na direção da verdadeira Parceria Estratégica Global.

É mais razoável pensar-se que, para além da espuma dos dias, os dois atores irão entender-se naquilo que é para eles essencial (o comércio e a segurança internacional) e que o resto evoluirá de forma lenta.

Há três questões no cerne da interdependência global: a economia, a energia e o meio ambiente. O crescimento económico, a segurança energética e a sustentabilidade ambiental estão intimamente interligados. Conciliar a prosperidade

económica com a estabilidade política é um desafio que justifica, só por si, que a Parceria Estratégica Global se desenvolva, porque a União Europeia e a China enfrentam também este desafio. Os interesses não são estáticos, evoluem como qualquer outra ideia pensada pelo homem. Essa evolução depende de variáveis internas e externas de cada país, bem como de fatores ideológicos e materiais. Se a ideologia, a política e as necessidades práticas moldam os interesses ao longo do tempo, então o rumo das relações internacionais é aberto e pode desembocar em parcerias benéficas.

Para romper os limites atuais da relação comercial, é preciso que a negociação do acordo de investimento bilateral prossiga e tenha conclusões a prazo curto, de forma a que garanta um melhor acesso ao mercado chinês e, ao mesmo tempo, à segurança jurídica e à proteção do investimento. Só nesse caso se poderá falar, de facto, de um grande passo em frente na relação, no sentido em que passará a haver bases para uma maior e mais alargada confiança mútua. Enquanto a União Europeia tiver dúvidas sobre se a China quer mesmo esse acordo, não haverá uma relação mais profunda. Podem cooperar em casos específicos, porque se conhecem melhor e têm interesses conjuntos, mas não conseguem atingir o patamar de parceiros estratégicos globais.

Após uma profunda análise, e depois de respondermos às perguntas derivadas, estamos aptos para responder à pergunta principal desta dissertação. Confirmámos que a China ainda não é suficientemente forte para agir como um interveniente à escala global de pleno direito, nem a União Europeia é suficientemente unida para ser um ator decisivo em todos os vetores. Além de que, o que define verdadeiramente, ainda hoje, a relação é o nível comercial, porque União Europeia e China não se tratam uma à outra como os parceiros mais importantes: para a Europa, pela história e pela proximidade de ideias, esse parceiro privilegiado é os Estados Unidos da América; para a China, são os países vizinhos e os Estados Unidos da América, enquanto superpotência. De resto, o embargo de armas que a Europa mantém para com a China é um bom exemplo dos constrangimentos da Parceria Estratégica Global, uma vez que em outubro de 2010 levantou uma sanção idêntica que tinha imposto ao Uzbequistão,

país que está longe de um registo benigno em termos de direitos humanos, mantendo assim a China equiparada a um Estado pária.

Esta Parceria Estratégica Global, portanto, está ainda longe de cumprir todo o seu potencial, porque a relação, para além de ser entre parceiros assimétricos – um país (República Popular da China) e uma Organização multilateral de 28 países (União Europeia) – ainda procura os meios para se desenvolver completamente. Desta forma, é uma parceria ainda em construção, com uma forte componente comercial, mas, no que respeita ao Diálogo de Alto Nível Político, ainda regista um longo caminho a percorrer, estando longe de chegar a um ponto de grande entendimento. Contudo, tal como verificamos neste trabalho, ambos os parceiros conseguiram dar passos importantes, atingindo objetivos até em matérias de importância global, como a entrada da China na Organização Mundial do Comércio ou a participação em atividades de manutenção da paz.

Mesmo que a União Europeia perca alguma velocidade própria no futuro próximo, por via das tensões centrífugas (referendo na Grã-Bretanha, populismos em vários países a atingirem números eleitorais importantes) e por via ainda da “grande recessão” que continua a não ter uma clara via de resolução, e mesmo que a China encontre importantes obstáculos internos à sua modernização, não temos dúvidas de que a China vai continuar o seu caminho de integração nas grandes instituições internacionais e ambos vão contribuir para um mundo mais estável e mais seguro com a sua Parceria Estratégica Global em construção.

Recentemente, o académico e político Larry Summers, ao analisar os problemas da integração económica entre países e regiões e os problemas da globalização não regulada, sugeriu que a “ênfase deve passar de promover a integração para gerir as suas consequências”. E diz que esta ideia obrigaria a passar dos “tratados comerciais internacionais” para “tratados de harmonização internacionais”, em que os problemas das leis do trabalho, da proteção ambiental devem ter precedência sobre o dar espaço aos produtores estrangeiros. Aqui está uma possível ideia para enquadrar futuros estudos sobre esta relação.

De resto, para o nosso estudo, interessou-nos muito a globalização, que é um processo em que a União Europeia e a China participam, cada uma por seu lado. Outro

autor conhecido, Dani Rodrik, também se detém sobre este problema do comércio e da globalização. Diz que o comércio mundial é “corretamente conduzido” por uma “lógica mercantilista peculiar: tu baixas as tuas barreiras em troca de eu baixar as minhas”. Esta lógica teve grandes resultados, mas, agora que os mercados já estão bastante abertos, essa troca pode provocar problemas. E sugere então que a nova lógica deve ser “troca de espaço político”. Para ele, tanto os países pobres como os ricos têm de encontrar mais espaço para os seus objetivos, já que os mais pobres têm que reestruturar as suas economias e promover novas indústrias, e os ricos devem responder às preocupações internas sobre desigualdade e justiça distributiva. Por isso defende “pôr alguma areia nas rodas da globalização”. Reescrever regras, como as cláusulas de salvaguarda na Organização Mundial do Comércio, que permitem aos países impor restrições às importações quando elas entram em conflito demonstrado com normas sociais do país importador, é algo que talvez todos estejam de acordo em reabilitar ou em dar mais força. Porque todos terão interesse num processo de globalização que não agudize tensões, antes promova a paz e a equidade do mundo.

Rodrik salienta que historicamente se nota que os países que personificam os grandes e rápidos crescimentos económicos, através de uma economia orientada para a exportação – como a China –, o conseguiram num tempo em que havia barreiras. Ou seja, esses países conseguiram-no por uma combinação de políticas que ia da promoção das exportações à violação das regras da Organização Mundial do Comércio, com subsídios, criação de barreiras, etc. E tiveram melhor resultado do que aqueles que apenas se basearam no comércio livre.

Isto interessa-nos porque talvez possamos tirar a conclusão de que, no futuro, a China vai continuar a criar problemas às importações europeias – essa estratégia, segundo Rodrik, tem sido uma chave do seu desenvolvimento e a China não costuma aceitar facilmente mudanças das regras que lhe interessam. Como base de estudo, seria interessante analisar algumas atitudes da China sob este prisma, porque talvez se compreendessem melhor as suas opções quando resistem à abertura completa dos seus mercados.

Estas sugestões foram suscitadas por alguns dos problemas que enfrentámos neste estudo. Por um lado, a barreira da língua mandarim, que também é um

obstáculo para quase todos os políticos europeus (quantos terão investido em conhecer a língua?) e, por outro, o escopo do estudo alargar-se-ia até quase ao interminável, porque temas como a globalização, na qual a União Europeia e a China são atores decisivos, obrigam à procura de novas respostas para novas perguntas.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- Agence France-Press, 2004. Chirac renews call for end of EU arms embargo on China. *SpaceWar*. Available at: <http://www.spacewar.com/2004/040127105947.le3dphy2.html> [Accessed December 1, 2015].
- AICEP, 2015. China Ficha de Mercado. *AICEP Portugal Global*. Available at: <http://www.portugalglobal.pt/PT/Biblioteca/Paginas/Detalhe.aspx?documentId={6EFB1B81-E68F-4AEF-B980-7AA095E2D413}> [Accessed February 7, 2016].
- Amnistia Internacional, Historial do massacre da Praça de Tiananmen. Available at: <http://www.amnistia-internacional.pt/files/MassacreTiananmen.pdf> [Accessed August 27, 2015].
- Anthony, I., 2005. Militarily relevant EU–China trade and technology transfers. *SIPRI*. Available at: http://www.sipri.org/research/disarmament/dualuse/researchissues/resultoutput/papers_publications/2005-0601chitechtransfer [Accessed December 1, 2015].
- Barroso, J.M., 2005. The EU and China: painting a brighter future together.
- Barysch, K., Grant, C. & Leonard, M., 2005. *Embracing the dragon. The EU's partnership with China*, London: Centre for European Reform (CER).
- BBC News, 2016. China country profile. *BBC NEWS*. Available at: <http://www.bbc.com/news/world-asia-pacific-13017877>.
- Bendini, R., 2014. *Trade and economic relations with China 2014*, Brussels.
- Berkofsky, A., 2010. The EU's Relations with China, Japan and North Korea. Implications for the EU's Role and Engagement in Asian Security. *ISTITUTO PER GLI STUDI DI POLITICA INTERNAZIONALE*, 36.
- Brown, K., 2015. How China-UK relations have evolved. *BBC NEWS*.
- Burnay, M., Hivonnet, J. & Raube, K., 2014. "Soft Diplomacy" and People-to-People Dialogue between the EU and the PRC'. *European Foreign Affairs Review*, 19(3.1), pp.33–55.
- Business Europe, 2015. *EU-China relations 2015 and beyond*, Brussels.
- Callahan, W., 2007. Future Imperfect- The European Union's Encounter with China (and the United States). *The Journal of Strategic Studies*, 30(4-5), pp.777–807.
- Câmara de Comércio e Indústria Luso-Chinesa, 2013. UE e China vão discutir diferendo comercial nas exportações de vinhos. *Câmara de Comércio e Indústria Luso-Chinesa*. Available at: <http://www.ccilc.pt/pt/ue-e-china-vao-discutir-diferendo-comercial-nas-exportacoes-de-vinhos> [Accessed February 8, 2016].
- Carlsnaes, W. & Risse-Kappen, T., 2010. *Handbook of international relations* S. Breslin, ed., London: Routledge.
- Casarini, N., 2011. How the debt crisis can advance Sino-European relations. *EU Institute for Security Studies*. Available at: <http://www.iss.europa.eu/publications/detail/article/how-the-debt-crisis-can-advance-sino-european-relations/> [Accessed October 18, 2015].
- Casarini, N., 2013. The EU-China partnership : 10 years on. , (October), pp.1–4.
- Casarini, N., 2006a. *The evolution of the EU- China relationship: from constructive engagement to strategic partnership*, Paris: Institute for Security Studies.

- Casarini, N., 2006b. *The evolution of the EU-China relationship: from constructive engagement to strategic partnership*, Paris: European Union Institute for Security Studies.
- Casarini, N., 2014. Xi Jinping and the EU. , (April), pp.1–2.
- Chen, B., 2007. Contrast in the security concepts of China and the EU: the perspective of a PLA officer. In D. Kerr & L. Fei, eds. *The international politics of EU-China relations*. Oxford: British Academy. Available at: [http://search.proquest.com/docview/36874637?accountid=11862&nhttp://openurl.ac.uk/athens:112?url_ver=Z39.88-2004&rft_val_fmt=info:ofi/fmt:kev:mtx:book&genre=bookitem&sid=ProQ:International+Bibliography+of+the+Social+Sciences+\(IBSS\)&atitle=Contrast+in+the+](http://search.proquest.com/docview/36874637?accountid=11862&nhttp://openurl.ac.uk/athens:112?url_ver=Z39.88-2004&rft_val_fmt=info:ofi/fmt:kev:mtx:book&genre=bookitem&sid=ProQ:International+Bibliography+of+the+Social+Sciences+(IBSS)&atitle=Contrast+in+the+).
- Chen, X., 2008. Policy Evolution of the China-EU Trade and Economic Relationship., pp.1–20.
- Chen, Z., Dai, B. & Ding, Z.P. and C., 2013. China's Priorities and Strategy in the China–EU Relations. In *China and European Union: future directions*. Madrid: Fundación Universitaria San Pablo CEU.
- China Daily, 2011. Fruits of long-term friendship. *China Daily*. Available at: http://www.chinadaily.com.cn/opinion/2011-06/30/content_12805775.htm.
- Ching, F., 2005. The EU's Balancing Act- Selling Arms To Beijing. *The JAMESTOWN FOUNDATION*. Available at: [http://www.jamestown.org/single/?no_cache=1&tx_ttnews\[tt_news\]=27685#.Vq598s0xYv0](http://www.jamestown.org/single/?no_cache=1&tx_ttnews[tt_news]=27685#.Vq598s0xYv0) [Accessed December 1, 2015].
- Comissão Europeia, 2003a. Desafios e interesses comuns no âmbito das relações UE China (Actualização das comunicações da Comissão Europeia de 1998 e de 2001 sobre as relações UE China) /* COM/2003/0533 final */.
- Comissão Europeia, 2001. Estratégia da UE para a China: Execução da Comunicação de 1998 e novas medidas para reforçar a eficácia política da UE COM.
- Comissão Europeia, 2003b. O futuro do sector dos têxteis e do vestuário na União Europeia alargada. *Comissão Europeia*. Available at: <http://eur-lex.europa.eu/legal-content/EN/TXT/?uri=celex:52003DC0649> [Accessed March 3, 2016].
- Comissão Europeia, 1998. Para uma parceria global com a China.
- Comissão Europeia, 2006a. Relações UE-China- a Comissão define a sua estratégia. *European Commission Press Release Database*. Available at: http://europa.eu/rapid/press-release_IP-06-1454_pt.htm [Accessed December 13, 2015].
- Comissão Europeia, 2006b. Uma parceria mais estreita, responsabilidades acrescidas. *Comissão Europeia*.
- Council of the European Union, 2004. *7th EU-China Summit 2004 joint statement*, Brussels. Available at: https://www.consilium.europa.eu/uedocs/cms_data/docs/pressdata/en/er/82998.pdf [Accessed September 2, 2015].
- D'Hooghe, I., 2015. *China's Public Diplomacy*, Leiden: Martinus Nijhoff.
- Dai, X., 2006. Understanding EU-China Relations : An Uncertain Partnership in the Making. *Centre for European Union Studies*, (1).
- Delage, F. & Abad, G., 2013. China's Foreign Policy: A European perspective. In J. M. Beneyto, X. Song, & C. Ding, eds. *7 China and the European Union: future directions*. Madrid: Fundación Universitaria San Pablo CEU.

- Deutsche Welle, 2012. EU and China- a troubled relationship. *DW*. Available at: <http://www.dw.com/en/about-dw/profile/s-30688> [Accessed November 24, 2015].
- Diário de Notícias, 2011. China passa Japão e é segunda maior economia mundial. *Revista de Imprensa*. Available at: <http://www.dn.pt/dossiers/tv-e-media/revistas-de-imprensa/noticias/interior/china-passa-japao-e-e-segunda-maior-economia-mundial-1783564.html>.
- Duchatel, M., 2014. Chinese Thinking on EU-China Relations. *Europe China Research and Advice Network*. Available at: http://eeas.europa.eu/china/docs/division_ecran/ecran_is121_paper_97_chinese_thinking_on_eu-china_relations_mathieu_duchatel_en.pdf.
- Dumesnil, N., 2007. "All you need to know to do business with GNSS." *INVESaT*, (September).
- EEAS, 2013a. Chronology European External Action Service. *European External Action Service*. Available at: http://eeas.europa.eu/china/index_en.htm [Accessed August 5, 2015].
- EEAS, 2015. Diretrizes da UE sobre os diálogos em matéria de direitos humanos com países não pertencentes à UE. *EUR-Lex Access to European Union law*. Available at: <http://eur-lex.europa.eu/legal-content/PT/TXT/?uri=uriserv:r10115> [Accessed November 13, 2015].
- EEAS, 2013b. EU-China Relations: Chronology. *European External Action Service*. Available at: http://eeas.europa.eu/china/docs/chronology_2012_en.pdf [Accessed February 9, 2016].
- EEAS, 2014. European External Action Service EU-China Relations: Chronology. Available at: http://eeas.europa.eu/china/docs/chronology__2014_en.pdf [Accessed September 11, 2015].
- Ekman, A., 2013. Quelle importance la Chine accord-t-elle à la France? *Le Monde*. Available at: http://www.lemonde.fr/idees/article/2013/04/25/quelle-importance-la-chine-accorde-t-elle-a-la-france_3166531_3232.html#xGppADYok6uAswQJ.99.
- Embassy of the Popular Republic of China in the United States of America, 2000. China, EU Sign Bilateral Agreement on China's WTO Entry. *Embassy of the Popular Republic of China in the United States of America*. Available at: <http://www.china-embassy.org/eng/zt/wto/t36915.htm> [Accessed December 19, 2015].
- Erixon, F., 2012. Mercantilist Misconceptions- A Détente Strategy for EU-China Relations. *ECIPE Policy Briefs*. Available at: <http://www.ecipe.org/app/uploads/2014/12/PB201208.pdf>.
- EU business, 2007. China - EU trade - background note. *EU business*. Available at: <http://www.eubusiness.com/topics/trade/china-eu-trade/> [Accessed February 1, 2016].
- EUCE, 2008. Textiles. *European Union Center of Excellence*, (March), pp.1–7. Available at: <http://europe.unc.edu/wp-content/uploads/2013/08/Brief0803-textiles.pdf>.
- Europe-China Forum, 2015. *EU-CHINA Shaping a shared future*, Brussels.
- European Commission, 1995. *A Long Term Policy for China-Europe Relations*, Bruxelles: COM (95) 279/final.

- European Commission, 2005. EU – China textile agreement 10 June 2005. *Press Release Database*. Available at: http://europa.eu/rapid/press-release_MEMO-05-201_en.htm [Accessed March 3, 2016].
- European Commission, 2006. *EU–China: Closer partners, growing responsibilities*, Brussels: COM (2006) 631 FINAL.
- European Commission, 2014. EU and China begin investment talks. *Press Release Database*. Available at: http://europa.eu/rapid/press-release_IP-14-33_en.htm [Accessed October 15, 2016].
- European Commission, 2008. EU and China start high-level economic and trade talks. Available at: http://trade.ec.europa.eu/doclib/docs/2008/may/tradoc_138786.pdf [Accessed November 25, 2015].
- European Commission, EU technical assistance programmes in the field of intellectual property. *European Commission*, (Trade). Available at: http://trade.ec.europa.eu/doclib/docs/2013/april/tradoc_150990.pdf [Accessed September 8, 2015].
- European Commission, 2009. EU-China trade in facts and figures. *Press Release Database*. Available at: http://europa.eu/rapid/press-release_MEMO-09-40_en.htm?locale=en [Accessed September 12, 2015].
- European Commission, 2012. The EU calls upon China to open up further to trade. *European Commission*. Available at: <http://trade.ec.europa.eu/doclib/press/index.cfm?id=805> [Accessed September 12, 2015].
- European Commission, 1994a. Towards a new Asia strategy., (COM (94) 314 final). Available at: <http://eur-lex.europa.eu/legal-content/EN/TXT/HTML/?uri=URISERV:r14201&from=EN> [Accessed December 22, 2015].
- European Commission, 1994b. Towards a New Asia Strategy.
- European Commission, 2016. Trade - Export Helpdesk. *European Commission*. Available at: http://exporthelp.europa.eu/thdapp/display.htm;jsessionid=C6D456401B1CC6B6A58028169A6368D0?page=st/st_Statistics.html&docType=main&languageId=en [Accessed March 30, 2016].
- European Commission, 2015. Trade Export Helpdesk. *European Commission*. Available at: http://exporthelp.europa.eu/thdapp/display.htm;jsessionid=5494AD795A6421A6228DD4CC10E29F30?page=st/st_Statistics.html&docType=main&languageId=en [Accessed January 4, 2016].
- European Commission, 2003. *White Paper Space: a new European frontier for an expanding Union An action plan for implementing the European Space policy*, Brussels: COM(2003) 673 final {SEC (2003) 1249 }.
- European Parliament, 2008. China's policy and its effects on Africa. *European Parliament*. Available at: <http://www.europarl.europa.eu/sides/getDoc.do?type=TA&language=EN&reference=P6-TA-2008-173> [Accessed December 23, 2015].
- European Parliament, 2005. MEPs reject lifting arms embargo on China. *European Parliament*. Available at: <http://www.europarl.europa.eu/sides/getDoc.do?pubRef=-//EP//TEXT+PRESS+DN-20050414-1+0+DOC+XML+V0//EN> [Accessed December 18, 2016].

- European Union External Action, 2015. The EU-China Comprehensive Strategic Partnership. *EEAS*, (June). Available at: http://eeas.europa.eu/factsheets/docs/eu-china_factsheet_en.pdf [Accessed December 20, 2015].
- European Union External Service, China Multiannual Indicative Programme. *European Union External Action*. Available at: http://eeas.europa.eu/delegations/china/documents/eu_china/china_mip_en.pdf [Accessed September 12, 2015].
- Eurostat, 2009. EU-27 trade with China and Russia in 2007. *Eurostat*. Available at: <http://ec.europa.eu/eurostat/en/web/products-statistics-in-focus/-/KS-SF-09-009> [Accessed January 17, 2016].
- Financial Times, 2005. EU-China textiles dispute- timeline. *Financial Times*. Available at: <http://www.ft.com/intl/cms/s/0/51a1fb42-14ac-11da-9df1-00000e2511c8.html#axzz42DlrSygh>.
- Fox, J. & Godement, F., 2009a. *A Power Audit of EU-China Relations*, London: European Council on Foreign Relations.
- Fox, J. & Godement, F., 2009b. A Power Audit of EU-China Relations. *Policy Report*, 2.
- Gajdos, L. & Bendini, R., 2013a. Trade and economic relations with China. , (April).
- Gajdos, L. & Bendini, R., 2013b. Trade and economic relations with China 2013. *European Parliament*.
- Gertler, J.L., 2003. China's WTO accession - the final countdown. In D. Z. Cass, B. G. Williams, & G. Barker, eds. *China and the World Trading System: Entering the New Millennium*. Cambridge: Cambridge University Press, pp. 55–67.
- Gill, B., 2009. China's Evolving Approach to Multilateralism and Global Governance. In B. Gaens, J. Jokela, & E. Limnel, eds. *The Role of the European Union in Asia China and India as Strategic Partners*. Surrey: ASGATE, pp. 139–154.
- Gill, B. & Murphy, M., 2008a. *China-Europe Relations; Implications and Policy Responses for the United States*, Washington: Center for Strategic & International Studies. Available at: <http://csis.org/files/media/csis/pubs/080507-gill-chinaeuroperelements-web.pdf>.
- Gill, B. & Murphy, M., 2008b. *China-Europe Relations: Implications and Policy Responses for the United States*, Washington.
- Gislev, M., 2013. *Environment and Resources*, Paris. Available at: http://www.iss.europa.eu/uploads/media/Report__14.pdf.
- Godement, F., 2014. FRANCE ' S " PIVOT " TO ASIA. *European Council on Foreign Relations*, 101(May). Available at: www.ecfr.eu/.../-/ECFR101_FRANCE_ASIA_BRIEF_AW_1.pdf.
- Godement, F., 2012. France's China Challenge. *Real Clear World*. Available at: http://www.realclearworld.com/articles/2012/08/30/frances_china_challenge_100213.html [Accessed September 5, 2015].
- Goodman, D., 2015. *The EU and China- 40 years of friendship*, Available at: <http://ccilc.pt/pt/relatorio-eu-and-china-40-years-friendship>.
- Grevi, G., 2009. *The inter polar world: a new scenario*,
- Hansakul, S. & Levinger, H., 2014. China-EU relations : Gearing up for growth. *Deutsche Bank Research*. Available at: <https://www.deutsche-bank.de/fk/de/docs/China-EU-relations.pdf> [Accessed January 5, 2016].

- Heiduk, F., 2015. What is in a name? Germany's strategic partnerships with Asia's rising powers. *Asia Europe Journal*, 13(2), pp.131–146.
- Henriques, F.G., 1998. Pequim cancela cimeira UE-China devido a encontro de Sarkozy com Dalai Lama. *Público*. Available at: <http://www.publico.pt/mundo/jornal/pequim-cancela-cimeira-uechina-devido-a-encontro-de-sarkozy-com-dalai-lama-285739>.
- House of Lords, 2010. *Stars and Dragons: The EU and China*, London.
- Isticioaia-Budura, V., 2014. European Union and China open a new stage of the Comprehensive Strategic Partnership. *EU-China Observer*, (1).
- Jiabao, W., 2004. Speech by H.E. Wen Jiabao, Premier of the State Council of the People's Republic of China. *Mission of the People's Republic of China to the European Union*. Available at: <http://www.chinamission.be/eng/zt/t101949.htm> [Accessed August 27, 2015].
- Jiabao, W., 2006. The Hamburg Summit- China meets Europe. *Hamburg. Chamber of Commerce*. Available at: <http://www.hamburg-summit.com/images/PDF/summit2006/SpeechWenJiabao130906.pdf> [Accessed January 12, 2016].
- Jinping, X., 2014a. Special Friends, Win-win Partners. *Ministry of Foreign Affairs of the People's Republic of China*. Available at: http://www.fmprc.gov.cn/mfa_eng/wjdt_665385/zyjh_665391/t1140966.shtml [Accessed February 13, 2016].
- Jinping, X., 2014b. Speech at the College of Europe. *Ministry of Foreign Affairs of the People's Republic of China*. Available at: http://www.fmprc.gov.cn/mfa_eng/wjdt_665385/zyjh_665391/t1144230.shtml [Accessed September 13, 2015].
- Jinping, X., 2014c. Speech by H.E. Mr. Xi Jinping President of the People's Republic of China at the Meeting Commemorating the 50th Anniversary of the Establishment of China-France Diplomatic Relations. *Ministry of Foreign Affairs of the People's Republic of China*. Available at: http://www.fmprc.gov.cn/mfa_eng/wjdt_665385/zyjh_665391/t1147894.shtml [Accessed February 13, 2016].
- Jinping, X., 2014d. Speech by H.E. Xi Jinping President of the People's Republic of China At UNESCO Headquarters. *MFA RPC*. Available at: Speech by H.E. Xi Jinping President of the People's Republic of China At UNESCO Headquarters [Accessed November 16, 2015].
- Jintao, H., 2007. Full text of Hu Jintao's report at 17th Party Congress. *Xinhua*. Available at: http://news.xinhuanet.com/english/2007-10/24/content_6938749.htm [Accessed March 8, 2016].
- Joint Press Statement, 2003. Sixth CHINA-EU SUMMIT. *European Commission*. Available at: https://www.consilium.europa.eu/uedocs/cms_data/docs/pressdata/en/er/77802.pdf [Accessed November 12, 2015].
- Joint Statement, 2014. Deepening the EU-China Comprehensive Strategic Partnership. *European Union External Action*, (March). Available at: http://eeas.europa.eu/statements/docs/2014/140331_02_en.pdf [Accessed December 20, 2015].

- Joint Statement, 2012. Joint Press Communiqué 15th EU-China Summit. *Council of the European Union*. Available at: http://europa.eu/rapid/press-release_PRES-12-388_en.htm [Accessed November 15, 2015].
- Joint Statement, 2006. Ninth EU-China Summit. *Council*. Available at: http://www.consilium.europa.eu/ueDocs/cms_Data/docs/pressData/en/er/90951.pdf [Accessed November 13, 2015].
- Keohane, R., 1990. Multilateralism: An Agenda for Research. *International Journal*, 45(4), pp.731–764.
- Khan, M., 2016. Growth star India overtakes China as world's fastest growing major economy. *The Telegraph*. Available at: <http://www.telegraph.co.uk/finance/economics/12146579/India-overtakes-China-as-worlds-fastest-growing-major-economy.html>.
- Kumar, A., 2012. *China and Europe in 21st Century Global Politics*, New Delhi.
- Kundnani, H. & Parello-Plesner, J., 2012a. China and Germany: Why the Emerging Special Relationship Matters for Europe. *European Council on Foreign Relations*, 55, pp.1–16.
- Kundnani, H. & Parello-Plesner, J., 2012b. Policy Brief Summary China and Germany: Why the Emerging Special Relationship Matters for Europe. *European Council on Foreign Relations*.
- Lee, B., 2013. *Environment and resources*, Paris. Available at: http://www.iss.europa.eu/uploads/media/Report__14.pdf.
- Lorenz, A., 2006. German Chancellor Visits Beijing: Merkel's Chinese Balancing Act. *Spiegel Online*. Available at: <http://www.spiegel.de/international/spiegel/german-chancellor-visits-beijing-merkel-s-chinese-balancing-act-a-417763.html> [Accessed September 4, 2015].
- Mandelson, P., 2006. Europe and China- partnership, competition and leadership. *European Commission*. Available at: http://trade.ec.europa.eu/doclib/docs/2006/november/tradoc_130961.pdf [Accessed November 7, 2015].
- Mandelson, P., 2007. Mandelson warns EU-China trade relationship “ at a crossroads.”, (July). Available at: http://trade.ec.europa.eu/doclib/docs/2007/july/tradoc_135226.pdf [Accessed September 9, 2015].
- Manners, I., 2002. Normative Power Europe: A Contradiction in Terms? *JCMS: Journal of Common Market Studies*, 40(2), pp.235–258. Available at: <http://doi.wiley.com/10.1111/1468-5965.00353>.
- Marquette, J., 2003. Bush ao lado da China contra referendo em Taiwan. *Público*. Available at: <https://www.publico.pt/mundo/noticia/bush-ao-lado-da-china-contra-referendo-em-taiwan-1178152>.
- Mattlin, M., 2009. Thinking Clearly on Political Strategy: The Formulation of a Common EU Policy Toward China. In B. Gaens, J. Jokela, & E. Limnell, eds. *The Role of the European Union in Asia China and India as Strategic Partners*. Ashgate, pp. 95–20.
- Men, J., 2006. Chinese Perceptions of the European Union: A Review of Leading Chinese Journals. *European Law Journal*, 12(6), pp.788–806.
- Men, J., 2008. EU-China Relations: Problems and Promises. *Jean Monnet/Robert Schuman Paper Series*, Vol. 8(No. 13).

- Men, J., 2014. EU-China security relations. *Rajaratnam School of International Relations*. Available at: <https://www.rsis.edu.sg/rsis-publication/idss/eu-china-security-relations/#.VsJwzs2bsv0> [Accessed October 8, 2015].
- Men, J., 2011. The EU-China relationship calling for a new vision. *EU-China Observer*, (5), pp. 2-7. Available at: www.coleurope.eu.
- Mendes, C.A., 2000. Relações Económicas Europa-China. In Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas, ed. *Estudos sobre a China*. Lisboa: Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas.
- Mendonça, A., 2007. A integração monetária na Europa : da União Europeia de Pagamentos ao euro. , pp.1-37.
- Mengin, F., 2002. Political Extensions to Europe-Taiwan Economic Ties. In R. L. Edmonde, ed. *China and Europe Since 1978: A European Perspective*. Cambridge: Cambridge University Press.
- MFA of the RPC, 2003. China's EU Policy Paper. *Office of the State Council of the People's Republic of China*. Available at: <http://china.org.cn/e-white/20050817/index.htm> [Accessed December 18, 2015].
- MFA of the RPC, 2014a. China's Policy Paper on the EU: Deepen the China-EU Comprehensive Strategic Partnership for Mutual Benefit and Win-win Cooperation. *Ministry of Foreign Affairs of the People's Republic of China*. Available at: http://www.fmprc.gov.cn/mfa_eng/wjdt_665385/wjzcs/t1143406.shtml [Accessed August 6, 2015].
- MFA of the RPC, 2014b. Xi Jinping Meets with King Willem-Alexander of the Netherlands. *Ministry of Foreign Affairs of the People's Republic of China*. Available at: http://www.fmprc.gov.cn/mfa_eng/topics_665678/xjpzxcxsjhaqhfbfwhlfgdgbhlshlgjkezzzbomzb_666590/t1140558.shtml [Accessed February 16, 2016].
- Möller, K., 2002. Diplomatic Relations and Mutual Strategic Perceptions: China and the European Union. In R. L. Edmonds, ed. *China and Europe since 1978: A European Perspective*. Cambridge, pp. 10-32.
- New Europe Brussels team, 2007. Japan's Abe Wants Arms Embargo Kept on China. *New Europe*. Available at: <http://www.neurope.eu/article/japan-s-abe-wants-arms-embargo-kept-china/> [Accessed September 4, 2013].
- Niblett, R., 2004. Estados Unidos, la Unión Europea y el levantamiento del embargo de armas a China. *Real Instituto Elcano*. Available at: http://www.realinstitutoelcano.org/wps/portal/rielcano/contenido?WCM_GLOBAL_CONTEXT=/elcano/elcano_es/zonas_es/eeuu-dialogo+trasatlantico/ari+159-2004 [Accessed November 10, 2015].
- Odell, M., 2015. How David Cameron lost, and then won, China. *Financial Times*. Available at: <http://www.ft.com/intl/cms/s/0/98c6f8f0-c8df-11e4-bc64-00144feab7de.html#axzz3lwNVBVQh>.
- OECD, 2015. *OECD Economic Surveys: China 2015*, Paris. Available at: http://dx.doi.org/10.1787/eco_surveyschn2015en.
- Oltermann, P., 2014. German doubts grow about reliance on the Chinese market. *The Guardian*. Available at: <http://www.theguardian.com/world/2014/jul/04/german-doubts-grow-reliance-chinese-market-merkel>.

- OMC, 2015. China. *World Trade Organization*. Available at: <http://stat.wto.org/CountryProfile/WSDBCountryPFView.aspx?Country=CN&> [Accessed January 3, 2016].
- OMC, 2014. Trade Policy Review: China. *World Trade Organization*. Available at: https://www.wto.org/english/tratop_e/tpr_e/s300_e.pdf [Accessed January 1, 2016].
- Parlamento Europeu, 2015. As fontes e o âmbito de aplicação do Direito da União Europeia. , pp.1–5.
- Parlamento Europeu, 2007. Situação dos direitos do homem no mundo analisado pelo Parlamento Europeu. *Parlamento Europeu*. Available at: <http://www.europarl.europa.eu/sides/getDoc.do?pubRef=-//EP//NONSGML+IM-PRESS+20070420STO05500+0+DOC+PDF+V0//PT&language=PT> [Accessed October 15, 2015].
- Pickard, J., 2015. French reactor problems cast doubt on UK nuclear power plant. *Financial Times*. Available at: <http://www.ft.com/intl/cms/s/0/b8741dd0-1048-11e5-bd70-00144feabdc0.html#axzz3mqOWRVL2>.
- Pino, M., 2010. La simetría en la asociación estratégica República Popular China-Inión Europea. *Estudios de Asia y Africa*, 45(1), pp.117–158.
- Prevost, D. et al., 2011. EU-China Trade Relations. *European Parliament*. Available at: [http://www.europarl.europa.eu/RegData/etudes/etudes/join/2011/433861/EX-PO-INTA_ET\(2011\)433861_EN.pdf](http://www.europarl.europa.eu/RegData/etudes/etudes/join/2011/433861/EX-PO-INTA_ET(2011)433861_EN.pdf) [Accessed November 4, 2015].
- Prodi, R., 2004. Relations between the UE and China: More than Just Business. *European Commission*. Available at: http://europa.eu/rapid/press-release_SPEECH-04-227_en.htm [Accessed August 7, 2015].
- Puccio, L., 2015. Granting Market Economy Status to China: An analysis of WTO law and of selected WTO members' policy. *European Parliamentary Research Service*. Available at: [http://www.europarl.europa.eu/RegData/etudes/IDAN/2015/571325/EPRS_IDA\(2015\)571325_EN.pdf](http://www.europarl.europa.eu/RegData/etudes/IDAN/2015/571325/EPRS_IDA(2015)571325_EN.pdf) [Accessed January 6, 2016].
- Renard, T., 2011. *EU-China: Building upon a dialogue among strategic partners*, Brussels.
- Sajdak, W., 2013. *Assessing Strategic Partnership policy - Does EU-China Dialogue Architecture fit the objectives of EU Strategic Partnership Policy towards China?* Berlin: European Institute. Available at: http://www.ie-ei.eu/Ressources/file/memoires/2013/SAJDAK_Thesis.pdf.
- Santagostino, A., 2005. The EU's Textile and Clothing Industries and The Challenge of China. *Marmara Journal of European Studies*, 13(1-2). Available at: http://dosya.marmara.edu.tr/avrupa/mjes_arsiv/vol_13_1&2/6-santagostina.pdf.
- Santos, J.C.M. dos, 2008. De relação secundária a parceria compreensiva estratégica. *O Sínico Esclarecido*. Available at: <http://sinicoesclarecido.blogspot.pt/2008/08/china-unio-europeia-de-relao-secundria.html>.
- Santos, J.C.M. dos, 2009. O Projecto Galileo e a Cooperação China-União Europeia. *Revista de Estudos Chineses*, (1º semestre). Available at: http://www.academia.edu/7143822/_O_Projecto_Galileo_e_a_Cooperao_o_China-Unio_o_Europeia_Revista_de_Estudos_Chineses_1o_Semestre_2009.

- Schilling, E., 2012. *When the rising dragon sees fading stars : China ' s view of the European Union*, Brussels.
- Scott, D., 2014. EU-China Discourse on Multipolarity and Multilateralism: Mutual Interacyion? *European Foreign Affairs Review*, 19(3/1), pp.19–34. Available at: <http://www.d-scott.com/wp-content/uploads/2014/08/China-EU-EFAR-offprint.pdf>.
- Serradell, V.P., 2003. La nueva China Relaciones Unión Europea-China. *Revista Cidob D'Afers*, 63(septiembre-octubre), pp.101–139.
- Shambaugh, D., 2004. China and Europe: The Emerging Axis. *Current History*, (September), pp.243–248.
- Shaocheng, T., 2005. EU ' s Policy towards Taiwan / China and the Issue of Arms Embargo. In *Peace, Stability, and Security in East Asia: The Question of China and Taiwan*. The Hagge: SWP, pp. 1–8. Available at: http://www.swp-berlin.org/fileadmin/contents/products/projekt_papiere/MII___AntiSecessionLaw_ks.pdf.
- Smith, M. & Xie, H., 2010. The European Union and China : The Logics of “ Strategic Partnership .” *Journal of Contemporary European Research*, 6(4), pp. 432-448.
- Snyder, F., 2009a. Diplomatic Relations, 1949–1975: From New China and New Europe to Diplomatic Relations between China and the EEC. In F. Snyder, ed. *The European Union and China, 1949-2008 Basic Documents and Commentary*. Portl: Hart Publishing.
- Snyder, F., 2009b. Policy Papers and Related Documents, 1995–Present: From Trade to Strategic Partnership Introduction. In *The European Union and China, 1949–2008 Basic Documents and Commentary*. Portland: Hart Publishing, p. 309.
- Snyder, F., 2009c. *The European Union and China, 1949-2008 Basic Documents and Commentary* F. Snyder, ed., Hart Publishing.
- Solana, J., 2005. DRIVING FORWARDS THE CHINA-EU STRATEGIC PARTNERSHIP. *European Commission*. Available at: http://www.consilium.europa.eu/uedocs/cms_data/docs/pressdata/en/discours/86125.pdf [Accessed August 27, 2015].
- Solana, J., 2004. The European Union and China Strategic Partners. *European Council*. Available at: http://www.consilium.europa.eu/uedocs/cms_data/docs/pressdata/en/discours/79736.pdf [Accessed November 12, 2015].
- Song, X. & Ding, C., *China and the European Union: future directions*,
- Song, X. & Ding, C., 2013. China and the Global Political Economy. In J. M. Beneyto, X. Song, & C. Ding, eds. *7 China and the European Union: Future directions*. Madrid: Fundación Universitaria San Pablo CEU. Available at: www.ceuediciones.es.
- State Council of PRC, 1991. Human rights in China. *Information Office of the State Council of the PRC*. Available at: <http://www.china.org.cn/e-white/7/index.htm> [Accessed March 5, 2016].
- Statistisches Bundesamt, 2015. *Foreign trade Ranking of Germany ' s trading partners in foreign trade*, Wiesbaden. Available at: https://www.destatis.de/EN/FactsFigures/NationalEconomyEnvironment/ForeignTrade/TradingPartners/Tables/OrderRankGermanyTradingPartners.pdf?__blob=publicationFile.

- The Economist, 2005. Europe's textile war with China—and itself. *The Economist*. Available at: <http://www.economist.com/node/4314327>.
- Tiejun, Z., 2009. Sino-European Relations : From the Height to the Width. In B. Gaens, J. Jokela, & E. Limnell, eds. *The Role of the European Union in Asia China and India as Strategic Partners*. Surrey: Ashgate, pp. 121–138.
- Westad, A., 2013. China and Europe: Opportunities or Dangers? *Global Policy*, 3, pp.96–100. Available at: <http://www.lse.ac.uk/IDEAS/publications/reports/pdf/SR013/SR013-Eu-westad.pdf>.
- Williams, I., 2015. Analysis- China's Xi Jinping Amasses Power in Huge Corruption Crackdown. *NBC News*. Available at: <http://www.nbcnews.com/storyline/2014-year-in-review/analysis-chinas-xi-jinping-amasses-power-huge-corruption-crackdown-n270001>.
- WTO, 2016. Understanding the WTO - Textiles: back in the mainstream. *World Trade Organization*. Available at: https://www.wto.org/english/thewto_e/whatis_e/tif_e/agrm5_e.htm [Accessed March 3, 2016].
- Wu, X., 1998. China: Security Practice of a Modernizing and Ascending Power. In M. Alagappa, ed. *Asian Security Practice: Material and Ideational Influences*. California: Stanford University Press.
- Xiaoming, L., 2015. Embrace the “Golden Time” for China-UK Relations. *Embassy of the People's Republic of China in the United Kingdom of Great Britain and Northern Ireland*. Available at: <http://www.chinese-embassy.org.uk/eng/EmbassyNews/t1286644.htm> [Accessed September 15, 2015].
- Xiaotong, Z., 2015. EU-China Trade Relations- A Concise History (1975-2014). *Wuhan University Center for Economic Diplomacy*. Available at: <http://www.whuced.com/show/?id=205&page=1&siteid=3> [Accessed September 1, 2015].
- Xiaotong, Z., 2014. EU-China Trade Relations: A Concise History (1975-2014). , pp.1–32.
- Xiaotong, Z., 2012. The Impact of the European Debt Crisis on the EU-US-China Triangle. *Global Europe*, 3, pp.1–8. Available at: http://www.global-europe.org/pdf_files/GE_briefing_paper_-_z.xiaotong_EU-US-China.pdf.
- Xin, C., 2013. *China-EU Trade and Economic Relations (2003-2013)*, Beijing.
- Xin, C., 2009. *Policy Evolution of the China-EU Trade and Economic Relationship*, Beijing. Available at: <http://ies.cass.cn/en/wp/Economies/201003/2226.asp> [Accessed August 27, 2015].
- Xinhua, 2007. Roundup- China, EU officially launch talks on PCA. *People*. Available at: http://en.people.cn/200701/18/eng20070118_342271.html [Accessed December 23, 2015].
- Yahuda, M.B., 1994. China and Europe. The Significance of a Secondary Relationship. In T. W. Robinson & D. Shambaugh, eds. *Chinese Foreign Policy: Theory and Practice*. Oxford: Clarendon Press, pp. 266–288.
- Yiwei, W., 2013. Making China-EU relations genuinely strategic. *Europe's World*. Available at: <http://europesworld.org/2013/06/01/making-china-eu-relations-genuinely-strategic/#.VdSCOM1sgv2>.
- Zhang, B., 2009. The Evolution of China's Diplomacy and Foreign Relations in the Era of Reforms, 1976-2005. In G. Wei, Y. Hao, & L. Dittmer, eds. *Challenges to Chinese*

Foreign Policy: Diplomacy, Globalization, and the Next World Power. Lexington: University Press of Kentucky.

Zhongping, F. & Jing, H., 2014. *China's Strategic Partnership Diplomacy: Engaging with a Changing World*, Available at: http://fride.org/download/WP8_China_strategic_partnership_diplomacy.pdf [Accessed September 1, 2015].

Zihiqin, S. & Suetyi, L., 2015. Relations Between China, the UK, and the EU After the UK General Election -. *Carnegie Endowment for International Peace*.

ANEXO 1

Lista de Parcerias Estratégicas da China

Parceiro	Ano da assinatura	Informação sobre as parcerias
AMÉRICA		
Brasil	1993	1993 – Strategic Partnership
Estados Unidos da América	1997	1997 – Constructive Strategic Partnership; 2011 – A Cooperative Partnership based on mutual respect and mutual benefit
Venezuela	2001	2001 – Strategic Partnership for Common Development
México	2003	1997 – Comprehensive Partnership; 2003 – Strategic Partnership for Cooperation; 2013 – Comprehensive Strategic Partnership
Argentina	2004	2001 – Comprehensive Strategic Partnership; 2004 – Strategic Partnership
Canadá	2005	1997 – Comprehensive Partnership; 2005 – Strategic Partnership
Peru	2008	2004 – Comprehensive Partnership; 2008 – Strategic Partnership; 2013 – Comprehensive Strategic Partnership
Chile	2012	2004 – Comprehensive Partnership; 2012 – Strategic Partnership
OCEÂNIA		
Austrália	2013	2013 – Strategic Partnership of Mutual Trust and Mutual Benefit
Nova Zelândia	2014	2003 – Comprehensive Cooperative Relationship; 2014 – Comprehensive Strategic Partnership
ÁFRICA		
África do Sul	2004	2004 – Strategic Partnership featuring Equality, Mutual Benefit and Common Development;
Nigéria	2005	2005 – Strategic Partnership
União Africana	2006	2006 – New Type of Strategic Partnership
Angola	2010	2010 – Strategic Partnership
Argélia	2014	2014 – Comprehensive Strategic Partnership
Egito	2014	2014 – Comprehensive Strategic Partnership
EUROPA		
Rússia	1996	1994 – Constructive Partnership featuring Good Neighbourliness and Mutual Beneficial Cooperation; 1996 – Partnership of Strategic Coordination based on Equality and Mutual Benefit and oriented toward the 21st Century; 2011 – Comprehensive Strategic Partnership of Coordination

		2014 – Strategic Partnership
União Europeia	2003	1998 – Long term and Stable Constructive Partnership facing the 21st Century; 2001 – Comprehensive Partnership; 2003 – Comprehensive Strategic Partnership
França	2004	1997 – Comprehensive Partnership; 2004 – Comprehensive Strategic Partnership; 2010 – New, Mature and Stable Comprehensive Strategic Partnership based on Mutual Trust and Mutual Benefit and with a Global Perspective; 2014 – Close and Lasting Comprehensive
Alemanha	2004	2004 – Partnership of Global Responsibility within the Framework of Sino-European Comprehensive Strategic Partnership; 2014 – All-dimensional Strategic Partnership
Itália	2004	1998 – Comprehensive Partnership; 2004 – Stable, Friendly, Long Term and Sustainable
Grã-Bretanha	2004	1998 – Comprehensive Partnership; 2004 – Comprehensive Strategic Partnership
Espanha	2005	2005 – Comprehensive Strategic Partnership
Portugal	2005	2005 – Comprehensive Strategic Partnership
Grécia	2006	2006 – Comprehensive Strategic Partnership
Dinamarca	2008	2008 – Comprehensive Strategic Partnership
Sérvia	2009	2009 – Comprehensive Strategic Partnership
Ucrânia	2011	2011 – Strategic Partnership
Polónia	2011	2004 – Friendly Cooperative Partnership; 2011 – Strategic Partnership
Irlanda	2012	2012 – Strategic Partnership of Mutual Benefit
Bielorrússia	2013	2013 – Comprehensive Strategic Partnership
ÁSIA		
Associação de Nações do Sudeste Asiático	2003	1997 – Partnership Facing the 21st Century Based on Good Neighbourliness and Mutual Trust; 2003 – Strategic Partnership for Peace and Prosperity
Paquistão	2005	1999 – Partnership of Comprehensive Cooperation; 2005 – All-weather Strategic Partnership
Cazaquistão	2005	2005 – Strategic Partnership; 2011 – Comprehensive Strategic Partnership
Índia	2005	2003 – Constructive Partnership; 2005 – Strategic and Cooperative Partnership for Peace and Security
Indonésia	2005	2005 – Strategic Partnership; 2013 – Comprehensive Strategic Partnership
Coreia do Sul	2008	1998 – Collaborative Partnership for the 21 st Century; 2003 – Comprehensive Partnership;

		2008 – Strategic Partnership
Vietname	2008	2008 – Comprehensive Strategic Cooperative Partnership
Laos	2009	2009 – Comprehensive Strategic Partnership of Cooperation
Camboja	2010	2006 – Comprehensive Partnership; 2010 – Strategic Partnership
Turquia	2010	2002 – Partnership; 2010 – Strategic Partnership
Mongólia	2011	2003 – Good Neighbour Partnership of Mutual Trust; 2011 – Strategic Partnership
Birmânia	2011	2011 – Comprehensive Strategic Cooperative Partnership
Tailândia	2012	2012 – Comprehensive Strategic Cooperative Strategy
Uzbequistão	2012	2005 – Friendly and Cooperative Strategy; 2012 – Strategic Partnership
Emirados Árabes Unidos	2012	2012 – Strategic Partnership
Afeganistão	2012	2012 – Strategic and Cooperative Strategy
Tajiquistão	2013	2013 – Strategic Partnership
Sri Lanka	2013	2005 – Comprehensive Partnership; 2013 – Strategic Cooperative Partnership
Turquemenistão	2013	2013 – Strategic Partnership
Quirguistão	2013	2013 – Comprehensive Strategic Partnership
Malásia	2013	2013 – Comprehensive Strategic Partnership

Fonte: adaptado de Zhongping e Jing (2014).